

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VANDA LOPES CAMBLÉ

**MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE**

TERESINA

2021

VANDA LOPES CAMBLÉ

**MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque.

Área de concentração: Processos, atores e desigualdades sociais

Linha de pesquisa: Gênero e geração

TERESINA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

C175m Camblé, Vanda Lopes.
Mulheres em situações de violência doméstica em São Tomé e Príncipe / Vanda Lopes Camblé. -- 2021.
105 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2021.
“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque.”

1. Mulheres – Violência doméstica. 2. Colonização.
3. (De)colonialidade. 4. São Tomé e Príncipe. I. Albuquerque, Rossana Maria Marinho. II. Título.

CDD 362.88

VANDA LOPES CAMBLÉ

**MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SÃO
TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora:

Presidente/Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Maria Marinho Albuquerque
Universidade Federal do Piauí – PPGS

1^a examinadora: Prof.^a Dr.^a Maria Sueli Rodrigues de Sousa
Universidade Federal do Piauí – PPGS

2^a examinador Externo: Prof.^o Dr. ^o Pedro Rosas Magrini
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

3^a suplente: Prof.^a Dr.^a Rita De Cassia Cronemberger Sobral
Universidade Federal do Piauí – PPGS

Teresina, 06 de maio de 2021

Dedico este trabalho às mulheres santomenses entrevistadas, colaboradoras desta pesquisa, que confiaram em mim para contar suas vivências e suas experiências de vida. Também o dedico a todos que contribuíram direta ou indiretamente na minha formação, principalmente minha mãe, Idalina Martins Lopes, meu pai, Eusébio Justino Camblé, minha avó materna Ernestina Mendonça Martins.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim por ter terminado esta dissertação, por ser esta mulher que acredita e corre atrás dos seus objetivos, olhando as dificuldades não como montanhas, mas como pedras no caminho que se pode contornar. A mim, todas as forças dos meus ancestrais, principalmente do meu avô materno Hipolito Lopes.

Agradeço à minha orientadora Professora Rossana Marinho Albuquerque, não só pela ajuda, atenção e consideração cuidadosa em todas as etapas da pesquisa, mas também pelo carinho e disponibilidade que sempre estiveram presentes. Teve um impacto positivo na minha carreira acadêmica e por todo o apoio que tenho recebido nos vários momentos dos últimos dois anos e para o ensino da produção do conhecimento. Vou sempre referir-me a essa mulher com muito agradecimento.

Agradeço ao Professor Túlio Henrique Pereira e à Professora Luci Mara Bertoni que, voluntariamente e sem me conhecer, se dispuseram a me ajudar financeiramente para a minha permanência no Mestrado: um grande senso de gratidão a vocês.

À Universidade Federal do Piauí, que me acolheu, especialmente às professoras e os professores do programa Pós-graduação em Sociologia que me receberam muito bem e me encorajaram a persistir nos meus objetivos, com destaque ao professor Ferdinand Cavalcante Pereira e a professora Maria Sueli Rodrigues de Sousamuito, muito abrigada.

Idalina Martins Lopes, minha mãe, meu porto seguro que sempre me apoiou durante toda minha vida, com o seu carinho e amor, é a minha base. Eusébio Justino Camblé, meu querido pai, meu porto seguro, que tudo faz para ver meus sonhos realizados. Cicley Dias, meu marido, por me incentivar sempre e por ser essa pessoa tão querida.

Por fim, e não menos importante, às/aos colegas de turma do Programa Pós-graduação em Sociologia, especialmente as minhas e meus amigos/as Rafael Dantas Nery, Joao Paulo da Silva, Heloisi da Costa Mourão Soares, Carlito Lins de Almeida Filho, Maria Clara Teresa Fernandes Silveira, Raianny do Nascimento Silva e Francisco Alves de Oliveira Junior, que sempre nos apoiamos durante o curso.

Mwula só sâ Dêçu mundò.

“É a Mulher o Deus do mundo”.

(Provérbio de São Tomé e Príncipe, na
língua forro)

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é um dos desafios mais importantes e complexos para os países, especialmente para os países colonizados, pelos efeitos negativos que tem sobre a saúde, o desenvolvimento econômico e social, a segurança e a paz social. Em São Tomé e Príncipe, de acordo com o art. 5º da lei 11/2008, violência doméstica e familiar contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A partir das experiências de mulheres santomenses, a presente pesquisa trata da violência doméstica contra mulheres em São Tomé e Príncipe. A abordagem é construída a partir de perspectivas decoloniais, com enfoque – embora não exclusivamente - nas abordagens de autoras como Maria Lugones e Oyèronké Oyèwùmí. As relações de gênero são pensadas considerando as particularidades do processo de colonização ocorrido no país, bem como as configurações socioeconômicas pós-independência, marcadas pelas desigualdades sociais, sofridas principalmente pelas mulheres. A pergunta de pesquisa nesse trabalho é: de que forma se caracteriza a violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe? Nesse sentido, objetivo geral é analisar como se caracteriza a violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe. Esse objetivo se dá necessidade de compreender o fenômeno da violência e como essas mulheres experenciam essa violência a partir de uma perspectiva decolonial, me colocando como uma pesquisadora santomense no qual permitiu minha aproximação da realidade e das experiências das mulheres entrevistadas com sensibilidade e cumplicidade. Perante questão e o objetivo apresentado, o que argumento nesta dissertação é que: olhar para a violência de gênero vivida por mulheres em São Tomé e Príncipe requer olhar para essa violência como resultado da produção de relações históricas, entre elas as que produziram gênero na medida em que se manifesta no contexto social. Para sustentação teórica e empírica deste trabalho foram consultados documentos, entre os quais, artigos científicos, artigo de opinião, livros, dissertações relacionadas com o tema, o Código Penal, leis, decretos, Recenseamento Geral da População e Habitação, Inquérito Demográfico e Sanitário, Constituição da República de São Tomé e Príncipe. Depois, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, adequadas para os fins desta investigação, possibilitando questionamentos mais direcionados, dispostos por pontos temáticos a serem respondidos livremente, mas com certa abertura a outras intervenções relacionadas aos objetivos da pesquisa. O estudo contempla uma abordagem narrativa no qual consiste em entender a experiência em um processo de colaboração entre pesquisadora e sujeito, coletando histórias sobre determinado tema onde a investigadora encontrará informações para entender determinado fenômeno. Desse modo, a importância deste tipo de pesquisa está justamente nesse olhar que se volta para si mesmo e auxilia o sujeito a compreender seus processos de formação e a influência do contexto e do outro em sua própria formação ou constituição. Os resultados indicam que São Tomé e Príncipe ainda enfrenta colonialidade de gênero e que a violência doméstica contra a mulher ainda não é reconhecida socialmente como crime. Em muitos casos, tanto homens como mulheres acreditam que certos comportamentos por parte das mulheres justificam a violência. Assim, conclui-se advogando: que é necessário (re) criar um enfrentamento institucional multissetorial, que alcance várias dimensões sociais, a fim de promover as garantias de uma cidadania segura e autônoma para meninas/mulheres; que é necessário que se ensine as mulheres a conhecer seus direitos sobre seus corpos e suas vidas: que se deve focar na educação dos meninos/homens para que estes conheçam até onde vão o direito deles e, sobretudo, o direito das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Violência Doméstica. Colonização. (De)colonialidade. São Tomé e Príncipe

ABSTRACT

Domestic violence against women is one of the most important and complex challenges for countries, especially for colonized countries, due to the negative effects it has on health, economic and social development, security and social peace. In São Tomé and Príncipe, according to art. 5 of Law 11/2008, domestic and family violence against women is any action or omission based on gender that causes death, injury, physical, sexual or psychological suffering and moral or property damage. Based on the experiences of São Tomé and Príncipe women, this research deals with domestic violence against women in São Tomé and Príncipe. The approach is built from decolonial perspectives, with a focus - although not exclusively - on the approaches of authors such as Maria Lugones and Oyèronké Oyěwùmí. Gender relations are considered considering the particularities of the colonization process that occurred in the country, as well as the post-independence socioeconomic configurations, marked by social inequalities, suffered mainly by women. The research question in this paper is: how is domestic violence against women characterized in São Tomé and Príncipe? In this sense, the general objective is to analyze how domestic violence against women is characterized in São Tomé and Príncipe. This objective is necessary to understand the phenomenon of violence and how these women experience this violence from a decolonial perspective, placing me as a Santomean researcher in which she allowed me to approach the reality and the experiences of the women interviewed with sensitivity and complicity. In view of the question and the objective presented, what I argue in this dissertation is that: looking at gender violence experienced by women in São Tomé and Príncipe requires looking at this violence as a result of the production of historical relationships, among them those that produced gender to the extent where it manifests itself in the social context. For theoretical and empirical support of this work, documents were consulted, among which, scientific articles, opinion articles, books, dissertations related to the theme, the Penal Code, laws, decrees, General Population and Housing Census, Demographic and Health Survey, Constitution of the Republic of São Tomé and Príncipe. Then, semi-structured interviews were carried out, suitable for the purposes of this investigation, allowing more targeted questions, arranged by thematic points to be answered freely, but with a certain openness to other interventions related to the research objectives. The study contemplates a narrative approach in which it consists of understanding the experience in a collaborative process between researcher and subject, collecting stories on a certain topic where the researcher will find information to understand a certain phenomenon. In this way, the importance of this type of research is precisely in that look that turns to itself and helps the subject to understand his formation processes and the influence of the context and the other in his own formation or constitution. The results indicate that São Tomé and Príncipe still faces gender coloniality and that domestic violence against women is not yet recognized socially as a crime. In many cases, both men and women believe that certain behaviors on the part of women justify violence. Thus, it concludes by advocating: that it is necessary to (re) create a multisectoral institutional confrontation, which reaches several social dimensions, in order to promote the guarantees of a secure and autonomous citizenship for girls / women; that it is necessary to teach women to know their rights over their bodies and their lives: that it is necessary to focus on the education of boys / men so that they know how far their right and, above all, the right of women go.

Keywords: Women. Domestic violence. Colonization. (De) coloniality. Sao Tome and Principe

RIZUMU

Violensia dumestika kontla mwala sa ua dizafiu maxi gôdô ku yô matxi pa yô di tela, maxi inen tela ku tava ku kolonizason ,ku efetu negativu ku ê tê ni saôdji ,dizenvolvimentu ekonomiku i social, xtê i paji social. Ni Santome ku Plinxipi, mô kumbinason ku artigu 5° di lê 11/2008, violensia dumestika i di famylia kontla mwala sa kwakwali ason ô omison ku bazi ni jeneru ku ka da motxi , lezon ,suflimentu fiziku ,sexual ô psikolojiku i danu moral ku patrimonial. Ku bazi ni xperiensia di inen mwala di santome,piskiza sé ka flá di violensia dumestika kontla mwala ni Santome ku Plinxipi. Abordajen sa fedu ni vizon dikolonial ku foko- embora sê xkluzividadi – ni abordajen di inen autora mô Maria Lugones i Oyèronké Oyëwùmí. Inen relason di jeneru sa pensadu ni inen partikularidadi di plusesu di kolonizason ku vala ni tela, mô konfigurason socieconomika pós-dependenxa, markadu plô dizigualidadi social, suflidu maxi plô inen mwala. Kêxton di piskiza ni xtluisu sé sa: di kê modu a ka karateriza violência dumestika kontla mwala ni Santome ku Plinxipi? Ni xintidu sé, objetivu geral sa analisa kuma a ka karateriza violência dumestika kontla mwala ni Santome ku Plinxipi. Objetivu sé ka bi ni plixizon di komplendê fenomenu di violência e kuma inen mwala sé ka vivensia violência sé ku bazi ni vizon dikolonial, pê mu mô ua piskizadora santomense ku pirmiti aploximason mu di realidade i di inen xperiensia di inen mwala ku fé intrivista ku sensibilidade i kumplisidadi. Ni wê di kexton sé i objetivu plezentadu , kwa ku ami ka argumenta ni disertason sé sa: pia pa violensia di jeneru vididu plô inen mwala ni Santome ku Plinxipi ka demanda uma vizon pa violensia sé mô risultadu di pruduson de relason xtoriku , mô inen sé ku a pruduzi jeneru ni midida ku a ka manifesta ni kontektu social. Pa sustentason teorika i inspirika di xtluisu sé a fé kunsulta ni dukumentu mô , artigu sientifiku, artigu di opinion , inen livlu, inen disertason relasionadu ku tema , kodigu penal, lê, dekletu, resenseamentu geral di populason i habitason, inqueritu dimoglafiku i sanitariu, konstituison di Republika di Santome ku Plinxipi. Soku , a fé intrivista simixtrutura , adekwadu pa fin di invistigason, di modu possibilita kestionamentu maxi diresionadu, plô inen pontu tematiku ku a ka bi kuji ku liberdadi maji ku abertura pa inen ôtlô intervencion relasionadu ku inen objetivu di piskisa. Xtudu ka kontê ua abordajen di narason ku ka fé tendê xperiensia di ua plusesu di kolaborason nô mê di piskisadora ku sujetu , ka buka xtoria di determinadu tema andji invistigadora ka bê informason pa tendê determinadu fenomeninu. Di modu sé, plixizon di tipu sé di piskiza as zuxtamenti ni wê ku a ka pia pa bô mé i zuda sujetu ka komplendê inen plusesu di formason i influensia di kontektu i di ôtlô ni formason ô konstituison dê mé. Inen risultadu ka musa kuma Santome ku Plinxipi ka inflenta kolonialidadi di jeneru i violensia dumestika kontla mwala anta wô na tê rikonesimentu di sosiedadi mô ua klimi fa. Ni yô di kasu , inen ome ku mwala ka kêlê kuma yô di kunduta di inen mwala ka justifika violensia. Di modu sé, a ka xiga ni konkluzon kuma sa di plixizon fé ua reklyason di inflentamentu institucional multisetorial ku ka xiga ni yô di dimenson social, ku objetivu di plomovê inen garantia di ua cidadania segura i autonoma pa inen mina/mwala , ku sa plixizu pa xina inen mwala konsê diretu dinen ni liba di ubwe i vida dinen: ku tê dêvê di foka ni idukason di inen mosu/ome pa inen konsê diretu dinen i sobletudu ,diretu di inen mwala.

Palavla-sabi: Mwala. Violensia dumestika. Kolonizason. Di (kolonialidadi). Santome ku Plinxipi.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	“EU, A QUE EM MIM AGORA FALA”: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	17
2.1	O trabalho de campo	22
3	O CONTEXTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	31
3.1	Formação e marcas da história colonial	31
3.2	A Formação da Violência Estrutural de Gênero	39
3.3	O enfrentamento da violência de gênero em São Tomé e Príncipe	47
3.4	“Ome sa Ome” e “Mwala sa Mwala”: Múltiplas facetas da violência doméstica	52
4	“UM SOCORRO DIFÍCIL DE OUVIR”: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES SANTOMENSES	61
4.1	A experiência das Mulheres em São Tomé e Príncipe	62
4.2	Conhecendo as mulheres participantes da pesquisa	64
4.3	Ser mulher em São Tomé e Príncipe: marcas das violências, resistência e sobrevivência	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	APÊNDICE A	100
	APÊNDICE B	101
	APÊNDICE C	103
	ANEXO B	106

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema “Mulheres em situações de violência doméstica em São Tomé e Príncipe” com a finalidade de analisar o contexto das produções da violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe. Com esta pesquisa pretendo dar um contributo para maior visibilidade e debate sobre a compreensão do problema da violência doméstica na sociedade santomense, a partir de uma perspectiva decolonial.

Existem muitos trabalhos acadêmicos sobre geografia, economia, política antes da independência e depois da independência do país, entretanto poucos são os trabalhos sobre gênero em São Tomé e Príncipe seguindo uma perspectiva decolonial. Assim, acredito na relevância deste trabalho para inspirar outros estudos na perspectiva de gênero.

É necessário ressaltar que no presente trabalho não tive intuito de exaurir a temática, visto que o tema é muito extenso e complexo e pode ser abordado de diversas maneiras. A violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe pode ser abordada em diversos níveis, tanto político, econômico, social, entre outros. O meu intuito consiste em abordar a partir de uma perspectiva decolonial, e pensar nos processos que constituíram o ser mulher santomense, observando e analisando ecos de uma colonização, até recentemente existente no país. Os estudos que tratam da violência doméstica contra mulher santomense tendem a uma perspectiva geral ou narrativas históricas que contextualizam os marcos econômicos e políticos desde a colonização até os dias atuais (NASCIMENTO, 2014). Uma observação de como o território se constituiu a partir de uma perspectiva de gênero ainda é algo a ser aprofundado por diversas investigações, este foi o intuito deste trabalho.

Além disso, a escolha deste tema de pesquisa deve-se a outros motivos, que passo a expor, justificando a relevância da pesquisa. Em primeiro lugar, porque a violência doméstica contra mulher é um problema mundial que afeta milhares de mulheres. Trata-se de um dos principais e mais complexos desafios com que se confrontam muitos países, principalmente os países que foram colonizados. Tem um impacto negativo na saúde da mulher, sobretudo, mas também na saúde pública e no próprio desenvolvimento econômico e social de um país, especialmente os países em desenvolvimento que lidam com os males frutos da colonialidade.

Em segundo lugar, há que se ter em conta que a violência doméstica contra a mulher acontece de diversas formas, não restringindo apenas a opressão hegemônica, mas, a cada realidade, vai se configurando, surgindo diversas formas de violência. Como afirma Espinosa et al. (2013), não existe uma única forma de ser mulher ou única forma de opressão e sim várias, a depender do grupo do contexto social, cultural e político que elas se encontram. Além disso,

de acordo com cada hierarquia estrutural social um grupo de mulheres será mais perceptível a uma violência em relação às outras. Assim, este trabalho dá a conhecer nuances da violência doméstica tendo em consideração o contexto de São Tomé e Príncipe.

A violência doméstica é uma ameaça substancial para o bem-estar não só das mulheres, mas também para toda a sociedade. É um crime que viola os direitos humanos das mulheres, fazendo com que essas mulheres em situação de violência doméstica estejam privadas de viver uma vida digna e livre. Como forma de reconhecer essa violência a nível internacional, a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a erradicação da violência contra a Mulher adaptada em 1993 teve reconhecimento internacional para o combate de todas as formas de discriminação contra mulher (ONU, 1993).

De acordo com o relatório do Inquérito Demográfico e Sanitário em São Tomé e Príncipe (IDS STP), realizado de setembro de 2008 a março de 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Ministério santomense da Saúde, publicado em julho de 2010, a violência doméstica consiste em um fenômeno social que se absorve em todas as esferas da sociedade, independentemente do nível do desenvolvimento do país e das características socioeconômicas e culturais das pessoas.

Um dos pontos principais desta dissertação é que São Tomé e Príncipe, durante 5 séculos, esteve sob a exploração do domínio colonial. Embora tenha conquistado há 45 anos uma sociedade e cidadania universal e livre da imposição colonial, é um tempo muito curto se comparado com os 500 anos de opressão e exploração. Portanto, a escolha deste tema está ligada a questões da recente cidadania livre universal face aos legados coloniais, visto que este fator está ligado ao nível estatístico que demonstra que ser mulher em São Tomé e Príncipe ainda significa lutar contra uma sobrecarga de uma formação social baseada na exploração, violência e marginalização dos corpos femininos. Nessa lógica, ao escrever sobre violência doméstica contra mulheres em São Tomé e Príncipe é necessário entender o processo histórico do país e o contexto de vidas tanto das mulheres como dos homens dessa sociedade.

A violência é um elemento frequente de colonização e colonialidade, sendo um instrumento sistemático de dominação e, tendo em vista as assimetrias produzidas neste tipo de relação social, o gênero tem se configurado como expressão de desigualdades e concentração de poderes (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020). Dessa forma, “a construção social de ser mulher nesses contextos acaba por significar vivenciar as opressões e, em alguns casos, mais profundamente” (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020, p. 259).

A partir de 12 de julho de 1975, com a conquista da independência do país, São Tomé e Príncipe começa a afirmar a igualdade no plano dos direitos e promover políticas com o intuito

de reduzir as desigualdades historicamente produzidas. É também neste ano que foi criada a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTEP), uma iniciativa importante na afirmação dos direitos das mulheres. Estes direitos foram incorporados nos documentos e resoluções pós-independência e o enfrentamento da violência com base no gênero posteriormente foi incluído na agenda política do país. As políticas de enfrentamento contra violência doméstica também são recentes. Em 2008, foram criadas as Leis 11/2008 e 12/2008, pioneiras nas leis nacionais para reprimir, punir e criar medidas protetoras para as pessoas em situação de violência doméstica. Posteriormente há o surgimento no ano de 2012 da lei 06/2012 tipificado esse ato como crime no código penal.

Finalmente, outro ponto que subjaz à escolha do tema refere-se ao meu próprio interesse e trajetória. Desde criança, presenciei várias mulheres em situação de violência sofrendo agressões de seus maridos e, por muito tempo, me sentia incapaz de ajudar essas mulheres. Agora, como acadêmica, usarei o presente trabalho como uma forma de projetar as vozes dessas mulheres. Em suma, acredito que o trabalho se justifica pelos motivos acima citados. Além disso, o fato de haver relativamente poucos estudos decolônias aprofundados sobre a violência doméstica sobre São Tomé e Príncipe demonstra a importância desta dissertação.

No contexto do que foi exposto, a pergunta de pesquisa nesse trabalho é: de que forma se caracteriza a violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe? Nesse sentido, objetivo geral foi analisar como se caracteriza a violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe. Esse objetivo se dá pela necessidade de compreender o fenômeno da violência e como essas mulheres experienciam essa violência a partir de uma perspectiva decolonial, me colocando como uma pesquisadora santomense, no qual permitiu minha aproximação da realidade e das experiências das mulheres entrevistadas com sensibilidade e cumplicidade. Porém, não me autorizando a falar por essas mulheres e nem me isentar do olhar analítico, interpretativo e crítico, que é responsabilidade de toda pesquisadora. Perante questão e objetivo apresentado, o que argumento nesta dissertação é que: olhar para a violência de gênero vivida por mulheres em São Tomé e Príncipe requer olhar para essa violência como resultado da produção de relações históricas, entre elas as que produziram gênero na medida em que se manifesta no contexto social. Ou seja, o trabalho visa saber de que forma o colonialismo se estrutura na vida das mulheres que as experienciam, tendo em mente o problema da violência doméstica por essas mulheres sofridas.

Em termo metodológicos, para além das entrevistas, foram consultados documentos provenientes de instituições santomenses como o “IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2012: Mulheres em São Tomé e Príncipe” produzido pelo Instituto Nacional de

Estatística (INE) de São Tomé e Príncipe e publicado em 2014; o Relatório do Inquérito Demográfico e Sanitário em São Tomé e Príncipe (IDS STP) realizado de setembro de 2008 a março de 2009, pelo INE e pelo Ministério da Saúde, e publicado em julho de 2010; a Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015: análise baseada nos Direitos Humanos de acordo com uma abordagem de equidade (publicado em 2016), realizado pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em colaboração com o Governo Santomense, no qual apresentam dados estatísticos com análises de gênero; a Constituição da República de São Tomé e Príncipe; o Código penal de São Tomé e Príncipe; Leis específicas, Decretos, de entre outros. Além disso, a análise foi conduzida tendo por base uma abordagem narrativa. Como se verá, uma abordagem narrativa é aquela que consiste em entender a experiência em um processo de colaboração entre pesquisadora e sujeito, coletando histórias sobre determinado tema onde a investigadora encontrará informações para entender determinado fenômeno (CLANDININ; CONNELLY, 2000, p.20) Desse modo, a importância deste tipo de pesquisa está justamente nesse olhar que se volta para si mesmo e auxilia o sujeito a compreender seus processos de formação e a influência do contexto e do outro em sua própria formação ou constituição (BOLDARINE, 2010).

Os dados mostram avanços, mudanças geradas e alcançadas, mas ao mesmo tempo, e muito mais prementes, revelam também estagnação e manutenção de mecanismos de opressão e subordinação, em que o alvo principal tem sido as mulheres. Além disso, há outras experiências de vida de mulheres santomense que alguma vez estiveram ou estão em situação de violência doméstica em São Tomé e Príncipe, mais especificamente nas margens da capital do país - São Tomé – que são evidenciadas.

Posto isto, a presente dissertação é composta primeiramente desta introdução da pesquisa com o intuito de situar o melhor possível o motivo da pesquisa e a sua finalidade, explanado os aspectos gerais de caracterização da violência doméstica em São Tomé e Príncipe. Depois, segue com mais três capítulos. O primeiro capítulo I, com o título “Eu, a que em mim agora fala”: percurso metodológico da pesquisa” no qual debruçarei sobre a minha trajetória de uma vida acadêmica e como dirigi o trabalho em termos de percurso metodológico. O segundo capítulo em que será analisado o contexto de São Tomé e Príncipe, no qual se encontra subdividido em quatro partes: a) Formação e marcas da história colonial, b) a formação da violência estrutural de gênero, c) o enfrentamento da violência de gênero em São Tomé e Príncipe, d) “Ome sa ome” e “mwala sa mwala – múltiplas facetas da violência doméstica. O terceiro capítulo em que será efetuado a apresentação e discussão dos resultados do estudo das experiências das mulheres santomense em São Tomé e Príncipe, que se encontra subdividido

em três partes: a) A experiência das Mulheres em São Tomé e Príncipe; b) conhecendo as mulheres participantes da pesquisa; c) ser mulher em São Tomé e Príncipe: marcas das violências, resistências e sobrevivência. Por fim, abordarei as considerações finais do trabalho, em que retomo alguns pontos discutidos nos capítulos anteriores para poder melhor debruçar sobre vários aspectos que configuram a atual situação das mulheres em São Tomé e Príncipe.

2 “EU, A QUE EM MIM AGORA FALA”¹: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Mulheres de São Tomé e Príncipe

Eu,
 Minha tataravó,
 Minha avó,
 Minha mãe,
 Minha madrasta,
 Minha irmã
 Minha sobrinha.
 Minha vizinha,
 Minha desconhecida,
 Todas nós!
 Todas amarradas com uma corda!
 Tão apertada, que dói e sangra,
 Por mais que a minha avó tentou desamarrar, ela não conseguiu!
 Sangra a todo momento e mesmo assim continuamos
 sobrevivendo
 Quanto mais tentamos desamarrar mais intensifica a dor e mais
 duro fica o nó
 Um futuro próximo que parece tão distante
 Quero ouvir nos rufas dos tambores histórias de sobrevivência e
 resistência
 Para minha futura filha, quero que ela viva e encontre na sua terra
 um lugar acolhedor para consigo e para com todas as mulheres da
 sua geração em diante.
 Por agora, só estamos sobrevivendo.

(Autoria própria)

Neste capítulo, apresento considerações pessoais sobre mim como autora desta dissertação. Acredito que seja imprescindível compreender o meu lugar de fala, bem como

¹ Trata-se de uma referência ao poema “Canto obscuro às raízes” da poetisa santomense Conceição Lima. Esse poema se encontra no livro “A Dolorosa Raiz do Micondó” publicado em 2006 pela editora Caminho de Lisboa. Conceição de Deus Lima é uma das mais importantes poetisas de São Tomé e Príncipe. Nasceu no dia 8 de dezembro de 1961 na cidade santomense de Santana. Além de poetisa, é jornalista. Algumas de suas principais obras são: O Útero da Casa; A Dolorosa Raiz do Micondó. Trata-se de uma poeta do período pós-colonial. Em 1979, aos dezenove anos, viajou para Angola onde participou na Sexta Conferência de Escritores Afro-Asiáticos, tendo recitado alguns dos seus poemas.

alguns dos motivos que me levam a me engajar neste tema de pesquisa e a relação com os entrevistados e o contexto do estudo. Também neste capítulo descrevo como se deu o trabalho de campo.

Sou Vanda Lopes Camblé (28 anos), santomense, natural de São Tomé e Príncipe, formada em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e atualmente mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Minha família materna é de Cabo-Verde. O pai e a mãe da minha mãe (o meu avô e a minha avó) são cabo-verdianos que saíram de Cabo-Verde para São Tomé e Príncipe no regime colonial, serviço da mão-de-obra contratada. Ambos trabalharam na roça nas plantações de cacau e café até a conquista da independência, em 12 de julho de 1975. A minha avó, quando foi para São Tomé e Príncipe, levou consigo os seus filhos, frutos de uma relação anterior quando ainda não conhecia o meu avô. Já em São Tomé e Príncipe ela conheceu o meu avô, seu último marido, tiveram a minha mãe, viveram juntos até a morte do meu avô. Minha avó está viva e com 92 anos, ela vive feliz com minha mãe, meu padrasto e minha irmã.

Quanto à minha família paterna, é santomense, e sobre sua trajetória não tenho muitas informações (os meus familiares paternos quase nunca falam sobre suas histórias de vida).

Sou filha de uma cabo-verdiana – minha mãe é cabo-verdiana embora tenha nascido em São Tomé e Príncipe (minha mãe tem dupla nacionalidade: caboverdiana e santomense) – e de um santomense (meu pai). Tanto o meu pai como a minha mãe nasceram antes da independência, ambos se conheceram dois anos antes de eu nascer e se separaram quando eu tinha 5 anos, altura em que passei a viver com a minha mãe, de quem a minha personalidade tem muita influência e que me inspira muito.

A educação que tive, tanto da minha mãe como do meu pai, sempre me incentivou a trilhar caminhos escolares. O papa e a mamã viam a escola como um meio para minha futura emancipação, mesmo separados os dois sempre pensavam o melhor para mim – aproveito esse trabalho para os agradecer.

Como tinha dito, vivi toda vida com a minha mãe, ela sempre muito protetora, carinhosa, que fazia de tudo por mim, dentro das suas condições. Vivíamos em Água Bôbô, que é uma localidade situada nos arredores da capital de São Tomé e Príncipe.

Desde criança uma coisa que me chamava muito a atenção: era como alguns maridos tratavam suas companheiras; era de forma muito violenta e muitas das vezes agredindo-as publicamente para todos verem. Sentia-me mal ao ver isso, porém não sabia o que fazer para auxiliar essas mulheres. Em 2014, com 21 anos, vim para o Brasil estudar na UNILAB, com

cerca de 14 colegas. Vim carregando apenas minha mala e com sonhos que não conseguia transportar, sem nunca antes ter saído da minha terra natal. No Brasil, no início foi difícil, a saudade da família e dos amigos me consumia. Quando cheguei dificilmente tinha contato com os meus familiares, tanto mais quando nenhum deles usava redes sociais (internet) – só falávamos pela linha telefônica tradicional e era um valor considerável ligar do Brasil para São Tomé e Príncipe.

Contudo, além da saudade, havia outra coisa que descobri quando cheguei ao Brasil: racismo e xenofobia contra pessoas negras africanas. Era algo com que eu precisava aprender a lidar. Por ser africana e negra, foi algo extremamente difícil, até que me dei conta do que se passava ao meu redor e de saber me defender, foi e é doloroso.

Antes de viajar, durante a minha adolescência, eu sempre me indignei e achava inaceitável como a sociedade santomense marginalizava/subalternizava a vida das meninas/mulheres, principalmente mulheres em situação de (extrema) pobreza. Me indignava também a forma como a vida das mulheres gira em torno dos homens. Desde cedo já aprendi que homem pode tudo e que a mulher/menina não tem a mesma liberdade. Mesmo que não sentia isso na casa da minha mãe, sentia e via isso na sociedade de um modo em geral: mulheres sendo agredidas por homens que supostamente eram para protegê-las. Durante a minha infância e adolescência, já presenciei vários atos de violência doméstica contra mulheres em São Tomé e Príncipe, entretanto eu não sabia como poderia ajudá-las.

Quando ingressei na UNILAB, no curso de Administração Pública, a universidade causou muitas “revoluções” em minha personalidade. A partir daí passei a desenvolver uma consciência de raça e gênero de forma mais crítica e analítica. Minha trajetória acadêmica foi marcada por dois momentos distintos: o período da graduação e o período da pós-graduação. No início da graduação eu não sabia muito bem a minha situação como mulher em um país que foi colonizado durante 500 anos e tão pouco a minha atual situação como uma mulher negra africana vivendo na diáspora. Mas, ao longo do curso, deparei-me com questões não só do cotidiano escolar, mas, sobretudo, sociais, culturais, políticas e históricas que fizeram parte da minha dimensão educativa.

Nesse processo, fui envolvendo-me profundamente com algumas disciplinas do curso, porém o curso de Administração Pública não tinha disciplinas que gerassem em mim reflexões históricas dos meus antepassados e nem que me auxiliassem a compreender o processo histórico das mulheres (santomenses). Tive contato com essas disciplinas quando decidi fazer eletivas em outros cursos como os de Sociologia, Letras, Línguas e Humanidades. Nesse ambiente tive a oportunidade de ver e estudar temáticas que giravam em torno das discussões de gênero,

sexualidade e etnia. Tive também contato com alguns docentes e me relatei com pessoas diversas que ampliaram meus horizontes. Mas a transformação mais significativa foi no final da graduação, em 2018, quando fiz a minha monografia sobre violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe e na pós-graduação no primeiro ano das disciplinas.

Desses conjuntos de conhecimento adquiridos passei a perceber de fato como o sistema colonial, que perdurou 5 séculos, afeta a vida das mulheres até os dias atuais. Como de geração em geração as mulheres santomenses ainda são marginalizadas e inferiorizadas, se antes pelos colonos, agora pelos próprios homens negros iguais a elas. Também passei a refletir sobre o paradoxo de nós mulheres santomenses sermos guardiãs de uma ideologia que nos exclui.

Como mulher santomense, também faço parte do grupo das exploradas, oprimidas e silenciadas pelo sistema patriarcal da sociedade santomense, mesmo que a minha situação atual me faça parecer mais privilegiada em relação a outras mulheres santomenses. Ao adquirir essa consciência, tornei-me inquieta e indignada e senti a necessidade de lutar juntamente com outras mulheres pela nossa emancipação.

Dessa forma, percebi que era preciso prosseguir nos meus estudos e, ao mesmo tempo, assumir um compromisso contundente de enfrentamento à violência doméstica contra mulher, e desconstruir essa narrativa dominante que começou com os homens Brancos, mas agora praticada por homens santomenses também. Ao assumir e expressar a luta contra machismo, violência doméstica contra mulher, e combater a qualquer tipo de preconceito contra mulheres passei a me sentir mais presente no mundo.

No final do primeiro ano do meu mestrado, em 2019, passei a ter novos comportamentos. Meu novo comportamento e meus discursos sobre violência doméstica contra mulher passaram a ser adjetivados como polêmicos, radicais etc. E isso incomoda muitas pessoas ao meu redor. Pois, muitos argumentam que não há necessidade de olhar a história e ver as consequências da colonização. Acreditam que histórias sobre colonização já deveriam estar ultrapassadas. Essa é uma ideia que naturaliza e legitima toda a exploração e barbaridade praticada pelo sistema colonial.

A convivência com meu ex-orientador e com minha atual orientadora proporcionou-me outro amadurecimento acadêmico e profissional, bem como o aprimoramento de minha escrita e a compreensão do que é produzir conhecimento. Além disso, pude conhecer novas pessoas, algumas, colegas, e outras, amigas, das quais passei a ter muita estima. Nesse quadro de novas relações também aprendi o que é ser uma mulher africana pesquisadora.

Quando regressei a São Tomé e Príncipe para fazer pesquisa de campo com as mulheres santomenses fui com um novo olhar. Um olhar mais profundo, mais analítico e interpelativo

sobre a atual situação tanto do povo santomense como das mulheres santomenses. Foi um momento também de rever e conversar com as minhas origens. Um momento de alegria por voltar e um momento de tristeza por agora saber e entender as ruínas do meu povo. O conhecimento me conscientizou, porém me causou muita dor ao regressar e ver de perto com novos olhos a situação das mulheres santomenses.

Durante o processo das entrevistas – como referi, esta pesquisa incluiu a realização de entrevistas, 18 ao todo – aprendi muito nas relações que estabelecia com as mulheres entrevistadas, essa relação contribuiu imenso para aprimorar meus conhecimentos e minha autoconfiança como pesquisadora.

Essa breve descrição da minha trajetória pessoal, e acadêmica, é o que subsidia a presente pesquisa. Acredito que atuar na produção de saberes é, de certa forma, buscar meios para fazer com que o São Tomé e Príncipe se torne melhor para as mulheres.

Descrever como várias estudiosas percebem os sujeitos em seus trabalhos é um desafio para todas pesquisadoras que desejam investir e produzir um trabalho acadêmico. É também uma “iniciativa interessante para verificar como os sujeitos das pesquisas, ora são resgatados, ora silenciados, arbitrariamente, nas análises de suas vidas, de suas condições e realidades” (SILVA, 2007, p. 24)

Posto isso, e como já referi, acredito que o lugar da pesquisadora e sua origem social influenciam no universo da produção do conhecimento já que a consciência do lugar social em que se encontra passa a explicitar o posicionamento e o seu olhar sobre o campo de estudo e a escolha dos sujeitos (SILVA, 2007).

Ser uma mulher santomense pesquisadora permitiu minha aproximação da realidade e das experiências das mulheres entrevistadas com sensibilidade e cumplicidade. Mas isso não me autoriza a falar por essas mulheres e nem poderia me isentar do olhar analítico, interpretativo e crítico que é responsabilidade de toda pesquisadora.

Desse modo, foi necessário saber escutá-las, percebê-las e reconhecê-las como sujeitos e viabilizar suas falas e relatos para que a produção da pesquisa não houvesse somente a interpretação, reflexão exclusiva da pesquisadora ou dos sujeitos da pesquisa. Nessa lógica, nos limites impostos a todo e qualquer trabalho científico, busquei estabelecer uma relação de cumplicidade e, ao mesmo tempo, de fidelidade às narrativas das entrevistadas (ALBURQUEQUE, CAMBLÉ, 2020).

2.1 O trabalho de campo

Em julho de 2019 fui a São Tomé e Príncipe fazer pesquisa de campo com as mulheres santomenses. Tinha passado 6 anos que não ia ao meu país. Recordo-me, no momento que consegui as minhas passagens aéreas custeada pelos meus familiares, foi um momento de alegria e ao mesmo tempo de uma paz e conforto em saber que iria encontrar meus familiares, meus amigos e pessoas que conviveram comigo em grande parte da minha vida. Então, fiz a mala e fui para o campo da minha pesquisa que também era, de uma certa forma, meu pedacinho de terra.

Cheguei em São Tomé no dia 06 de julho e regressei para o Brasil em 14 de agosto. Então, pouco mais de um mês foi o tempo que fiquei na pesquisa de campo e com as mulheres santomenses. Quando cheguei a São Tomé e Príncipe, ao sair do avião, passando pela sala do desembarque, de um lado vi minha mãe, minha irmã, meu padrasto e do outro lado vi meu pai e minha madrasta, todos com sorrisos largos por me verem chegar (afinal de contas, foram 6 anos sem contato físico) e finalmente aquele contato físico que já nem recordávamos mais como era.

Me senti muito acolhida pelos meus familiares naquele momento. Do aeroporto fui para casa da minha mãe (onde é minha residência em São Tomé e Príncipe). No dia seguinte, aproveitei muito bem a minha família. Por outro lado, no entanto, começou o estranhamento com a minha nova personalidade, como em relação ao meu cabelo solto, minhas roupas totalmente “simplista” (pois voltar do exterior significa utilizar roupas chique diferentes daquelas que eu estava usando). Além disso queriam que eu os trançasse ou que prendesse o cabelo, pois não achavam bonito meu cabelo solto.

Outro aspecto que também foi extremamente desconfortável para mim, se deu quando pessoas, mesmo que tivéssemos apenas uma relação de cumprimento de bom dia e boa tarde e não mais que isso (ou seja, sem laço de amizades), me viam passando pela estrada e me paravam de modo a opinar como eu deveria me comportar em relação aos meus objetivos de vida. Punham-se a me aconselhar para que parasse de me vestir da forma como visto ou a me questionar sobre o fato de eu andar a pé. Este último aspecto deve-se ao fato de ser uma mulher formada e em São Tomé e Príncipe muitas pessoas veem estudo como algo de ascendência social. Algo que gere riqueza ou propriedades materiais como carro, casa, dinheiro imediato, principalmente nos casos em que se faz ensino superior no estrangeiro. Por isso, por ser uma mulher formada, as pessoas questionaram o fato de eu ainda andar a pé (e não ter carro), usar

roupas simples, morar na casa da minha mãe e sem mencionar a insistência em me perguntar sobre o marido ou se já tenho filhos.

Quando me perguntavam sobre filhos e maridos e que lhes dizia que não tenho, podia ver desilusão na cara destas pessoas. Essas abordagens me deixavam constantemente impaciente, porque eram pessoas de diversas faixas etárias me perguntando diariamente sobre as mesmas coisas sem nunca me perguntarem o que acredito que quero para mim. A todo tempo as abordagens era as mesmas, bombardeando-me com o que acreditam ser o certo.

Devido a esses e outros acontecimentos, São Tomé e Príncipe não me pareceu tão acolhedor como eu pensei que fosse. Pois o fato de eu não ter marido era sempre muito questionado (embora não pelos meus familiares, mas sim pela vizinhança ou pessoas aleatórias que eu nem sequer lembrava quem eram). De algum modo isso me gerava um desconforto, juntamente com as perguntas que surgiam como: “você já é para ter uma família, um marido”; “você fica a estudar, estudar só, filho que é tua família! “; “tem que ter um homem para colocar ordem na casa”; “mulher formada solteira é feio, tem que ter um homem do lado para te respeitarem”. Muitas pessoas na sociedade santomense acreditam que para uma mulher ser merecedora de respeito ela tem que ter um homem ao seu lado. Talvez isso se deva ao fato de que uma mulher sem estar acompanhada de um homem ser fortemente assediada pelos outros homens.

O que me fez questionar se queria voltar a viver em São Tomé e Príncipe foi o fato de vivenciar rotineiramente abordagem de assédios. Isso me deixa extremamente desconfortável. Essas abordagens, para além de assédio, eram grosseiras. As palavras que eles direcionaram a mim e as outras mulheres que passavam nas estradas eram constrangedoras e incomodativas, tanto que por vezes eu evitava passar por certas estradas só para não sofrer assédios.

Quando ia a certos lugares, rapazes falavam nas estradas coisas como: “que mulher gostosa, você cai na minha mão!”; “você está com boa mamã para chupar”; “se você caía na minha mão, você iria ver!”; “hô, pikena, você não viu gente a chamar você, gente pensa mulher muito”; “arrumada assim, ocê vai ficar aqui pê vê você, achada!”; “você não está a vir porque eu sou pobre? Se eu fosse rico você viria, interesseira”. Essas expressões, entre outras, são totalmente desrespeitosas e assediadores. Muitos rapazes adotam essa forma de exercer masculinidade tóxica para demonstrar um ao outro o desejo por mulheres; como uma prática que deve ser treinada, potencializada e compartilhada em público, consolidando um modelo hegemônico de construção do masculino, que é naturalizado através de brincadeiras nos processos de socialização. E esses acontecimentos perduraram desde a minha chegada no país até a minha volta para o Brasil.

Durante a minha estadia em São Tomé e Príncipe conversei com muitos rapazes, uns amigos e outros desconhecidos. Fiquei extremamente chocada com a visão que tinham sobre as mulheres, viam as suas companheiras como aquelas que têm o dever de servir e concordar. No qual suas palavras são tidas como ordens. Nesse processo foi mais estranho ainda ouvir esses discursos de subalternização do corpo feminino vindo de pessoas amigas, quem eu tinha uma grande admiração.

No quarto dia da minha estadia em São Tomé e Príncipe, comecei a me aproximar do campo de pesquisa, fui ao Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica marcar uma entrevista com diretor do centro e ter mais informações sobre mulheres que denunciam violência doméstica. Ao chegar, por felicidade o diretor se encontrava e se predispôs a ser entrevistado comigo no mesmo dia. Porém, no momento da entrevista quando o anunciei que tratava de um estudo acadêmico e que precisava de dados das mulheres e informações sobre o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, automaticamente a entrevista foi cancelada, e não tive qualquer tipo de informação. O que me pediu foi que enviasse uma carta para Ministra dos Recursos Humanos, pois segundo o mesmo, só com a permissão da Ministra poderia me passar as informações (tentei entrar em contato, mas sem sucesso).

Em nível institucional, não conseguir ter as informações. No dia seguinte, fui em busca das mulheres, de modo a fazer as entrevistas. Não sabia muito sobre o perfil das mulheres que iria entrevistar, nem se estavam ou não numa situação de violência doméstica, embora esse fosse o perfil principal.

Então, para a realização da entrevista, fui batendo de porta em porta e, aleatoriamente, as convidando para fazer parte da pesquisa, falando a finalidade da entrevista e garantindo o anonimato das entrevistadas.

Para minha surpresa, das 19 mulheres que bati em suas portas, apenas uma recusou dar entrevista e todas as outras aceitaram ser entrevistadas e foram indicando as outras que, segundo elas, também se encontravam em situação de violência.

Necessário ressaltar que uma entrevistada recusou seguir com a entrevista. Primeiro ela aceitou fazer parte da pesquisa, quando fui até ela e expliquei do que se tratava a pesquisa e li o termo de consentimento, que ela assinou. Porém, no decorrer da entrevista, ao falar sobre sua trajetória de violência, sentiu-se emotiva, ficou triste e não mais confortável para continuar com a entrevista; relatou que agora sua família é religiosa e que seu marido já mudou de comportamento; que falar comigo é relembrar desses momentos e que por isso não queria mais continuar a entrevista. Eu a agradei, invalidei o termo de consentimento, e não foi utilizada a entrevista no trabalho. Apenas foi usado os relatos das outras 18 mulheres entrevistadas.

O contato com mulheres entrevistadas me aproximou ainda mais do meu campo de pesquisa, de modo geral as abordagens das mulheres foram extremamente positivas em questão de eu conseguir chegar nelas e elas terem uma abertura incrível para me receber, permitindo que eu escutasse suas narrativas. Senti-me privilegiada por escutá-las. Elas sentiram confiantes em relatar as suas vivências, como se esse momento fosse um momento de desabafo. Eu as classifico como resistentes e sobreviventes, por terem a força e por arranjarem meios para sobreviverem em meio dessa violência, visto que muitas sofreram violência que poderiam resultar em sua morte.

Na finalidade de melhor relatar as falas das mulheres, foi utilizada a técnica entrevista no presente trabalho. De acordo com Brandão (2000, p. 8), a entrevista é um trabalho que “reclama uma atenção permanente da pesquisadora aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala da entrevistada”. A técnica entrevista possibilita a pesquisadora estabelecer relações com os sujeitos em relação ao tema da pesquisa, proporcionando compreender opiniões, gestos, sentimentos, atitudes e valores, a partir das suas falas, e das percepções sobre suas realidades vivenciadas (BRANDÃO, 2000). Além disso, as entrevistas reforçam o diálogo e proporcionam acesso imediato, direta ou indiretamente, às opiniões incrustadas, percepções e significados que as pessoas atribuem a si mesmas, a outros assuntos ou ao contexto envolvente. É potenciado através de um processo de influência mútua, dada a interação com o entrevistador, e as questões feitas de acordo com o diálogo estabelecido (FRASER; GONDIM, 2004; GASKELL, 2008).

As entrevistas foram conduzidas de forma a não silenciar os sujeitos de investigação ou a sua percepção do real, principalmente porque a informação que os sujeitos fornecem, neste caso, as mulheres santomenses em situação de violência, relacionam-se com as suas próprias experiências de vida.

Dessa forma, caracterizo a seguir as entrevistas realizadas com relatos sobre experiências das 18 mulheres santomenses entrevistadas na ilha de São Tomé, no ano de 2019, todas do distrito de Água Grande, com faixa etária entre 19 a 47 anos. O intuito era ter vários relatos e várias experiências de diversas idades. Por meio dos dados das entrevistadas, chegou-se aos seguintes perfis de mulheres:

- a) Das entrevistadas, duas possuíam 19 anos, prevaleciam mulheres com idades entre 20 a 29 anos (10 pessoas), em seguida, havia o grupo de 30 a 37 anos (3) e de 40 a 47 anos também (3 pessoas).
- b) As mulheres entrevistadas, em sua maioria, possuíam baixa escolaridade e baixa renda.

- c) Em relação à escolaridade, destacam-se o ensino no nível primário incompleto em maior número (11 pessoas), seguido o ensino médio incompleto (6 pessoas) e apenas (1) com ensino superior.
- d) Entre as profissões, houve uma prevalência de donas de casa e empregadas domésticas (11 pessoas), além de menções a outras atividades profissionais.
- e) Na verificação da faixa de rendimentos, identificou-se que a maioria não possuía fonte formal de renda (10), as que não possuíam fonte de renda eram mantidas pelos parceiros e, entre as demais, 6 recebiam o valor de até 1 salário mínimo (cerca de 1100 dobras, equivalente a 53,26 dólares, atualmente) e apenas 2 tinham rendimentos superiores ao salário mínimo (média de 3.000 dobras, equivalente 145,00² dólares).
- f) Apenas duas entrevistadas não tinham filhos, ou filhas, e viviam com os familiares, porém se encontravam em um relacionamento afetivo – todas as outras se declararam solteiras, mesmo estando em união de fato, o que significa o estabelecimento de um relacionamento afetivo com convivência domiciliar, ainda que não reconhecido formalmente.

Em relação às informações sobre a violência, todas as mulheres entrevistadas relataram que já tinham sofrido alguma modalidade, porém apenas 3 das entrevistadas denunciaram ao Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica as agressões cometidas pelo companheiro. Todas estavam conscientes de terem vivido ou estarem a viver em situação de violência doméstica, porém algumas argumentaram ter dificuldade em sair dessa violência devido, sobretudo, a dependência financeira.

Com base nos depoimentos, todas tinham conhecimento de outras mulheres que também sofreram violências, com frequentes citações às violências físicas. Quase todas afirmaram ter conhecimento da existência das leis de enfrentamento da violência doméstica, do Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, mas não tinham muitas informações mais específicas acerca das leis.

Entretanto, é necessário ressaltar que esse conhecimento da existência da lei deve-se às campanhas de sensibilização elaboradas pelos meios de comunicação e passeatas sobre violência de gênero em São Tomé e Príncipe, pois a maioria das mulheres entrevistadas teve conhecimento da legislação ou outras informações sobre violência doméstica através dessas campanhas de sensibilização.

² Esse valor de cotação refere-se ao ano da entrevista (com o passar do tempo esse valor pode variar).

Essas políticas de enfrentamento da violência de gênero têm como objetivo levar as informações de uma forma clara a toda população na finalidade de promover conteúdo para conscientização e enfrentamento dessa violência.

As entrevistas foram semiestruturadas e realizadas de modo presencial, face a face. Isto me possibilitou fazer perguntas mais direcionadas, dispostas por pontos temáticos a serem respondidos livremente, mas com certo direcionamento. Realmente, isso também me possibilitou ter uma maior interação e proximidade com entrevistadas, favorecendo respostas espontâneas.

As entrevistas foram realizadas em diversos espaços e tempos, conforme a disponibilidade e indicação de cada entrevistada. As mulheres, ora falavam com mais entusiasmo, ora de forma mais moderada, mas a maioria com muita descontração. Apesar de me terem falado de forma descontraída e por vezes sorridente, não significava que estivessem felizes naquela situação de violência, era apenas uma forma momentânea de lidar com a violência, de resistir e de sobreviver nesses ambientes violentos. Segundo a fala de uma das entrevistadas, por exemplo, a mulher não pode pôr na cabeça tudo o que os homens dizem ou fazem com elas, porque depois são elas que podem enlouquecer ou morrer antes que chegue a hora, por isso à mulher cabe disfarçar/ espairecer para não morrer fora do seu tempo. Portanto, essas mulheres procuram forças e sorrisos para conseguirem dar continuidade em suas vidas e cuidarem dos seus entes queridos (como filhos e familiares). Talvez seja por isso que algumas entrevistadas relataram as suas vivências com tranquilidade e, às vezes, com o humor de quem já superou com desenvoltura as mazelas vividas.

Todas falaram dos seus antigos e presentes relacionamentos, algumas delas ressaltando o sentimento de pesar pelas situações que viveram. No relato, três entrevistadas demonstravam raiva e mágoa ao falarem sobre situações de violência sofridas, talvez isso se deve ao fato de essas mulheres ainda estarem em relacionamento com seus agressores.

Vale ressaltar que somente uma entrevistada tinha condição socioeconômica melhor que as das demais, pois ela é jurista. Talvez, por isso, seus posicionamentos diante de alguns temas surgidos na entrevista se distinguiam das percepções das demais, a exemplo do conhecimento da legislação santomense de proteção à mulher.

O tempo das entrevistas variou entre 12 minutos (que foi o tempo mínimo) e 54 minutos (tempo máximo), dependendo da profundidade e dos relatos de experiência das entrevistadas. No decorrer das entrevistas, com os relatos das entrevistadas, foi descoberto outros tipos de violência, como será descrito adiante. O contato inicial com as entrevistadas foi por meio de minhas referências pessoais prévias e por indicação (entrevistadas foram indicando umas às

outras – uma espécie de técnica bola de neve, em que a selecionada para o estudo convida novas participantes da sua rede de amigas e conhecidas que podiam contribuir para a pesquisa).

Para a realização das entrevistas, foram utilizados roteiros, as questões objetivaram identificar possíveis violências de gênero, a fim de identificar como a violência se manifesta no cotidiano dessas mulheres e compreender como a violência está presente nas relações afetivas e domésticas, visto que a violência pode ter múltiplas facetas.

O roteiro de entrevista foi composto por questões de identificação geral do perfil de cada participante (idade, gênero, grau de escolaridade, profissão, renda, estado civil, número de filhos, bairro, nível de escolaridade, e se já sofreu violência de gênero) e outras questões que diziam respeito especificamente a gênero, violência doméstica contra mulheres, igualdade e equidade na sociedade santomense.

Para as entrevistadas, o roteiro foi lido e explicitado (numa linguagem simples), especificando o objetivo e relevância social do estudo, a metodologia que seria empregada e a importância da participação delas na contribuição do estudo. Nessa ocasião, também foram informadas sobre a preservação das suas identidades e privacidade, assim como da liberdade de retirada dessa participação em qualquer momento até o término da pesquisa. Após aceitarem participar da pesquisa, assinaram o termo de comprometimento.

Devido à complexidade do tema, optei por utilizar nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas. Uma entrevista foi ouvida e anotada no meu caderno de campo porque a entrevistada não se sentia confortável em gravar a sua voz. As outras 17 entrevistas foram gravadas em áudio pelo celular, com consentimento das participantes – solicitei previamente autorização às entrevistadas para poder fazer uso do gravador do celular para coletar as informações de forma mais precisa e proveitosa. Isso fez com que a relação pesquisadora-entrevistadas acontecesse de forma mais tranquila e atenta. Além disso, elas puderam se sentir mais confortáveis e a interação se estabeleceu de forma produtiva para ambas, sem ter a preocupação em relação à escrita apressada e resumida das falas.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas pessoalmente por mim e, após o término das transcrições, iniciei a categorização das falas e subsequentemente a análise, com o objetivo de melhor trabalhar as informações coletadas e os dados de pesquisa. Esses dados coletados foram colocados no Quadro 1 e nos Gráficos 1 e 2 para a melhor sistematização das informações.

Tive muito cuidado com os riscos para as entrevistadas. Estive muito atenta aos possíveis constrangimentos, medos, pressões ou algo parecido que pudesse ser manifestado verbalmente, fisicamente ou simbolicamente durante os contatos diretos e indiretos.

Especialmente, tive cuidado com situações que pudessem deixá-las com algum mal-estar diante do que era indagado e respondido.

Juntamente com a realização de entrevistas e pesquisa documental, a elaboração do presente trabalho também teve como base consultas de documentos como: Relatório do Inquérito Demográfico e Sanitário em São Tomé e Príncipe (IDS STP), realizado de setembro de 2008 a março de 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Ministério da Saúde e publicado em julho de 2010; IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2012: Mulheres em São Tomé e Príncipe realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de São Tomé e Príncipe publicado em 2014; Constituição da República de São Tomé e Príncipe; Código penal de São Tomé e Príncipe; Leis, Decretos para a sustentação teórica e empírica deste trabalho.

Além disso, a pesquisa bibliográfica subsidiou a elaboração do presente trabalho. A dissertação buscou suporte em diferentes abordagens decoloniais, essa abordagem é construída a partir de perspectivas decolonial, com enfoque – embora não exclusivamente - nas abordagens de autoras como Maria Lugones e Oyèronké Oyěwùmí. As relações de gênero são pensadas considerando as particularidades do processo de colonização ocorrido no país, bem como as configurações socioeconômicas pós-independência, marcadas pelas desigualdades sociais, sofridas principalmente pelas mulheres.

Esta dissertação adota uma abordagem baseada na narrativa. A escolha desse tipo de abordagem surge do interesse de, a partir das experiências de vida das mulheres, entender melhor os processos de formação do contexto de violência em que as mulheres santomenses se encontram. Um método narrativo se encaixa perfeitamente nestes casos. Tal abordagem caracteriza-se por considerar em seus instrumentos de pesquisa a subjetividade individual, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos que pouco eram ouvidos ou tinham um pequeno espaço para expor-se (BOLDARINE, 2010, p. 16).

Clandinin e Connelly (2000, p. 20) conceituam pesquisa narrativa como “uma forma de entender a experiência” em um processo de colaboração entre pesquisadora e sujeito. Além disso, pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde a investigadora encontrará informações para entender determinado fenômeno (OLIVEIRA; PAIVA, 2008, p. 3).

Desse modo, a importância deste tipo de pesquisa está justamente nesse olhar que se volta para si mesmo e auxilia o sujeito a compreender seus processos de formação e a influência do contexto e do outro em sua própria formação ou constituição (BOLDARINE, 2010).

Em suma, esta dissertação é um estudo qualitativo que procurou estudar a violência contra a mulher na sua dimensão singular, por meio dos significados dados pelos sujeitos aos fatos do seu contexto sociocultural. O percurso metodológico relatado anteriormente – isto é, técnicas de coleta de dados, trabalho de campo, método narrativo - está perfeitamente aninhado com o caráter qualitativo desta dissertação. Sendo uma pesquisa qualitativa, se beneficia, dentre outras técnicas, da análise de conteúdo para analisar os dados, atendendo a larga tradição acadêmica de pesquisas similares que também usam essa técnica de análise de conteúdo como instrumento para tratar entrevistas semiestruturadas (GODOY, 1995).

3 O CONTEXTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Este capítulo fornece uma breve descrição do contexto santomense, dando uma visão histórica sucinta do país e características mais gerais relacionadas com o tema de estudo. As duas primeiras seções assumem um caráter mais histórico e apresentam, respectivamente, a formação e os marcos da história colonial e a Formação da violência estrutural de gênero. As duas próximas seções tratam da questão de como o Estado tem lidado com a violência, a princípio, e depois as características gerais de como, apesar dos esforços do governo, essa violência tem sido caracterizada.

3.1 Formação e marcas da história colonial

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país constituído por duas ilhas de origem vulcânicas: a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe. Além dessas ilhas há também diversos ilhéus. O País está localizado no Golfo da Guiné, junto à linha do Equador, banhado pelo Oceano Atlântico e distante cerca de 300 km da costa ocidental da África.

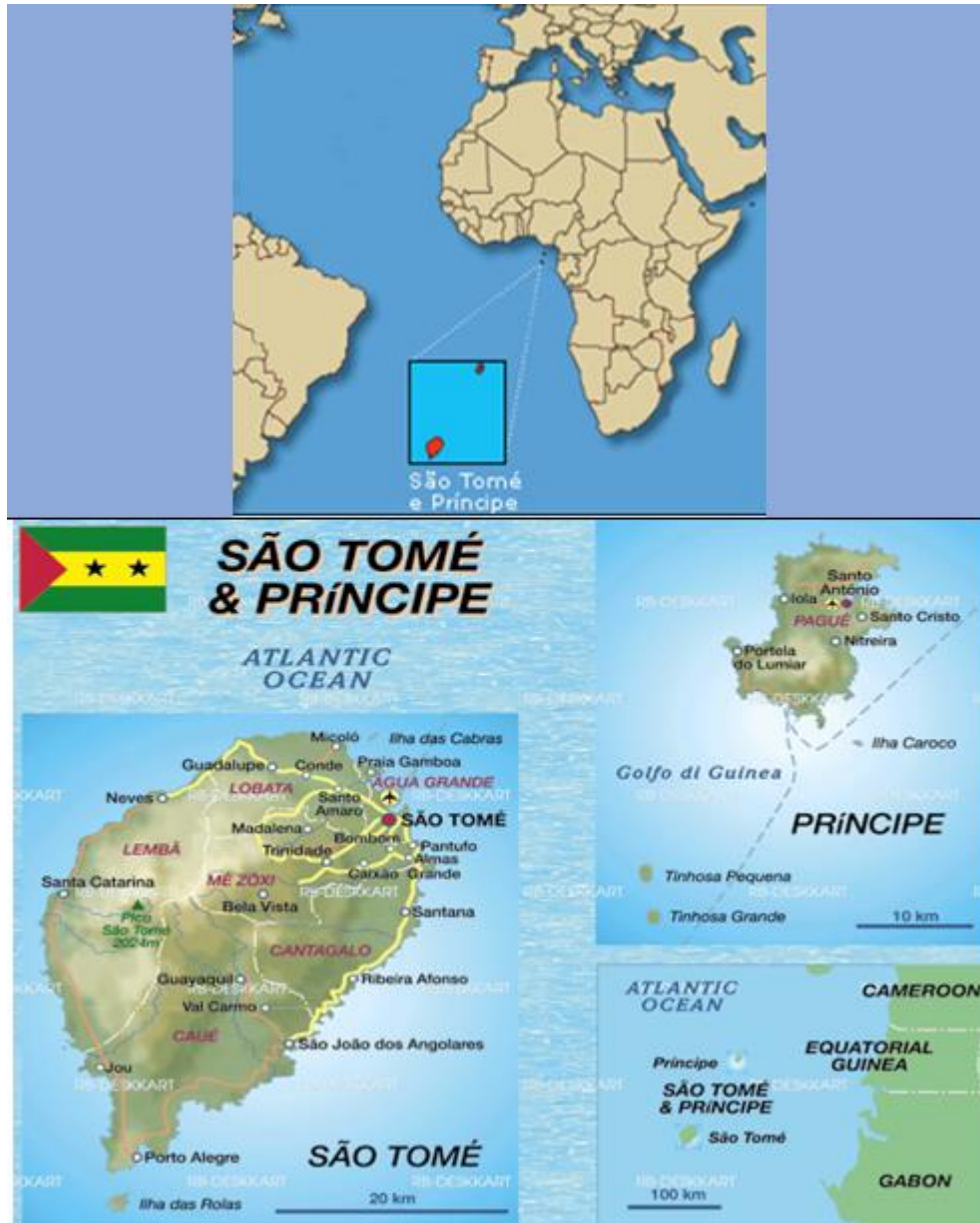
Na ilha de São Tomé há a capital do país, designada de São Tomé (com 859 km²) e na ilha do Príncipe (com 142km²) a capital regional é nomeada de Santo António. A distância de uma ilha da outra é de 150 quilômetros. O espaço total geográfico é de 1001 km² de extensão. São Tomé e Príncipe é antiga colônia de Portugal e se tornou independente em 12 de julho de 1975.

A língua “oficial” é o português, mas há outras línguas nacionais: lungwa santomé ou forro - a mais falada do país-, o angolar (ngola), o crioulo cabo-verdiano e, no Príncipe, o lung'yie (SEIBERT, 2014). A moeda do país é a Dobra (ou Nova Dobra, conforme uma reforma introduzida recentemente). De acordo com o Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Ação de Beijing + 25 (2019) atualmente as duas ilhas têm um contingente populacional de um pouco mais de 200.000 habitantes, dos quais 50,5% são mulheres.

A ilha de São Tomé está dividida em seis distritos: Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Lembá, Lobata e Caué. Enquanto isso, a ilha do Príncipe constitui uma Região Autónoma desde 1995. Um dos aspectos da formação do Estado em São Tomé e Príncipe originou-se do povoamento das ilhas, precisamente em 1493. Sob o comando de Álvaro de Caminha, as ilhas começaram a ser povoadas com exilados portugueses e crianças judias retiradas de seus pais à força e depois com mulheres negras africanas escravizadas, que tinham o papel de procriar ao

máximo, e servir os portugueses que estavam nas ilhas, com o propósito de povoar a ilha (SEIBERT, 2015).

Figura 1 – Localização de São Tomé e Príncipe no mapa mundial



Fonte: elaboração própria com base na imagem da Google

Com isso, o processo de povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe tinha como base a miscigenação (MATA, 1998). Como afirma Seibert (2012), esse processo de formação derivou de habitantes provenientes de outras regiões da África – por exemplo, Reino do Benim (atual Nigéria), Congo, Angola – conduzidos para fins de trabalho escravizado, servindo para

mão-de-obra nas plantações. Como consequência, a história da sociedade santomense se inicia a partir das relações coloniais.

As mulheres negras africanas escravizadas eram vítimas de diversas violências, sofrendo duas vezes a subordinação, pela condição de seu gênero e pela condição de serem escravizadas. Sendo diversas vezes vítimas de cultura de estupro como base da ideologia mestiçagem (GONÇALVES, 2018). Nesse paralelo, a formação de mulatos e mestiços nas ilhas decorreu de uma miscigenação forçada. Nessa miscigenação forçada, os miscigenados faziam parte do número maior de habitantes daqueles lugares. Segundo Gonsalves (2018, p. 14) citando Mata (1988) isso

aconteceu de maneira tão recorrente que os registros históricos mostram que, no ano 1515, os brancos portugueses e habitantes do arquipélago pediam ao rei de Portugal a alforria de seus filhos mulatos e de suas mães negras, o que foi concedido por D. Manuel, por meio da Carta Régia de Alforria, que tinha como alvo, então, a alforria dos lusodescendentes e de suas mães negras.

Os corpos das mulheres negras africanas foram tidos como objetos e propriedades violentadas de todas as formas possíveis, para que fosse possível a política do povoamento e a miscigenação nas ilhas.

A miscigenação foi imposta pela Coroa Portuguesa como artifício de compensação da falta populacional e como estratégia de controle, como forma de garantir o povoamento e a colonização das ilhas. Assim, da relação entre as mulheres negras escravizadas e os colonos portugueses para lá enviados, nasceram os miscigenados, os primeiros naturais da ilha, que tiveram grande influência na estrutura sociocultural do arquipélago (GONÇALVES, 2018).

A alta taxa de mortalidade dos brancos foi uma das razões pelas quais, no início da colonização, a Coroa portuguesa facilitava as uniões entre homens brancos e escravas africanas em São Tomé e Príncipe, pela mesma razão, em 1515 e 1517, decretou-se a alforria coletiva de escravos africanos (SEIBERT, 2014, p. 56).

Com isso, por meio dessas políticas da coroa portuguesa, as mulheres negras africanas escravizadas que foram retiradas de outras partes do continente africano e levadas para São Tomé e Príncipe foram duplamente violentadas. Num primeiro momento, violentadas pelo sistema colonial escravagista que as retiravam de suas terras e as escravizavam e, num segundo momento, abusadas por meio da violência sexual e inferiorização em relação ao gênero e a origem cultural.

Por meio dessas opressões, essas mulheres, à semelhança de tantas outras, em condições similares, foram subalternizadas em uma combinação de processos de racialização,

colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade, sendo vistas e consideradas como máquinas de dar filhos e como máquinas de trabalho (LUGONES, 2014).

Como afirma Alda do Espírito Santo³:

[...] Ninguém que vive em África desconhece o sentido de minhas palavras. Toda a gente conhece a sina fatal da mulher africana, da última que é última entre os negros que já são últimos na concepção vulgar dos demais povos de categoria civilizada. A negra é uma máquina de dar filhos, é a sofredora do trabalho, que serve o homem fielmente, como uma besta de carga completamente mecanizada. [...] Quem desconhece isto? – Ninguém... Tenho a certeza. – No entanto, a negra continua a sofrer a sua sina, sempre calada, parecendo não lançar um gemido (1949, p. 12-14).

O colonialismo foi a principal ferramenta para subjugação e deterioração da situação da mulher africana (OYĚWÙMÍ, 2017). Os colonizadores portugueses quando povoaram as ilhas de São Tomé e Príncipe tinham consigo um “projeto civilizatório”. Esse projeto civilizatório, e a semelhança do que aponta Lugones, consiste na “máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas negras escravizadas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (LUGONES, 2014, p. 937).

Portanto, aquando da povoação, desumanizaram os colonizados e seus territórios em nome de uma “civilização”, forçando os escravizados a usarem suas crenças e ideologias de vida; viram os escravizados apenas como mão-de-obra e um oco a ser preenchido, por valores e crenças trazidas da Europa, desvalorizando e marginalizando todo tipo de conhecimento por parte dos povos escravizados (LUGONES, 2014). Dessa forma, o processo da colonização foi organizado em torno da produção do “outro” como inferior. “O pensamento colonial, euro/androcentrado, funciona mediante relações hierarquizadas que cria e esconde essa criação com atribuições de natureza ou essência, funcionando em sua dicotomia principal, do selvagem e dos civilizados” (GOMES, 2018, p.72).

Os colonos, independente das suas profissões ou encargos, abordaram a África não só com os preconceitos que já tinham sobre este continente, mas também com as suas crenças e ideais que categorizavam os gêneros no continente europeu, conferindo às mulheres um estatuto legal inferior (OYĚWÙMÍ, 2017).

³ Alda Neves da Graça do Espírito Santo, nasceu na cidade de São Tomé, no dia 30 de abril de 1926, em São Tomé e Príncipe. A poetisa foi uma importante personagem na conquista da libertação das colônias portuguesas na África. Além de uma militância incansável viu na poesia uma forma de demonstrar a preocupação com o posicionamento do seu povo, buscando a liberdade do seu povo. A poetisa ocupou vários cargos no governo da jovem nação santomense após a independência em 1975. Ela foi Ministra da Educação e Cultura, Ministra da Informação e Cultura, Presidente da Assembleia Nacional e Secretária Geral da União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe. Alda Espírito Santo morreu em 09 de março de 2010, na cidade de Luanda, em Angola.

Nessa lógica, de acordo Oyèwùmí (2017), a colonização teve impactos desiguais tanto para homens como para as mulheres africanas, visto que o idealismo e as práticas coloniais surgiram e se estabeleceram através de uma visão de uma superioridade absoluta dos civilizados sobre os “selvagens”. Da mesma forma, Lugones (2014) argumenta que a colonialidade de gênero presente e constitutivo no sistema capitalista mundial configura o processo colonial demonstrando que as mulheres colonizadas não são vistas como mulheres, visto que são colonizadas, são meramente fêmeas, não chegando à categoria humana. Portanto descolonizar o gênero consiste em criticar a opressão de gênero realizada sob a perspectiva da inferiorização do corpo não branco, objetivando uma mudança do social, compreendendo não apenas as situações de opressão das mulheres, mas também os processos que reúnem questões de racialização, heterossexualização e colonização. Como afirma Lugones:

[...] na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racionalizada capitalista de "colonialidade de gênero". Chamo a possibilidade de superar a colonialidade de gênero de “feminismo descolonial” (2014, p. 941)

A colonialidade de gênero organiza experiências universalmente e, como consequências, observa as diferenças de gênero a partir das construções sociais, que variam em relação aos órgãos genitais dos sujeitos.

Com isso, as relações de gênero nos contextos coloniais são desiguais e se concentram sobre a figura masculina do colonizador. Isso faz com que as experiências de vida nos contextos coloniais sejam fundamentalmente através do gênero e como se constitui nas categorias das experiências sociais.

A dicotomia homem/mulher é uma marca das hierarquias modernas ocidentais, que se configurou de distintas formas a partir do encontro colonial (LUGONES, 2014). Portanto, a construção de gênero foi forjada de acordo como as ideias dos colonos; contudo, não são universais e nem homogêneas; embora o uso da designação homem/mulher venha de uma construção sociocultural da sociedade ocidental, nem todas as sociedades assumem o mesmo significado. As ideologias de gênero são socialmente construídas e, por isso, não podem ser analisadas de formas semelhantes em diferentes sociedades (GOMES, 2018).

O processo de marginalização e desumanização dos nativos santomenses se deu a partir das relações coloniais e perdurou até os dias atuais (através da colonialidade de gênero, do poder, do saber e do ser).

No regime colonial, mesmo com a absolvição do regime escravocrata nas ilhas, os colonos encontraram outra forma de encobrir o trabalho escravocrata, o qual se configuraria pela introdução de uma nova categoria, a dos serviçais que vieram de Angola, Cabo Verde, Moçambique. Essa nova categoria de contratação de serviçais se deu desde meados de 1876 até a independência (SEIBERT, 2000; HENRIQUES; BATISTA, 2016)

Em São Tomé e Príncipe, ao longo do período colonial, tanto durante o regime de escravização como no regime de contratação, houve diversos atos de resistência por parte dos colonizados, sendo os mais conhecidos a revolta⁴ do Amador e o massacre de Batépa. Essas revoltas/atos de resistências foram contra a hostilidade imposta pelos colonos, contra um sistema colonial violento que utilizava a retórica da “civilização pelo trabalho” para desumanizar e categorizar a sociedade de São Tomé e Príncipe, instituindo complexas relações de poder e subjugação entre os vários segmentos populacionais presentes nas ilhas (NASCIMENTO, 2000).

Nessa lógica, os acontecimentos que tiveram início no dia 3 de fevereiro de 1953 (atualmente feriado nacional no arquipélago) e que se estenderam por vários meses é um dos marcos de resistência contra o regime colonial.

O Massacre de Batépa, como ficou conhecido este evento de 1953, é um episódio histórico conhecido pela resistência do povo santomense à violência e perseguição dos colonizadores, sobretudo do governador Carlos de Sousa Gorgulho. Segundo Seibert (2014), este massacre foi imposto aos nativos forros por recusarem o trabalho a contrato nas roças⁵ de café e cacau.

Durante esses atos de perseguição e de marginalização, tanto mulheres como homens nativos foram pegos durante as rusgas para fins de trabalho forçado, tanto nas obras como nas plantações. Santos (2015) destaca que as obras que foram construídas no mandato de Carlos Gorgulho em São Tomé foram sendo realizadas em ritmo acelerado, realizadas à custa de trabalhos forçados, invasões e prisões arbitrárias.

Mulheres pegas durante as rusgas tinham um destino diferente. Para além de fazerem trabalhos forçados, aquelas que o governador considerava bonitas eram para seu despojo pessoal (SEIBERT, 2001).

⁴ Para objetividade do presente estudo, não tenho a intenção aprofundar na contextualização das revoltas ou atos de resistência acontecidos durante o regime colonial. Apenas focarei nos acontecimentos que acredito serem pertinentes para o presente trabalho.

⁵ terreno com plantações extensas, Zona rural.

Como referi, este Massacre de Batepá começou nos primeiros dias do mês de fevereiro de 1953 e pode-se considerar que a repressão atingiu o seu auge com espancamentos até à morte, afogamentos propositais, correntes de ferro à volta do pescoço, interrogatórios intermináveis, com palmatórias, chicote e choques eléctricos (LIMA, 2002). O massacre aconteceu durante vários meses, e, ao longo desse período, rusgas eram constantes, casas eram incendiadas e prisões recorrentes em um presídio central superlotado ou em um campo de trabalhos forçados em Fernão Dias ⁶(LIMA, 2002).

Durante o massacre foram praticadas inúmeras violências com as mulheres nativas nas ilhas, ou seja, mulheres negras africanas eram vistas pelos colonos como objeto digno de violência, especialmente violência sexual e de trabalho forçado. Segundo Alda Espírito Santo:

Nessa “Guerra” muitas mulheres anónimas e jovens raparigas foram violadas durante essa guerra. Como afirma Avelino Pires dos Santos, citado por Carlos Espírito Santo: “os trabalhadores lançaram-se na indisciplina de forçar mulheres, desonrar crianças, [...], em virtude do senhor Governador lhes ter feito constar que, desde já, podiam utilizar-se de mulheres, cujos pais e maridos estivessem mortos ou desaparecidos” (2003, p. 330).

No documentário “Em São Tomé o colonialismo não morreu com as roças” de Joana Gorjão Henriques, Sibília Lind e Frederico Batista, publicado em 2016, no site do jornal português “O Público”, a antropóloga Nazaré Ceita comenta sobre uma cabo-verdiana que viu seu filho ser assassinado por um colono pelo fato de ela ter negado ter relações sexual com o colono. Foi o culminar de momentos anteriores, quando a mesma cabo-verdiana contratada durante o regime colonial era perseguida sexualmente por este colonizador (patrão), e sempre o recusava. Depois, ela quando conheceu um compatriota e se apaixonou, teve com ele um filho. Quando o colonizador soube do bebê, ele o assassinou em retaliação pelo fato de a cabo-verdiana não o ter aceitado. Isso mostra como o processo de colonização foi desumano e como tirou a vida das mulheres de todas as maneiras possíveis.

Essas extremas violências e esses massacres aos nativos foram baseados na crença da superioridade dos colonos em relação aos nativos, ou seja, uma forma de retaliação aos nativos forros como forma de demonstrar o poder e de dizer que os seus corpos e suas forças não os pertencem, mas sim aos colonizadores.

⁶ Fernão Dias é uma localidade de São Tomé e Príncipe, localizado ao Norte no distrito da Lobata, ilha de São Tomé, próxima ao Rio do Ouro. Uma praia que ocorreu o massacre de Batepá em 1953 feitos pelos colonos durante o regime colonial, resultando em mortes de muitos nativos.

Devido a esses e outros acontecimentos, os nativos já tinham um sentimento nacionalista que se formava gradativamente, e o massacre apenas acelerou a sua consciencialização política e a consequente formação de um grupo político (ESPIRITO SANTO, 2003).

Na década de 1960, um grupo de estudantes nativos no exterior organizou um comitê que iria conduzir um processo em busca de independência para tornar o país uma república democrática. Com isso, foi criado o Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), em 1960, recebendo, mais tarde, o nome de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e que teve como seus idealizadores vários nacionalistas que tinham familiares entre as vítimas do Massacre de Batepá (LIMA, 2002).

Esta luta não armada pela independência se deu com o empenho dos estudantes e os intelectuais que estavam na Europa e que não se abdicaram da coesão nacionalista juntamente com a sensibilização dos nativos nas ilhas, em prol da independência.

Nessa sensibilização pela conscientização política do povo nativo das ilhas, Alda do Espírito Santo não mediu esforços para a conquista da independência do arquipélago. A escritora e poetisa santomense tinha como objetivo mobilizar e conscientizar mulheres e homens para a luta pela independência de São Tomé e Príncipe, organizando-se periodicamente com um grupo de mulheres que se reuniam e realizavam campanhas de alfabetização e sensibilização da população (SANTOS, 2015).

Um dos atos mais aclamados das organizações desses movimentos de resistência social é atualmente reconhecido como o Dia Nacional da Mulher de São Tomé e Príncipe, que aconteceu em 19 de setembro de 1974. Nessa data, muitas mulheres de todos os lados do país, guiadas por Alda Espírito Santo, Maria do Rosário Barros, Hirondina Xavier, Fátima Ramos Dias, Ester Will, Páscoa Carvalho, Páscoa Aragão, e vestidas de preto (luto e tristeza), organizaram uma enorme manifestação nas ruas da cidade de São Tomé, e que terminou no palácio do governador. Suas frases de ordem eram as seguintes: “unidas venceremos”, “a vitória é nossa”, “independência total é o que o povo quer” (SANTOS, 2015, p. 42).

Como nota Alda Espírito Santo (1978), citada por Gonçalves (2018, p. 90), “foram cerca de três mil mulheres que se levantaram pelos interesses de seu povo e exigiram do poder colonial o reconhecimento do MLSTP como único e legítimo interlocutor do povo de São Tomé e Príncipe”.

Entre esses e outros atos de resistência, chegou-se a um acordo entre o MLSTP e o Governo português, de 23 a 26 de novembro de 1974, em Argel, em que a data para a independência de São Tomé e Príncipe era fixada para 12 de julho de 1975” (LIMA; MACHADO, 2018, p. 4). Finalmente, através de uma luta política não armada, e de vários atos

de resistência dos nativos dentro e fora das ilhas, em 12 de julho de 1975 o povo de São Tomé tornou-se independente, com um presidente da república – Manuel Pinto da Costa.

3.2 A Formação da Violência Estrutural de Gênero

Os estudos decoloniais e os estudos africanos inauguraram um novo campo analítico que permite (re)pensar o sistema histórico do colonialismo e pós-colonialismo. No caso santomense, através de uma abordagem atenta às relações de poder e violência, dentro e além das fronteiras de gênero, classe e região (MONTEIRO, 2016). A partir das teorias pós-coloniais e africanas, podemos enxergar os resultados desastrosos da colonização e observar a nova estética literária, a do ponto de vista do corpo negro excluído.

Isso porque, além de uma maior compreensão do sistema histórico que deu origem a uma sociedade cuja história foi construída pelas mãos de colonos ávidos por riquezas, também permite uma desconstrução dessas narrativas dominantes. De modo similar, possibilita outras interpretações sobre invenção de São Tomé e Príncipe como um arquipélago de diversas manifestações culturais, cuja narrativa teve início na época colonial portuguesa, ancorada no imaginário luso-tropical (MONTEIRO, 2016; GONÇALVES, 2018).

Como já foi dito nos capítulos anteriores, as ilhas de São Tomé e Príncipe foram povoadas por colonizadores portugueses através da união de povos e culturas europeias e africanas, tendo a colonização sido iniciada no século XV, abarcando, posteriormente, um processo histórico de miscigenação, retratado por Seibert (2015) como um caso único no contexto das ex-colônias portuguesas em África.

Durante a colonização, a maioria das experiências sócio-históricas foi narrada a partir do ponto de vista colonial, da imaginação colonial portuguesa, retratando a coragem e a bravura de homens brancos europeu e a suposta passividade das mulheres escravizadas negras africanas, e durante muito tempo essas narrativas foram consideradas como verdade (MONTEIRO, 2016; HALL, 2003; FANON, 2008).

Dessas narrativas surgiram diversas formas de naturalização e normalização das múltiplas violências imperiais contra as mulheres nativas e homens nativos. A violência foi um instrumento utilizado de maneira sistemática nos processos de colonização, produzindo vários impactos físicos e simbólicos nos povos colonizados (LUGONES, 2014).

O “surgimento de mulher como uma categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todos tipos de situação é o resultado em parte, da imposição de um estado colonial patriarcal” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 66). Enquanto isso, a ideologia da

“virilidade imperial ou a hipermasculinidade do Colonizador alcançou uma proporção alarmante, por fixar a Colônia e o Colonizado como meros objetos efeminizados e racializados, estabelecendo a diferença colonial” (MONTEIRO, 2016, p. 844). Portanto, o sistema colonial impôs uma dupla lógica de inferiorização, isto é, o racismo colonial e o sexismo colonial, que consistiam em mecanismos de dominação e que vigoram até os dias atuais (LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2017; MONTEIRO, 2016; DIAS, 2001).

Esse regime permite “registrar, inevitavelmente, uma interpenetração do sistema colonial e do sistema patriarcal” (MONTEIRO, 2016, p. 984). Nessa lógica, é necessário realçar que o sistema patriarcal também se encontra em muitas culturas africanas, porém o caso específico da experiência histórica santomense, o ideal patriarcal surge reconfigurado pela relação de poder inerente a experiência colonial, sendo um modelo imposto pelo próprio colonizador (DIAS, 2001). Com isso, a ideologia patriarcal no arquipélago remonta ao período de formação da sociedade santomense (DIAS, 2001).

No período colonial, era muito raro as mulheres europeias imigrarem para São Tomé e Príncipe. E na falta de gente para povoar as ilhas, os colonos acessavam os corpos de mulheres escravizadas de diferentes partes do continente africano. Como resultado, e muito frequentemente, isso levou igualmente a uniões aparentemente “voluntárias” entre homens europeus, de vários status sociais, com mulheres escravizadas (SEIBERT, 2014). O relacionamento entre colonizador e colonizado era baseado no sistema de diferença hierárquica, desigual e injusto.

Tal processo deu origem não só a um processo de miscigenação como também ao estabelecimento de uma assimetria particular entre homem e mulher que viria a ter uma influência marcante na configuração nas relações interpessoais e nas relações dentro das famílias. As mulheres escravizadas constituíam como um elemento triplamente subordinado pelo senhor branco, além de uma dominação racial e de estrato havia ainda a hierarquização sexual fornecida pela igreja católica. [...] resultando num direito da herança cultural fundada na autoridade do homem em relação à mulher. Essa ideologia patriarcal é hoje vinculada no qual poderíamos chamar cultura popular, onde a relação hierárquica entre marido e mulher é apresentado como uma norma social a ser respeitada (DIAS, 2001, p. 74-75).

Compreender esses elementos e os ideais coloniais de subordinação e dominação, bem como o acesso aos corpos das mulheres santomenses que se formaram nas ilhas santomense, é essencial, pois permite visualizar os efeitos atuais deste regime no contexto santomense, principalmente porque o país tem apenas 45 anos de independência.

Nesse contexto, ao falar da situação atual das mulheres santomenses, há que se considerar os 500 anos de colonização e toda marginalização, inferiorização, subordinação, racialização, empobrecimento e exclusão nas áreas do poder colonial.

Segundo Oyěwùmí (2020), a exclusão das mulheres nas áreas de poder é uma tradição colonial dos europeus que foi exportada para a África durante o período colonial, na qual desqualificou e marginalizou as mulheres para o exercício de funções de liderança.

Como afirma Oliveira e Paradiso “essa ideologia confere à mulher a marginalidade, a exclusão, a opressão, continuamente afirmada por um discurso autoritário que privilegia o homem através de clichês e de atos preconcebidos que impõem limites às mulheres, conferindo a elas um lugar inferior na sociedade” (2012, p. 64)

Nesse sentido, é possível compreender este aspecto relacionado com os problemas da sociedade santomense em relação ao elevado percentual de restrições diferenciadas para as mulheres. De acordo com o último recenseamento geral da população, realizado em 2012 e publicado em 2014, existem diferentes graus de desigualdade e em diferentes setores, seja em cargos públicos ou mesmo no setor privado, que são principalmente impostos às mulheres. O gênero feminino é a população inativa mais numerosa, principalmente em relação ao desempenho relacionado às atividades econômicas, em que as mulheres estão em sua maioria desempregadas.

De acordo com o Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing + 25^o”, publicado em 2019, a pobreza afeta mais as mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%). “A maioria das mulheres santomenses tem como a sua ocupação principal como fonte de renda ‘serviços e vendedores’, uma taxa de 58,9%, pois muitas delas não têm um emprego remunerado, trabalham por conta própria em casa sendo consideradas domésticas” (RGPH-2012, 2014, p. 12).

Em relação ao analfabetismo, há maior proporção de mulheres que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (59,8%) – em relação à proporção de homens, 40,2% –, o que é reflexo das altas taxas de analfabetismo da população feminina no período anterior à independência nacional (RGPH-2012, 2014). Necessário ressaltar que esse dado da taxa de analfabetismo em São Tomé e Príncipe vem diminuindo e isso se deve às várias estratégias políticas elaboradas pelo Estado santomense para promover a alfabetização entre a população (CAMBLÉ, 2018). Esse dado nos faz ver como a igualdade de gênero na sociedade santomense ainda é um caminho a ser trilhado. Já de acordo com Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe, realizado no ano 2016 pela UNICEF, consta que 33,4% das mulheres são vítimas assumidas de maus tratos (2016, p. 175).

Desse modo, “ser mulher é mais do que nascer em um determinado corpo: é fazer parte das relações sociais que produziram desigualdades e transferiram aos corpos o lócus de exercício do poder” (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020, p. 244). Portanto, afirmar os direitos

das mulheres passa por enfrentar a colonialidade do gênero que ainda permeia as relações e tem na violência um dos seus instrumentos recorrentes (LUGONES, 2014).

Nessa perspectiva a violência é um elemento constituinte da modernidade colonial. Visto que as “relações de gênero nos contextos coloniais, por sua vez, são historicamente assimétricas e concentram na figura masculina do colonizador o polo de poder por excelência” (LUGONES, 2014, p. 3). Isso permite a designação homem/mulher se manifestar como uma marca das hierarquias modernas ocidentais, no qual caracteriza diversas formas de violência a partir das experiências coloniais.

Oyëwùmí (2017) argumenta que, embora tanto homens negros quanto mulheres negras africanas fossem escravizados, havia uma diferença na forma de tratamento, pois, para os homens escravizados, os colonizadores concederam a eles o benefício de ocupar alguns lugares menos subalternizados que as mulheres nativas não podiam ocupar. Desde o início das relações coloniais no arquipélago, as mulheres nativas sempre foram relegadas aos lugares de subalternização, de doméstica, de submissão, visto que essas mulheres serviam como escravizadas de senhores brancos (e de senhores de sua própria cor e nacionalidade), como mães trabalhadoras na roça ou como donas de casa (SCARTON, 2019) – e sempre relegadas à margem da esfera pública.

Os “homens negros, que também foram vítimas de dominações e explorações violentas, não percebem que são cúmplices ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres negras” (LUGONES, 2020, p. 54). Já o reconhecimento da situação das mulheres fez parte do discurso proferido pelo primeiro Presidente da República no dia internacional da mulher - comemorado pela primeira vez no dia 8 de março de 1976 – que arguiu que se verificava nas mulheres santomenses um maior atraso do ponto de vista político e cultural. E que “isso era devido ao comportamento retrógrado do homem santomense que, oprimido e explorado pelo sistema colonial, agia como opressor da mulher e impedia o seu avanço social” (COSTA, 1979 *apud* SANTOS, 2015, p. 32). Ainda segundo o Presidente da República de São Tomé e Príncipe no seu primeiro discurso após independência

Queremos chamar a atenção daqueles que ainda consideram a mulher como ser inferior, para o papel importante que ela desempenhou na nossa luta de libertação, tanto ao nível da mobilização das massas, como nas diferentes manifestações no nosso país, a mulher teve uma participação ativa. As nossas mulheres sofreram mais do que qualquer outro nacional durante o período colonial. Sobre ela recai não somente o peso da exploração colonial, mas também o da tradição que a relega para um plano inferior, privando-a de toda e qualquer iniciativa dentro da sociedade (COSTA, 1979 *apud* SANTOS, 1978, p. 26).

Nessa perspectiva, depreende-se que abordar a questão da violência contra mulher numa realidade como a de São Tomé e Príncipe requer mais do que apenas utilizar teorias feministas hegemônicas eurocêtricas e afirmar a importância dos direitos humanos. Utilizar apenas essas categorias pode relegar todo um histórico de desigualdades e exclusão na vida das mulheres santomenses.

São Tomé e Príncipe, em consequência do seu histórico de formação a partir das relações colônias, gradativamente o país resultou numa sociedade centrada no gênero masculino e na marginalização do gênero feminino, em que tanto homens como mulheres reproduzem, naturalizam e normalizam a violência de gênero. Mesmo antes de 1975, as mulheres lutavam diariamente com força e determinação pela sua emancipação, procurando garantir e salvaguardar os seus direitos na sociedade são-tomense. Contudo, ainda muitas das mulheres carregam consigo o sofrimento e a tristeza que o período colonial deixou nas suas vidas, vivendo com profundas cicatrizes, embora a independência do país tenha trazido autonomia para muitas.

Embora hoje essas mulheres continuem lutando muito pelo seu reconhecimento social, participem de lideranças públicas e, embora sejam o gênero que muito contribui para o desenvolvimento do país, sua afirmação e garantia de seus direitos enfrentam muitos bloqueios. Na prática, “a identidade da mulher africana é muito marcada pelos padrões de uma sociedade patriarcal cujos valores estão tão impregnados na sociedade que, tanto as mulheres como os homens acabam por considerá-los naturais” (RGPH-2012, 2014, p.16).

Além disso, “embora muitas mulheres garantam a segurança alimentar e contribuam para a renda familiar, a violência doméstica ainda desempenha um papel central na relação homem-mulher” (SCARTON, 2019, p. 16).

Porém, destaca-se o surgimento de novas leis que incidem sobre a violência doméstica, questão de gênero e emancipação das mulheres, que paulatinamente tem feito diminuir os estereótipos que asseguravam o poder dos homens sobre as mulheres. Tais estereótipos, ao deixarem de ser dirigidos para a vida de um casal, assustam aos homens, já acostumados à submissão por parte das esposas (SCARTON, 2019; CAMBLÉ, 2018).

Em São Tomé e Príncipe, foi argumentado, em relação a desigualdade de gênero, que:

Para além da violência doméstica, regista-se cada vez mais divórcios e separações. O lar, e a família que constituem o berço da sociedade estão a ruir aceleradamente. Talvez segundo observações em São Tomé, este facto deve-se também à interpretação que os casais fazem da questão do gênero determinando assim a qualidade da vivência conjugal. Muitos homens são-tomenses não se sentem nem cultural, nem psicologicamente preparados, para aceitar certas situações e novidades que a questão

do gênero e as novas leis trouxeram para a sociedade, preferindo por isso ficar e viver sozinhos (Abel Veiga, no Jornal *Tela Nón*, 2010).

Quando nessa citação acima é retratado que os homens vão “ficar e viver sozinhos”, em grande parte “essa afirmação está relacionada à não responsabilidade com o casamento e a família, já que os homens abandonam seus filhos e acreditam que não têm obrigação de cuidar deles” (SCARTON, 2019, p.17). Os homens abandonam suas parceiras porque as veem como mulher que deve obedecê-los e fazer o que eles quiserem acima de tudo, ou seja, as veem como sua propriedade. Quando se veem confrontados em respeitar as suas parceiras e terem um tratamento igualitário no relacionamento, muitos abandonam as suas parceiras em busca de novas mulheres em que possam exercer a sua supremacia.

Muitos olham para a parceira como a única e principal detentora dos afazeres domésticos, dando-as uma enorme sobrecarga de trabalho. De acordo com o Recenseamento geral da população, realizado em 2012 publicado em 2014, anteriormente citado, apenas 5% dos homens realizam tarefas domésticas. Já as mulheres “enfrentam muitas vezes a dupla jornada de trabalho, acumulando funções profissionais e de cuidado da casa, no geral sem a contrapartida masculina; e ainda estão sujeitas a vários tipos de violência de gênero” (SEQUEIRA, 2010, p. 34).

A tendência feminina de se emancipar, ou então colocar-se em pé de igualdade com os homens, sobretudo em alguns aspectos de vivência doméstica faz com que haja vários conflitos dentro do lar, já que os homens costumam aceitar que as mulheres estão em constante luta por seus direitos (Abel Veiga, no Jornal *Tela Nón*, 2010).

A autora nigeriana Chimamanda defende que uma das formas de reverter esse processo de formação da desigualdade de gênero é através da educação. Educar as crianças partindo dos outros princípios, em que tanto meninas como meninos possam viver em uma sociedade livre fora dessas âncoras da masculinidade forçada. Como também, criação de políticas públicas tendo como a referência o diálogo e a procura do melhor entendimento dessa conjuntura universal que marginaliza as mulheres e potencializa a violência do homem, na finalidade de melhor entender esse processo de violência que constitui a sociedade. Isto porque as mulheres não nascem marginalizadas e nem os homens nascem violentos e machistas; esses comportamentos se dão a partir da construção da sociedade em que estão inseridos. Contudo, para que a políticas públicas e a educação atinjam positivamente a vida das mulheres e dos homens é fundamental mudar sua base ontológica e epistemológica, só assim, estaríamos preparados para enfrentar essa colonialidade de gênero.

Segundo Chimamanda

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são - Porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, homens duros (2017, p. 29).

Esses homens duros são “fabricados” com o pressuposto de uma “virilidade” e isso para eles é algo a ser valorizado acima de tudo. Devem ser durões e reconhecidos socialmente. Muitas vezes, o reconhecimento é feito às custas da liberdade de alguma mulher, que acreditam ter encontrado para formar uma família, mas que as converte em vítima para reafirmar essa sua masculinidade.

No entanto, Chimamanda acredita que “se começarmos a criar nossos filhos de outras maneiras, daqui a cinquenta anos, cem anos eles não serão pressionados a provarem sua masculinidade” (2017 p. 30). Criando, assim, uma sociedade mais equitativa e igualitária entre gênero. Segundo essa a autora

A questão de gênero é importante em qualquer parte do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente” (p. 28).

A construção da masculinidade dura não é prejudicial apenas para mulheres, mas também para os próprios homens. É extremamente importante ensinar as meninas a saberem suas histórias e a se posicionarem, terem consciência das desigualdades de gênero e serem encorajadas a lutar e salvaguardar seus direitos futuramente. Há muito caminho a ser trilhado nesse quesito e que nos permite pensar e contar sobre o modo danoso como a colonização tem influenciado nossas vidas, desfigurando muitos de nossos traços culturais a ponto de não conseguirmos descrever quem éramos antes desse processo de desumanização e as consequências dessa exploração em nossas vidas. Como afirma Souza:

Somos frutos de umas sociedades submetidas ao sistema colonial que tiveram de assimilar a língua, a cultura, a religião e o que mais seus dominadores julgassem necessário para suprir os interesses da metrópole. Dessa forma, os habitantes dessas sociedades deixavam de lado suas verdadeiras identidades para viver a identidade do outro (2014, p. 2).

Em São Tomé e Príncipe, com a independência, o país necessitava de novas formas de enfrentamento de ideologias impostas durante o processo colonial, para que população soubesse

e dialogasse criando ferramentas para se curar e ressignificar as histórias e marcas de violência e barbaridade desenvolvidas no decorrer do regime. Mas, em grande medida, isso não aconteceu. Por isso é necessário que busquemos outras formas de relacionamento baseadas na compreensão e nos valores humanos visto que durante um longo tempo as nativas santomenses foram relegadas as múltiplas explorações. O reconhecimento e o autoconhecimento são essenciais para a construção do sujeito da ação na luta social, e só existe o dominado contra a dominação se este se reconhecer como tal (MONTEIRO, 2016). Sendo assim, afirmo no presente trabalho, que a educação e a criação de políticas públicas são ferramentas importantes para auxiliar na mudança das desigualdades de gênero e na violência doméstica contra mulheres como descrito a cima, entretanto acredito que essa mudança só acontecera através da estudos decoloniais, que nos permite estudar e argumentar contra essas narrativas dominantes, possibilitando o melhor entendimentos das nossas histórias como um povo e buscando ressignificar os nossos valores e concepções de mundo. E isso só é possível a partir de perspectiva descolonial, e através de uma mudança ontológica e epistêmica das narrativas, e só assim teremos como enfrentar colonialidade do saber, do poder e do ser imposta e desenvolvida durante séculos na sociedade santomense.

Isso inclusive inclui a ressignificação dos ensinamentos passados para as meninas em São Tomé e Príncipe. Tendo o foco a percepção do contexto social em que se encontram, e como são criadas para que suas vidas ocorrem em torno dos futuros maridos.

Ainda, de acordo com Chimamanda, desde cedo as meninas “são criadas de uma maneira pernicioso, porque as ensinamos a cuidar do ego frágil do sexo masculino, ensinamo-las a encolher e a se diminuir” (2017, p. 30). Para que tenhamos um futuro melhor é necessário mudarmos as formas como atualmente a sociedade se estrutura. A primeira instituição (a família) através da mudança de ensinamentos passados de pais para filhos é importantes e contribui na formação da sua personalidade, entretanto existem outras socializações como escolas, sociedade, por isso, apenas os ensinamentos dos familiares não conseguem mudar uma conjuntura formada com anos de opressão, exploração e violência, é necessária uma transformação cultural para enfrentar essa violência.

Portanto, pensar na emancipação feminina é algo que deve ter em conta todos aspectos sociais, ser repensado desde a formação da sociedade santomense. Visto que, é fundamental fazer as mulheres “reconhecer não somente seus direitos, mas também sua força e fazer garantir políticas que a auxiliem na busca por sua emancipação social e psicológica, essas mulheres se encontra submissa e crê em uma cultura que jamais a favorecerá” (SCARTON, 2019, p. 35).

Esse processo de emancipação não dependa somente da força de vontade das mulheres e dos homens e nem das políticas públicas, mas sim da necessidade de uma transformação cultural para enfrentar a colonialidade do gênero.

3.3 O enfrentamento da violência de gênero em São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, desde a formação e o povoamento das ilhas, a violência doméstica contra mulheres negras africanas foi legitimada, seja por religiosos e políticos, ou pela ideologia colonial patriarcal, sendo um fenômeno que se encontra enraizado na sociedade, fazendo parte integrante da história da família das sociedades santomense (DIAS, 2001).

Com a conquista da independência, o país passou a criar e afirmar a igualdade de direitos e a promover políticas de redução das desigualdades historicamente produzidas pelo sistema colonial, incorporando em diversas resoluções pós-independência e na agenda política a questão do enfrentamento à violência em relação ao gênero feminino (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020). Há o exemplo da Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe (OMSTEP), uma iniciativa importante – entretanto política, por sua vinculação ao partido MLSTP – na afirmação dos direitos das mulheres (MATOS, 2018).

No plano internacional, São Tomé e Príncipe assinou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (em 2003), no qual o tema da promoção da igualdade de gênero através dos *media* é mencionado duas vezes:

- i. Em primeiro lugar, no artigo 4º, em que se afirma que “Os Estados se comprometem a tomar medidas apropriadas e efetivas para promover ativamente a educação para a paz através de programas de ensino e da comunicação social com vista à erradicação de elementos que contém crenças e atitudes tradicionais e culturais, práticas e estereótipos que legitimam e exacerbam a persistência e a tolerância da violência contra as mulheres”;
- ii. Depois, no artigo 12º, em que se afirma que os países tomem todas as medidas apropriadas de modo “eliminar todos os estereótipos que perpetuam essa discriminação nos manuais escolares, nos programas de ensino e nos *media*” (CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES EM ÁFRICA, 2003, p. 3-5).

Em 2003, realizou-se um dos primeiros estudos sobre violência doméstica em São Tomé e Príncipe sob a iniciativa da UNICEF (UNICEF, 2003, citado por CARVALHO, 2010). Já em 2006, foi criado Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD) na finalidade de prevenir, aconselhar e apoiar as vítimas de violência doméstica. Em 2007, criou-se o Instituto Estratégia Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Gênero (ENIEG), com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a População. Já em 2008 foram criadas as leis nº 11/2008 e nº 12/2008, que estabelecem mecanismos complementares para prevenir e punir a violência doméstica e familiar em consonância com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e como estabelece um sistema de prevenção e de apoio às vítimas de violência doméstica e familiar. Além disso, em 2012 foi criada a lei nº 6/2012, que tipificou o crime de violência doméstica no código penal santomense (VERA-CRUZ; SOUZA, 2016; SANTOS, 2015).

Necessário frisar que com o estudo feito sobre a violência doméstica contra mulher em 2003, pela UNICEF, constatou-se que 25% das mulheres eram vítimas assumidas de maus tratos em São Tomé e Príncipe (UNICEF, 2003, citado por CARVALHO, 2010). Esse resultado começou a ser alvo de preocupação do governo de São Tomé e Príncipe. E os legisladores santomenses se viram pressionados, nacional e internacionalmente, com os aumentos de vítimas da violência doméstica. Com isso se viram obrigados a criar uma lei que recria e cria mecanismos de proteção contra tal problema (CAMBLÉ, 2018). As Leis 11/2008 e 12/2008 são elementos extremamente importantes para enfrentamento da violência doméstica em São Tomé e Príncipe.

As leis n.º 11/2008 e 12/2008, em seu artigo 5º, apontam que violência doméstica é qualquer ação ou omissão decorrente no seio familiar ou doméstico que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral, patrimonial ou privação de liberdade nas seguintes situações:

- a) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; b) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; c) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com o (a) ofendido (a), independentemente de coabitação

Aqui, um aspecto importante é que é necessário distinguir as diferentes conceituações de vários tipos de violências propaladas na literatura ou, no caso desta dissertação, por atores específicos. Por exemplo, e de acordo com a Organização Mundial da Saúde, há uma lista de termos que aparecem muitas vezes aninhadas em muitos esforços para compreender a

subalternização do corpo feminino (Quadro 1). No entanto, estou a adotar o termo “violência doméstica contra as mulheres” isto tendo em conta porque é um significado mais comum e que melhor se adequa à ideia deste trabalho.

Quadro 1 – Alguns termos e formas de definição associados à violência doméstica contra as mulheres

Termo	Descrição
Violência baseada no género	A violência baseada no género contra as mulheres é a violência que é dirigida contra uma mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres. Inclui atos que infligem danos físicos, mentais ou sexuais ou sofrimentos, ameaças de tais atos, coação e outras privações de liberdade.
Violência contra a mulher	Qualquer ato de violência de género que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou mental às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou na vida privada.
Violência por parceiro íntimo	Refere-se ao comportamento de um parceiro íntimo ou ex-parceiro que causa danos físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle.
Violência interpessoal	Aquela que ocorre entre familiares, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e estranhos, e inclui maus tratos infantis, violência juvenil (inclusive a associada a gangues), violência contra a mulher (por exemplo, violência de parceiros íntimos e violência sexual) e abuso de idosos

Fonte: Organização Mundial da Saúde (2016; 2014)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, uma em cada três mulheres em todo o mundo, especificamente 35%, foram vítimas de violência física ou sexual durante a sua vida. Nesta lógica, embora os homens também possam ser alvos de violência doméstica, é no género feminino que está a atingir de forma mais significativa – daí a preocupação global com este fenómeno da violência doméstica contra as mulheres.

Em São Tomé e Príncipe, de acordo com as leis 11/2008 e 12/2008 a violência doméstica e Familiar contra mulher pode ser dividida em cinco tipos, a saber, violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral. Por violência física entende-se como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, nomeadamente, bofetadas, puxar, empurrar, empurrar, beliscar, morder, arranhar, socos, pontapés, agredir com armas ou objetos. Por violência psicológica entende-se como qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento coercivo, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização e exploração, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Por violência sexual entende-se como qualquer conduta a) que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da

força; b) que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; c) ou que limite ou anule o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Por violência patrimonial entende-se como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Finalmente, por violência moral entende-se como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

As leis 11/2008 e 12/2008 preveem punição a quem comete esses crimes e abordam medidas de conscientização, bem como criação de medidas protetivas às mulheres em situação de violência doméstica. No seu art. nº 1: determina que a mesma cria mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar, de acordo com os compromissos assumidos ao nível da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juízos especializados na matéria de violência doméstica e outras formas de violência baseadas no género; e estabelece medidas de assistência e proteção às vítimas de violência doméstica.

No artigo 8.º das referidas leis, relativas à política pública de prevenção da violência doméstica e familiar, existe a garantia de que será feita através de um conjunto articulado de ações do Estado (Assembleia, Governo, Região Autónoma, Municípios) e organizações não governamentais, tendo base as seguintes orientações:

- a) A integração operacional do Poder Judiciário (Tribunais e Ministério Público), com os sectores de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e solidariedade;
- b) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de género e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adoptadas;
- c) O respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a punir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbam a violência doméstica e familiar;
- d) A implementação de atendimento policial especializado particular para as vítimas de violência doméstica e familiar, nos Serviços Policiais Distritais;
- e) A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar, dirigidas ao público escolar e à Sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos;
- f) Restabelecimento da noção de família, respeito mútuo, ética na Sociedade e reestruturação da Sociedade;
- g) A celebração de convenções, protocolos, ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar;

- h) A capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciadas, quanto às questões de género e de etnia;
- i) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos promoção do respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de género e etnia;
- j) O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de género, etnia e ao problema da violência doméstica e familiar.

Um outro aspecto dessas leis é que caracterizam o crime de violência doméstica como um crime de natureza pública (em seu artigo 49º). Esse aspecto é extremamente importante visto que muitas mulheres são coagidas pelo agressor ou pelos próprios familiares a retirarem a denúncia, e deixar que o crime seja tratado apenas no âmbito familiar, o que causaria uma maior vulnerabilidade às mulheres em situação de violência (CAMBLÉ, 2018).

Embora a criação da lei tenha sido um passo importante, ainda havia uma lacuna, a violência doméstica não se encontrava tipificada como crimes no Código Penal de São Tomé e Príncipe. A lacuna foi preenchida no ano de 2012, quando a violência doméstica foi inserida no código penal santomense, por meio da aprovação da lei nº 6/2012, com a epígrafe, no artigo 152, a referir “maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados e violência doméstica”. A “inserção desta modalidade de crime foi fundamental para coibir situações de violências e abusos ocorridos no ambiente doméstico, envolvendo cônjuges e dependentes, especialmente as crianças” (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020, p. 250).

Na finalidade de combater violência doméstica, muitas organizações da sociedade civil, agentes da Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica divulga iniciativas de conscientizam a população sobre as leis 11/2008 e 12/2008. Promovem campanhas de sensibilização como marchas, vigílias, peças teatrais, festivais, protestos entre outros. E muitas das vezes utilizam dados dos últimos inquéritos demográficos e recenseamento geral para se orientar sobre a situação da violência na sociedade.

No último inquérito Demográfico e Sanitário em São Tomé e Príncipe (2008 e 2009) publicado em 2010, os dados foram obtidos a partir das respostas da população, expressando sua percepção sobre o tema da violência de género.

Entretanto, não há uma base de dados disponível, em âmbito nacional, que mensure os quantitativos de denúncias e dos serviços de acolhimento, elemento indispensável para se observar a atuação do estado santomense no enfrentamento da violência. Há, neste sentido, a produção de repertórios sobre a violência baseada no género, em São Tomé e Príncipe, porém ainda se faz necessária uma articulação entre os dados e os mecanismos institucionais de enfrentamento (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020, p. 13).

De acordo com Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing + 25º, elaborado pelo Estado e pela UNICEF, a atuação do Estado no enfrentamento da violência doméstica ainda se depara com muitos desafios incluindo a produção de estatísticas a respeito da violência contra mulheres no país, de modo que seja possível aprimorar os mecanismos de enfrentamento do fenômeno e garantir justiça social.

Nesse relatório, ao constatar os entraves existentes, foi abordada a seguinte questão, no item 14: Que medidas seu país priorizou nos últimos cinco anos para abordar a violência contra mulheres e raparigas? Como obstáculos identificados, foram referidos os seguintes pontos: a) fraca operacionalização da base de dados sobre VBG; b) insistência de dados nacionais sobre violência doméstica e abuso sexual de menores; c) inexistência de dados sobre violência contra as idosas; d) dependência total de recursos financeiros dos parceiros de desenvolvimento para implementação do plano de ação da Estratégia de VBG. Também os seguintes desafios foram destacados: a) disponibilizar a linha direta 24h, em parceria com a Polícia nacional; b) divulgar as leis 11/2008 e 12/2008 e do Código penal ao nível nacional; c) Reforçar a Estratégia Nacional de VBG; d) melhorar o processo de produção das estatísticas de VBG.

Assim, o país necessita de produzir estatísticas para que se saiba (e a população também), de maneira mais detalhada, como está o nível de violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe. Aparentemente, o último inquérito publicado desde 2010 e o último recenseamento publicado desde 2014 não conseguem demonstrar a situação mais recente desses casos.

Outra questão é que as iniciativas de políticas de promoção da equidade de gênero e enfrentamento de violência doméstica caminham juntas com uma cultura que ainda privilegia a masculinidade e legitima, de diversas formas, violência contra as mulheres. Por isso, para além das iniciativas institucionais, é necessário considerar as narrativas das mulheres santomenses que expressam o lugar da violência na vida cotidiana e os desafios para a promoção da equidade de gênero no contexto do país (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020).

3.4 “Ome sa Ome” e “Mwala sa Mwala”: Múltiplas facetas da violência doméstica

Em São Tomé e Príncipe, a constituição garante a todos cidadãos os mesmos direitos e deveres, independentemente do sexo, classe social, crença religiosa ou convicção política. Segundo a constituição da República de São Tomé e Príncipe, princípio de igualdade, tipificado no artigo 15º:

1. Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica; 2. A mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural.

Assim, “a igualdade entre mulheres e homens encontra-se consagrada na ordem jurídica santomense” (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016, p. 21). Contudo, apesar desse amparo jurídico, em termos práticos ainda está longe de ser uma realidade (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016, p. 21). A posição que mulheres e homens ocupam na sociedade é não só diferente, como desigual. Como mencionado em capítulos anteriores, esta desigualdade foi construída ao longo dos tempos, resultando numa maior valorização do masculino em detrimento do feminino, da mesma forma que resulta num menor estatuto social, poder e acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens que se encontram na mesma posição social (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016). A constituição desses valores de superioridade do gênero masculino em relação ao gênero feminino perpassa de geração em geração através da educação dos pais para os filhos, baseada no estereótipo de gênero.

As famílias e a sociedade são grandes guardiãs no quesito em assegurar a construção da dominação ao corpo masculino e a submissão do corpo feminino na sociedade santomense. A educação familiar é diferenciada a partir dos órgãos genitais. Muitas das vezes essa educação acontece independente da classe social ou religião por exemplo, pois já é tida como algo cultural, que se encontra enraizado em muitas famílias santomenses.

Já a educação das crianças é tida como uma tarefa especificamente das mulheres, e não dos encarregados de educação (independentemente do seu gênero). Além disso, muitas mulheres que educam seus filhos fazem-no através da assimilação dos valores masculinos, procurando sempre compreender e sentir os problemas do ponto de vista masculino, dando uma educação desigual a partir do gênero da criança.

A sociedade também desempenha um forte papel no quesito supracitado, em assegurar e salvaguardar que os ensinamentos dessas mulheres para seus filhos (ou educandos) privilegiem uma perspectiva masculina. Em termos da educação familiar, os ensinamentos da rapariga consistem em respeitar o marido, saber se comportar (sentar com as pernas fechadas, controlar a risada, falar baixo, utilizar roupas não muito curtas, saber ouvir os outros), fazer os trabalhos domésticos. Além disso, a rapariga tem que estar consciente que independentemente de qualquer titulação acadêmica ou profissional o marido é que tem maior poder de decisão. Nessa lógica, “dá-se por adquirido que a mulher, mesmo que tenha carreira, tem obrigação de

limpar a casa, de preparar as refeições, de cuidar dos filhos, a submissão é socialmente vista como uma atitude correta” (PEREIRA, 2018, p. 107).

Na sociedade santomense, há um provérbio muito conhecido socialmente, que justifica muito o comportamento de dominação do homem sobre a mulher, que designa por “*Ome sa Ome*” e “*Mwala sa Mwala*”, que significa: homem é homem e mulher é mulher. Esse provérbio é o mesmo que dizer que o homem tem a total liberdade para fazer todas as coisas, já a mulher sempre tem que ter em conta que ela não pode comparar-se ao homem. Pois, ela não tem a mesma liberdade.

A educação dos rapazes se dá de um modo diferente, consiste em ensinar o rapaz a ser forte, enfrentar e superar desafios, demonstrar sua virilidade, ter poder de decisão, incentivo profissional, incentivo a não realizar trabalhos domésticos, a defender a sua honra.

Nesse contexto, a sociedade é construída e enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2016). Essa dominação masculina, que se encontra enraizada, justificada e naturalizada na sociedade, faz com que as vidas das mulheres santomenses estejam constantemente marcadas por uma violência simbólica.

Portanto, em São Tomé e Príncipe, embora a violência doméstica contra mulher seja um crime, por outro lado ainda é socialmente justificada e normalizada. No IDS STP (2010) constatou-se que “33% das mulheres já declararam terem sofrido algum tipo de violência física desde os 15 anos” (p. 268). Segundo a diretora do Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Gênero (INPG), Ernestina Menezes, entrevista ao Jornal português Público: muitas das vezes, esses dados não correspondem à verdade, pois muitas mulheres não denunciam as agressões sofridas pelos seus companheiros (Jornal Público, 2014).

Conforme o Inquérito aos Indicadores Múltiplos, de 2016, uma das possíveis justificativas que faz com que as algumas mulheres não denunciem as agressões cometidas por seus companheiros consiste no fato de que tanto homem como mulher pensam que certas razões justificam que um marido/companheiro bata na sua mulher. Tais razões seriam casos de traição, negligência com as crianças, a mulher sair de casa sem informar ao marido/companheiro, a mulher deixar queimar a comida, quando recusa ter relações sexuais com o marido, não fazer trabalhos domésticos, não submeter a suas ordens, discutir com o marido. Isso se dá porque muitas mulheres santomenses não sabem e nem conhecem seus direitos.

Embora os direitos das mulheres estejam garantidos na Constituição santomense, a maioria das mulheres os desconhece e dá continuidade aos preceitos legados da tradição (SILVA, 2019) colonial. Muitas acreditam que apenas violências físicas mediante agressões

como espancamento, desfiguração, desmembramento ou fortes hematomas devem ser denunciadas. Já as “pequenas agressões” sofridas de seus companheiros, como chapadas, empurrões, palavrões ou violência psicológica devem ser debatidas e resolvidas dentro da esfera privada. Essas violências são muitas vezes consideradas por muitas mulheres e homens santomenses como sendo problemas normais que ocorrem dentro de uma relação afetiva (RGPH-2012, 2014).

Também há uma enorme descrença em relação a eficiência da lei. E o agressor nem sempre é punido. De acordo com Silva (2019), em São Tomé e Príncipe existem abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica. Entretanto, o prazo para ficar nestes abrigos é por pouco tempo e isso é importante porque quando as mulheres sofrem de violência, muitas vezes o agressor não é penalizado e o risco de ambos continuarem a partilhar o mesmo teto é grande e frequente. A naturalização da violência contra mulher, a descrença na lei e o ato de recorrer ao ambiente familiar para resolução do conflito familiar, concretamente a violência doméstica, fazem com que muitas mulheres permaneçam no ciclo da violência doméstica. Como afirma Pereira:

A violência doméstica em São Tomé e Príncipe é um crime público qualquer um pode apresentar queixa e ninguém pode retirá-la, mas há modos de dar a volta a esse princípio legal. As vítimas sabem disso. ‘A gente notifica e não vem. Se a gente não consegue fazer a instrução do processo, arquiva’. Quando aparecem segunda vez, a gente pergunta o que aconteceu. ‘Ah não, um familiar pediu-me para não vir, a minha mãe falou comigo (2018, p. 36).

Assim, essas mulheres continuam nos **ciclos de violência**, sendo constantemente agredidas por seus parceiros e culpabilizadas socialmente por permanecerem em situações de violência. Ou seja, se por lado a sociedade e os familiares naturalizam atos de violências e coagem a mulher a não denunciar para não “destruir” a vida do agressor, por outro lado esta mesma sociedade e os mesmos familiares culpam esta mesma mulher por permanecer no ciclo da violência (CAMBLÉ, 2018). Nessa lógica, é importante ressaltar que muitas das vezes a violência física não é a primeira a acontecer. Muitos estudos sugerem que o agressor, antes de cometer esse tipo de violência, tende a cometer outros tipos de violência, como psicológica, material e econômica, a fim de criar medo na vítima e / ou intimidá-la, para então impor a violência física. Quando a vítima pede separação ou ameaça a aplicação da lei, os agressores choram, pedem desculpas e prometem nunca mais fazê-lo (CAMBLÉ, 2018, p. 40).

Com isso, muitas mulheres por não reconhecerem as fases do ciclo da violência, por não saberem identificá-lo, acreditam no referido arrependimento do agressor e não o denunciam. O agressor, por outro lado, após a violência cometida, tende a apresentar um comportamento

amável para com a vítima, mas que invariavelmente após alguns meses retoma a violência, dando assim um ciclo de violência doméstica.

Nesse contexto, muitas acabam por morrer de doenças graves ocasionadas por espancamentos do companheiro. Como no caso “da agressão cometida pelo marido que bateu na mulher com uma garrafa (de vinho) no seio, o que acabou levando ao câncer de mama que a levou à morte” (PEREIRA, 2018, p. 12).

Em São Tomé e Príncipe, mulheres permanecem em relações violentas também porque há uma enorme desigualdade, que envolve diversas facetas. Como mencionado anteriormente, a pobreza atinge mais as mulheres do que os homens, uma grande porcentagem de mulheres está subempregada, portanto, muitas dessas mulheres são financeiramente dependentes de seus maridos. Além disso, elas carregam consigo os filhos trazidos do relacionamento anterior e os filhos da relação atual. Isso é um grande condicionador que leva inúmeras mulheres a permanecerem em relações abusivas. As possíveis causas que fazem com que muitas mulheres tenham filhos de diferentes pais na sociedade santomense consistem de, em primeiro lugar, “a recusa dos maridos a usarem preservativos ou permitir que as esposas usem” (SILVA, 2019, p. 85). Portanto, há a “urgente necessidade de educação sexual e para que as meninas e mulheres obtenham mais (in)formação e mais conhecimento e controle sobre seu corpo, a fim de assegurar sua proteção” (SILVA, 2019, p. 85).

Em segundo lugar, mulheres têm filhos de diferentes pais em São Tomé e Príncipe, devido ao abandono paternal, perante o qual as mulheres se veem obrigadas a arcar com total responsabilidades dos filhos, agravando em muitos aspectos a sua situação e pobreza (RGPH-2012, 2014). Como observou Silva (2019), as mulheres costumam praticar a gestão familiar com condições mínimas de sobrevivência.

Em terceiro lugar, direcionada à cultura santomense, as mulheres são pressionadas socialmente, pelos maridos ou pelos familiares deles, a ter um filho do companheiro, principalmente quando o marido é único que sustenta a casa. De acordo com a entrevista concedida à Semedo (2016, p. 967), uma entrevistada da autora relata: “família de *forro*, fala *pro* homem pedir seu filho à mulher, [homem não pode] ficar criar filho de outro homem”. E mesmo que homem não vê a atual companheira como alguém para envelhecer juntos, ele a pressiona a ter filho seu. Depois, contudo, ele acaba por abandonar a mulher, mais a criança, e vai à procura de outras mulheres.

Em São Tomé e Príncipe, segundo o RGPH-2012 (2014), a maioria das famílias (59%) tem como responsável um homem e as mulheres são responsáveis por 41% dos domicílios. E identificou que as mulheres estão mais representadas nas famílias de tipo monoparental (87,3%)

e monoparental alargada (88,1%), enquanto os homens são responsáveis por 80,2% das famílias de tipo conjugal. Em geral, nas famílias do tipo monoparental as mulheres responsáveis convivem com os filhos, em muitos casos de diferentes pais (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020).

Segundo IDS, já citado, há as seguintes reclamações mais frequentes das mulheres santomenses em relação aos seus maridos:

- a) Deixar a mulher com fome (não dar dinheiro para companheira fazer comida – ressalta-se que também é socialmente normal que os homens assumam a garantia de sustentabilidade da casa);
- b) Obrigação em a mulher realizar os trabalhos domésticos;
- c) Pedir a autorização ao marido para realizar qualquer tarefa fora de casa;
- d) Impedir a mulher de trabalhar;
- e) Abandono paternal;
- f) Queimar ou rasgar o dinheiro na frente da mulher;
- g) Humilhação perante os familiares;
- h) Pressão pela maternidade;
- i) Obrigação de praticar relação sexual;
- j) Agressões físicas como soco, pontapé, chapada;
- k) Exigir aceitação da poligamia do marido.

Em São Tomé e Príncipe, ainda conforme o IDS, “apesar do predomínio das uniões monogâmicas (66%), a poligamia [masculina] é uma prática relativamente comum, uma vez que abrange um quarto das mulheres vivendo em união” (2010, p. 90). Necessário frisar que as mulheres muitas vezes não aceitam de bom grado essa poligamia, mesmo sabendo, fazendo com que elas estejam em constante luta diária para acabar com outra relação do seu companheiro. Além disso, há, como afirma Pereira

Uma espécie [de] poligamia, que não tem existencial legal, mas tem larga aceitação social, chama-se *vivenxa*. ‘Dá ideia que homem pode tudo e mulher tem de aceitar tudo. Se ele quiser ter três mulheres e uma *catrefada* de filhos, feliz da vida que a mulher tem de aceitar. A sociedade não reage dessa forma se for a mulher a ter esses comportamentos ((2018, p. 34).

É importante observar como é a “poligamia de fato, mas não de direito⁷” em São Tomé e Príncipe. A prática da poligamia está presente em algumas culturas africanas anteriormente à colonização, como pode ser observado em países como Cabo Verde (MONTEIRO, 2016) e Moçambique (TEIXEIRA, 2018). Porém, como se apresenta na sociedade santomense é originada através das relações coloniais, combinando modelos europeus e africanos, e resultando nessa atual poligamia masculina vivenciada por muitas famílias santomenses. Essas “relações conjugais no modo de existência poligâmico não aparecem em absoluto só nas mulheres de menor instrução e/ou nas que exercem atividades de baixa renda ou nos espaços rurais” (SEMEDO, 2016, p. 961).

Neste sentido, “a prática da poligamia atualmente exercida em São Tomé e Príncipe é uma resultante dos processos históricos, que acaba por estabelecer hierarquias generificadas, de modo a produzir privilégios da masculinidade” (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020, p. 248)

De acordo com Semedo:

Em termos de modos de existências familiares, a sociedade de São Tomé caracteriza-se pelo arquétipo de famílias ocidentais – as nucleares/conjugais, as reconstruídas, as monoparentais (exclusivamente chefiadas por mulheres) e as alargadas, sendo que muitas são atravessadas por relações poligâmicas masculinas. Essas relações poligâmicas independem do recorte educacional, geracional e do poder aquisitivo do coletivo feminino, e traduzem-se, normalmente, na manutenção de duas ou mais famílias, ou duas ou mais esposas, cada qual residindo na sua casa própria e em bairros diferentes (2016, p. 960).

Essas famílias santomenses que são atravessadas pelas relações poligâmicas masculinas, nelas se dão hierarquização das mulheres, ou seja, a mulher de dentro de casa (sendo a primeira mulher do marido - “*mwala este*”) e a segunda mulher do marido (sendo “*vivenxa*”). Nessa hierarquização há conseqüentemente uma disputa e a rivalidade entre essas mulheres (essa rivalidade é chamada de “*placela*”, ou seja, a mulher que está com meu homem) e nessa disputa o homem se encontra no centro das disputas entre as duas se classificando como um ser supremo da relação.

Mediante isso, classifico aqui que a poligamia como decorre na sociedade santomense é uma das violências contra mulher, visto que as mulheres que se encontram nessas relações muitas das vezes se encontram infelizes, desrespeitadas, em constante luta para prender atenção do marido.

⁷ No âmbito da Lei nº 2/77 que regula juridicamente as instituições de família: casamento, união de facto, divórcio, relações entre pais e filhos, prestação de alimentos, adoção e tutela. No artigo 4º na linha b) Não poderão celebrar casamento: b) Aqueles que já estão unidos por anterior casamento; [ou que estão em uma união de fato legalizada juridicamente].

Com isso, muitas mulheres entram em um quadro de depressão tão grande que adoecem. Semedo afirma que as “categorias como ‘mulher de dentro’, ‘mulher de fora’, ‘molaste⁸’ e ‘samua’ – essas duas últimas no crioulo forro – qualificam as cartografias conjugais, em certa medida uma superioridade da ‘mulher de dentro’ em relação à ‘mulher de fora’[...]” (SEMEDO, 2016, p. 968).

Entretanto, mesmo que a *mulher de dentro* seja tida com mais privilégios do que a mulher de fora, as duas se digladiam entre si para fazer outra se cansar e abandonar a relação, pois as duas sabem que o marido dificilmente permanecerá apenas com uma. Por outro lado, a mulher de dentro, *ou mwala estê*, muitas das vezes se vê obrigada a criar os filhos dessas relações extraconjugais. Pois a mulher de casa muitas das vezes é vista como a mulher que vai cuidar do âmbito doméstico.

Como afirma Nascimento (2008, p. 50), os “casamentos servem de afirmação da posição social do homem e de servidão da mulher, uma vez que, sendo ela a esposa principal ou participante de relação extraconjugal, carrega como função primordial servir o homem e cuidar dos filhos”.

Para muitas mulheres, o casamento, ou ser a primeira mulher, é uma segurança de viver um relacionamento duradouro e feliz com seu parceiro; porém os homens acionam o casamento ou uma relação conjugal como um valor de posse e de ostentação de manter a mulher ao seu desmando. É notável que tanto as mulheres de dentro (*mwala estê*) como as mulheres de fora (*vivenxa*) estão sob o domínio do homem e a suas vidas giram em torno dele. Portanto, como afirmam Albuquerque e Camblé

quando observamos os arranjos familiares na sociedade santomense, percebemos como eles operam junto a demais condicionantes sociais, reforçando desigualdades e combinando situações de opressão e exploração. As desigualdades que as mulheres experimentam em outras dimensões da vida social se manifestam também no ambiente doméstico. Ao lado das situações de desigualdade social, a violência de gênero é um fenômeno presente no cotidiano das mulheres. Os mecanismos de enfrentamento, por sua vez, são bastante recentes e ainda distantes de promover equidade, autonomia e segurança para as mulheres (2020, p. 11-12).

Devido a configuração da sociedade santomense, muitas mulheres, mesmo sofrendo em uma relação poligâmica, ou sofrendo de maus tratos por parte do marido, tendem a permanecer na relação devido a sua fragilidade econômica, emocional ou mesmo por acreditar que não encontraria alguém melhor. Na entrevista concedida à Semedo, uma entrevistada da autora “afirma que em São Tomé é difícil encontrar mulher dentro de casa com homem sem outra

⁸ Embora a autora citada tenha escrito *molaste*, a forma correta de escrever é *mwala estê*

família. Mulher faz o quê, tem que aguentar só! Homem ajuda com garoto, ajuda com comida em casa, gente vai leve, leve... meu homem em oito dias que não dá notícia” (SEMEDO, 2016, p. 967).

Na sociedade santomense, uma mulher que teve vários parceiros é depreciada pela sociedade, sem falar que os próprios homens não a escolheriam para ter um relacionamento duradouro. Segundo aponta a entrevistada por Semedo (2016), citada acima, “fica feio trocar só de homem, cada hora um rosto de homem não dá. Gente vai aguentando, mas às vezes desaforo muito, [...] a gente aguenta mesmo!?” (p. 968). Portanto, essa repressão social que força a mulher a estar em uma relação abusiva com medo de julgamento social também é um forte elemento que faz com que muitas mulheres permaneçam em relações tóxicas e violentas.

Por fim, a subalternidade da mulher santomense é ensinada e romantizada, passada de geração em geração, e quanto mais uma mulher estiver em situação de pobreza e sem escolaridade, maior é a probabilidade de se encontrar em um relacionamento violento. Por outro lado, é necessário frisar que essa visão deturpada e negativa do corpo feminino na sociedade santomense é uma visão extremamente afetada e sofrida com o processo de colonização. A influência exercida pela colonização é mais vasta do que se pode observar, do ponto de vista social, político, econômico, cultural, antropológico e sociológico. Ela dissemina consciências históricas que se perdem no tempo e na composição histórica dos povos, porém, refazem novos significados na medida em que os papéis sociais são modificados pelas dinâmicas sociais ao longo do tempo (CHIZIANE, 2002).

Em suma, este capítulo procurou identificar as marcas mais profundas das diferentes formas de violência contra as mulheres em São Tomé e Príncipe. Foi além da violência doméstica e deu uma visão geral de como muito do que atualmente afeta a vida das mulheres e que contribui para sua subordinação tem raízes mais históricas associadas aos legados da era colonial. Procurei também mostrar como se dá a supremacia dos homens, em relação às mulheres na sociedade santomense, uma supremacia muito por causa dos antigos privilégios que recebiam dos colonos, mas atualmente avalizada pela sociedade em geral. Mostrei também como, em termos institucionais, o Estado de São Tomé e Príncipe define a violência doméstica e, em partes, como tem agido para enfrentar este fenômeno. A definição do Estado para a violência doméstica está em consonância com outras definições identificadas e suas políticas também estão em consonância com diferentes atores internacionais e nacionais. No próximo capítulo, trarei as experiências das mulheres entrevistadas para outras reflexões.

4 “UM SOCORRO DIFÍCIL DE OUVIR⁹”: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES SANTOMENSES

Resistência!
 O que fazer?
 Quando não existe outra opção
 Ao nascer mulher, já é sabido!
 Mulher, pobre
 Vive gritando
 Socorro, Socorro
 Um Socorro difícil de ouvir
 Fácil de enxergar
 Por um dia, onde as meninas/mulheres
 Vivem suas vidas sem medo
 Sem medo de serem agredidas
 Os olhos ainda hão de ver
 Mulheres vivendo suas vidas
 Sem vestígio de violência doméstica
 (Autoria própria)

Este capítulo apresenta uma análise narrativa aprofundada das entrevistas realizadas, com o objetivo de dialogar com os relatos das colaboradoras desta dissertação. O capítulo tem 3 seções: A primeira seção resgata um pouco do que era o trabalho de campo relativamente ao contato com as mulheres. Na segunda seção, introduz as mulheres na investigação, ou seja, reporta à entrevista, onde as mulheres que participam na investigação serão conhecidas. Na terceira seção, e finalmente, os significados de ser mulher em São Tomé e Príncipe, retratando as marcas da violência, resistência e sobrevivência nas relações que eram supostas serem seguras, mas que as transformaram em vítimas desse problema da violência doméstica contra mulheres.

⁹ Referente ao poema intitulado Resistência. De autoria própria.

4.1 A experiência das Mulheres em São Tomé e Príncipe

Ouvir as experiências de vida das mulheres santomenses é extremamente importante para compreender o fenômeno da violência doméstica contra mulher e também permite pensar em como as mulheres relatam suas vivências, como elas se percebem enquanto mulheres construindo suas trajetórias, que são também de resistências (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020). Ao relatar as vivências das mulheres em situação de violência doméstica leva-se em consideração o conceito de colonialidade de gênero, ou seja, o “alcance destrutivo da imposição colonial” (LUGONES, 2020, p. 55).

Como demonstrado nos capítulos anteriores, desde a formação das ilhas de São Tomé e Príncipe, as vidas das mulheres foram marcadas por desigualdade e várias violências, atingindo gerações e gerações. Por isso, é necessário frisar a importância de não se esquecer como essa realidade de violências e desigualdades se configurou historicamente e se manifesta nos dias atuais. Nessa lógica, uma perspectiva de emancipação precisa enfrentar a colonialidade (CURIEL, 2020).

Desse modo, mesmo sendo uma mulher santomense, a minha trajetória de vida não é um retrato real da configuração dessa estrutura. Através de relato de cada uma das mulheres, me fez sentir próxima dos contextos de violências e dos demais marcadores sociais que constituem suas vidas. Para o presente trabalho, na transcrição dos relatos, foi procurado preservar, com a maior fidelidade possível, a riqueza das expressões orais, que combinam o português com as línguas nacionais, permitindo “lembrar dos processos históricos que produziram o povo santomense e constituem a realidade vivenciada pelas mulheres” (ALBUQUERQUE, CAMBLÉ, 2020, p. 253).

Como já mencionado no capítulo de metodologia, foram entrevistadas 18 mulheres de São Tomé e Príncipe, residentes concretamente na ilha de São Tomé, nos arredores da capital. Inicialmente eram 19 entrevistadas, mas uma foi subtraída porque se sentiu emotiva face às lembranças ruins que o tema a fazia recordar, e concordamos em não incluí-la no estudo.

As entrevistadas são quase inteiramente pessoas de baixa renda, com pouca escolaridade e poucos recursos financeiros. De forma geral, as participantes têm idades compreendidas entre os 19 e os 47 anos e encontram-se distribuídas em termos de residência em localidades próximas da capital de São Tomé e Príncipe, por exemplo, nas localidades de Vila-Maria, Água Arroz e Água Bobó.

Dezesseis das mulheres entrevistadas têm dois ou mais filhos, outras duas não têm filhos. Em relação às atividades profissionais, essas mulheres ocupam várias funções, tais como

cantoneira, cabeleireira, vendedora de fardo (roupas), vendedora de hortaliças, empregada doméstica, doméstica ou dona de casa, jurista. A escolaridade também varia, onze das mulheres entrevistadas não possuem ensino primário completo – muitas são semianalfabetas –, enquanto seis possuem ensino médio incompleto e, por fim, apenas uma das entrevistadas possui ensino superior completo. Depois, dezesseis das participantes estavam em união de fato (mas não oficial) e outras duas em namoro, todas declarando-se solteiras.

No decorrer das entrevistas sempre procurei me adaptar ao ambiente das entrevistadas. As entrevistas foram feitas em diferentes locais de acordo com a disponibilidade das mulheres, umas vezes de manhã, outras de tarde. Todas as entrevistas foram realizadas nos locais onde as entrevistadas se sentiam mais confortáveis para relatar suas experiências de vida. Por exemplo, nenhuma das entrevistas ocorreu na presença dos maridos ou, mesmo quando eles estavam em casa, porque as mesmas não sentiam confortáveis em falar diante deles. Uma delas (Chanquena, como se verá), que pediu para ser entrevistada no quintal da minha casa, porque tinha receio de desagradar o marido, por vê-la a dar entrevistas sobre informações que ele considera íntimas do casal. Ela foi ao meu quintal para ser entrevistada e levou consigo duas crianças; sua filha de 2 anos e sua sobrinha também de 2 anos, para que quando o marido chegasse em casa e se desse a falta dela, não pensasse que ela estava a fazer algo de errado do ponto de vista dele.

Assim, para o sucesso das entrevistas, tive que buscar as condições que garantissem maior conforto e confiança para as mulheres. As entrevistadas tiveram disponibilidade para falar comigo de segunda a sexta no período da manhã, como das 10h até 11h40, e no período da tarde, das 14h30 às 16h40. Cada mulher que entrevistei recomendou que eu falasse com outras mulheres durante aqueles períodos específicos, evitando a presença dos maridos na hora da interlocução. Para além do facto de as mulheres não se sentirem à vontade para expressar os seus sentimentos ao lado dos maridos, por outro lado, em São Tomé e Príncipe existe também uma frase conhecida como “o homem é sagrado”, isso significa que quando o marido está em casa, a atenção da esposa deve ser voltada para o marido, ou para as tarefas por causa do marido.

Como já mencionado, no decorrer das entrevistas foi usado um roteiro para guiar as perguntas. Para muitas das entrevistadas, às vezes os conceitos relacionados à violência doméstica contra mulher e tipos de violência variavam, e às vezes elas não tinham certeza do que estavam claramente lidando. Mas havia um entendimento comum de que: a violência física é quando um homem bate no corpo da mulher, já a psicológica é quando homem zanga demais a mulher ou fala palavras com o propósito de a machucar.

Com isso fui guiando a entrevista em uma linguagem bem simples e outras vezes na língua *forro*, para identificar e compreender outras formas de violência que foram surgindo

como violência sexual (quando o homem transa com mulher quando ela não está com vontade, quando ela não quer, e à força) ou violência patrimonial (quando pega nas coisas da mulher destrói ou toma), por exemplo.

Do diálogo envolvendo explicações simples e com direcionamento, as entrevistadas conseguiram melhor relatar suas vivências e, com isso, meu relacionamento com elas se estreitava. No desenrolar das entrevistas, fui percebendo que: mulheres mais jovens, que interromperam o ensino médio devido à gravidez, embora tenham vivido em situação de violência, pretendem retornar ao ensino médio completo e têm grande esperança de sair dessa violência e ganhar autonomia no futuro. Já mulheres mais velhas, com baixa escolaridade e sem intenção de voltar à escola, aceitam mais o comportamento violento dos maridos, embora com a perspectiva de melhorar de vida, encontrando uma pessoa melhor com quem se relacionar.

Em geral, as mulheres sabiam muito pouco sobre as leis, sabiam da sua existência, mas tinham um conhecimento muito simplista das leis. Ouviram falar no rádio ou na TV, sobre como denunciar, só sabiam do Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Elas não mostraram ter certeza de que seus problemas poderiam ser resolvidos pelo Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica e estavam céticos quanto à aplicabilidade das leis. Como se verá, 3 mulheres denunciaram e não receberam apoio algum, enquanto as demais entrevistadas não conheciam ninguém que pelo menos tivesse seus direitos protegidos, resultando nelas descrença perante as leis.

4.2 Conhecendo as mulheres participantes da pesquisa

Como já mencionado, para nomear as entrevistadas, nomes fictícios são usados neste trabalho como forma de manter o anonimato. Portanto, os nomes que mencionarei a seguir são todos codinomes em substituição dos nomes das entrevistadas. Este foi um dos aspectos incluídos no termo de consentimento. Também vejo a necessidade de frisar que alguns relatos foram mais detalhados em relação aos outros dependendo da profundidade das experiências das entrevistadas. A seguir, as entrevistadas, mulheres que deram muita vida a este trabalho. Desde o primeiro contato, elas estiveram disponíveis e durante sua participação na pesquisa, sua abertura foi um dos motivos que me aproximou e me fez sentir suas energias e suas resistências. Essas mulheres, além de sobreviventes, são mulheres que em sua singularidade transformam outras mulheres.

BABY

Baby, 19 anos, estudava 12º ano, o último ano do ensino médio no Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, e vivia com a família na localidade de Vila Maria. Nossa entrevista aconteceu na casa da tia de Baby, na Vila Maria. Ela não tem filhos, é solteira e estava namorando, já tendo sofrido violência psicológica. Ela disse que nunca procurou atendimento, porque acreditava que era uma coisa de casal. Baby se refere às traições do namorado como violência psicológica. Quando fala em igualdade de gênero, afirma que em São Tomé e Príncipe não existe igualdade de gênero, porque muitos homens ainda acreditam que as mulheres são incapazes, porque são eles que sustentam a casa e, assim, tendem a ver as mulheres como seu objeto. Baby diz que quando é o homem quem coloca a comida na mesa, mais o fato de muitas mulheres serem economicamente dependentes de seus maridos, resulta numa situação em que muitas mulheres acabam diminuindo a relevância das agressões e da falta de respeito que sofrem. Por isso, sonha em seguir um caminho diferente, concluir o ensino médio e ingressar na universidade.

CHANQUENA

Como Baby, Chanquena tinha 19 anos. Estudava o 11º ano no Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, vivia na localidade de Água Bôbô, com o marido e uma filha. Ela estava solteira, mas em uma união de fato fazia 2 anos. No momento da entrevista, Chanquena estava com duas crianças de 2 anos sentadas em cima das pernas, a filha e a sobrinha (por consideração, filha da irmã do marido). A entrevista foi realizada no meu quintal, a pedido dela. Ela disse que não se sentia à vontade para ser entrevistada em sua casa, por temer que o marido pudesse chegar a qualquer momento e vê-la a dar entrevistas sobre informações que ele considera íntima do casal.

Ela se declarou em situação de violência doméstica. Durante a entrevista, disse que já sofreu violências psicológicas e físicas do marido, que poderiam ter causado em sua morte. Ela já havia o denunciado no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, mas o marido, quando ouviu a denúncia, foragiu durante semanas. A polícia a avisou que, quando ele voltasse, ela poderia ir informá-los. Chanquena disse que acabou desistindo de denunciá-lo novamente, porque ele é o pai de sua filha. Ela disse que a violência doméstica começou aos 18 anos, quando ela engravidou. Relatou que durante a gravidez sofreu agressão e correu o risco de perder o bebê.

Ela citou álcool, as drogas ilícitas e traições, como os principais elementos para surgimento da violência. Chanquena contou que quando os homens têm outras mulheres fora do relacionamento, eles passam a não ligar mais e nem dar confiança para a mulher que está dentro de casa; passam a dormir fora de casa constantemente e, quando são questionados, usam a agressão para legitimar sua força e silenciá-la. Ela descreve esse momento como um momento de sofrimento e dor.

No entanto, segundo Chaquena, não estava preparada para deixar essa relação violenta, devido à dependência financeira. Ela disse que pretende terminar o ensino médio e encontrar um emprego e depois sair desse relacionamento violento. Afirmando que ainda permanece no relacionamento devido à falta de recursos financeiros para o sustento dela e da filha. Seu marido violento era o único provedor do lar. Ela disse que tem medo de deixar o relacionamento sem independência financeira e se prostituir pelo sustento dela e da filha.

ZEZITA

Zezipita, 22 anos, estudava 12ª ano. Tinha um filho. No momento da entrevista, ela estava com o filho no colo. A entrevista foi realizada na residência de uma amiga dela, em Água Bôbô – localidade onde mora sua família, com quem passou a morar após o fim do relacionamento afetivo. Zezipita contou que trabalhava como empregada doméstica, mas saiu do emprego devido ao comportamento abusador da patroa.

Um mês antes da entrevista, ela havia terminado relacionamento com o pai do seu filho, devido às agressões física e psicológica que sofria dele e dos familiares dele. Ela disse que nunca os denunciou, pois acreditava que não havia necessidade para fazer a denúncia. Zezipita conta que a violência começou quando o casal começou a viver junto e a poucos metros da casa dos familiares do ex-marido.

Com o término, o marido fez várias promessas que mudaria de comportamento em relação a suas agressões. Mas, apesar de ainda ter um grande sentimento por ele, ela diz ter medo de “morrer” em suas mãos, devido ao seu lado violento. Pensa no filho que eles têm juntos, e alegou estar indecisa em uma reconciliação para criar seu filho junto com o pai.

GENI

Geni, 20 anos, no 12º ano, dona de casa, tem um filho e deixou de estudar quando engravidou. Solteira, em uma união de fato, vive com marido e seu filho na localidade de Água Bôbô. A entrevista foi realizada no quintal de uma amiga sua em Água Bôbô.

Na casa da Geni, a renda provinha do marido. Geni disse já ter sofrido violência psicológica e relacionou a violência psicológica com a atitude de o marido sempre jogar na sua cara o fato que ele sustenta a casa. Também contou que seu marido não gosta quando a ela visita a mãe ou os familiares. Geni disse não concordar com as atitudes do seu marido, mas que apenas obedece às ordens para evitar atritos desnecessários com ele.

Ao falarmos sobre igualdade de gênero, Geni alegou que na sua opinião não existe igualdade de gênero, nomeia a sociedade santomense como uma sociedade feita dos homens para homens. Geni disse que tem objetivo de retornar aos seus estudos: terminar o ensino médio e posteriormente fazer curso de enfermagem e conquistar sua independência financeira.

FILIPA

23 anos, no 12º ano, solteira, tinha um filho de 2 anos, e exercia profissão de cabeleireira. A sua renda mensal era de 1000,00 dobras, vivia na localidade de Vila Maria. A entrevista foi realizada no seu local de trabalho. No momento da entrevista, ela estava com seu filho brincando dentro do salão.

Filipa disse ser a única das pessoas que trabalhavam no salão que leva o filho todos os dias para o local de trabalho, porque não tinha com quem deixá-lo. Contou que sua patroa por vezes reclama da presença do menino, mas compreende a sua situação.

Ela afirmou que não estava com o pai do seu filho e que estava em uma nova relação amorosa. Filipa relatou que é muito difícil criar um filho sozinha, sem ajuda emocional e nem financeira do pai do seu filho. E que o pai da criança apenas o registrou. Fora isso, ele não tinha nenhum vínculo com a criança.

Filipa descreveu que, quando ficou grávida, o seu ex-namorado a abandonou (viajando para Portugal) e a deixou com toda a responsabilidade da criança. E, chegando em Portugal, não quis mais saber da criança e não enviava recursos financeiros para seu filho. Quando a mesma exige qualquer direito, ele a insulta chamando-a de vários nomes pejorativos, pondo em causa a sua paternidade e argumentando que não irá sustentá-la e seu namorado com seu dinheiro.

Filipa disse pedir a Deus para ajudá-la na criação do seu filho, e que jamais imaginou que o pai de seu filho seria uma pessoa tão má. Por tudo isso, Filipa alegou não se importar

muito com sua atual relação, isto porque não confia muito mais nos homens, tendo medo de acreditar e ser enganada novamente.

KILOMBA

23 anos, jurista, estagiária remunerada com renda mensal de 4000,00 mil dobras. Solteira, e estava em uma relação de namoro no momento da entrevista. Vivia na capital do país com seus familiares. A entrevista aconteceu no seu local de trabalho, em uma sala de reunião.

Kilomba relatou que foi vítima da violência sexual na sua antiga relação. Ela explica que não queria ter relações sexuais naquele momento com seu ex-namorado, estava sem vontade, mas depois de muitas insistências acabou por ter relações sexuais.

Contou que já se deparou com diversos casos de violência de gênero, como uma mulher desmembrada pelo marido, mulheres queimadas pelos maridos ou mesmo assassinadas com tiros na cabeça, por não querer mais estar na relação.

Kilomba alegou existir muitos casos de violência doméstica em São Tomé e Príncipe, sendo uma situação gravíssima na sociedade santomense. Ela parabeniza as campanhas de conscientização e sensibilização feitas pelo Estado e pelas ONGs como um fator de encorajamento para que as mulheres denunciem agressões sofridas dentro do âmbito doméstico, fazendo com que essas agressões domésticas se tornem públicas.

Para ela, a igualdade de gênero ainda é um ideal, visto que a constituição garante asseguarção desses direitos, porém, na prática, esses direitos não estão concretizados; pelo contrário, estão longe disso. Kilomba afirmou que socialmente não existe igualdade de gênero, que não existem as mesmas oportunidades para homens e mulheres em São Tomé e Príncipe.

Ela descreveu que na administração pública quem ocupa os lugares de alto estado são em sua maioria os homens. E que os homens não respeitam mulheres na sociedade. Kilomba também visualiza mudanças na sociedade santomense, tendo mais mulheres a se formarem em relação a antigamente, resultando em mais mulheres capacitadas no mercado. Kilomba disse que “tudo isso vai ser nosso” (risos) e tudo vai mudar. Mas que por agora não se pode vislumbrar igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe.

EULA

24 anos, ensino médio incompleto, dona de casa, 2 filhos, solteira, e estava em uma união de fato, vivendo na localidade de Água Arroz com marido e filhos. Eula não tinha renda,

mas trabalhava para seu marido como vendedora de cartões de recarga (saldo) de operador de telefonia móvel. Eula contou que o marido é quem geria o dinheiro e sustentava a casa.

A entrevista foi realizada na barraca em que ela trabalhava. Eula disse já ter sofrido violência psicológica por parte do marido, mas que também acredita que isso faz parte dos relacionamentos. Ela disse não ter boas relações com sua mãe e nem com seu padrasto. Recorda que quando tinha 17 anos, e vivia com a sua mãe e com seu padrasto, e numa noite estava dormindo e foi acordada com barulho, era o seu padrasto que estava agredindo fisicamente a sua mãe. Ao ver essa violência, entrou na luta para socorrer a sua mãe, e também foi agredida pelo padrasto. Essas agressões acabaram em uma luta entre ela e seu padrasto. Depois de algumas semanas, sua mãe acabou por perdoar o seu padrasto. Ela explicou que com a reconciliação da sua mãe com o seu padrasto, eles voltaram a morar juntos e ambos a expulsaram de casa por ter entrado na luta. Sem ter onde ir, viu-se obrigada a passar um longo tempo na casa de sua tia, onde conheceu seu namorado e atual marido.

Disse que num curto tempo de namoro se mudou para casa dele. Alegou que muitas mulheres perdoam demais as violências cometidas pelos maridos e muitas das vezes escolhem agressor em vez dos seus próprios filhos. Ela classificou a violência física como uma das piores violências doméstica contra as mulheres e contra toda família.

JESSICA

24 anos, ensino primário incompleto, vendedora de fardo (roupas, artigos têxteis em geral), renda mensal de 1000,00 dobras, duas filhas, solteira, em uma relação amorosa com o pai das filhas, no momento da entrevista. Jessica vivia com seus familiares em Água Bôbô. A entrevista foi realizada numa estrada de terra batida, o lugar de trabalho da Jessica (onde ela vende cortinando, panos de cama e acessórios de casa), em que nos sentamos no chão.

Jessica havia entrado para o mundo de vendedora de fardo 6 meses antes da entrevista. Antes disso, vivia na região rural com seu marido (pai das suas filhas). Jessica disse ter sofrido todos os tipos de violência doméstica, porém enfatizou que com aumento das agressões psicológicas e físicas, teve que abandonar o marido e se proteger no ambiente dos seus familiares.

Jessica contou que seu marido foi “possuído por demônios”, que no início da relação tudo era bom, que era uma ótima pessoa. Porém, quando ela engravidou e foram morar juntos com os familiares do seu marido, tudo mudou; seu marido não a respeitava mais, tirou sua autoridade sobre suas filhas. As coisas foram piorando gradualmente, até que chegou a um

momento que não dava mais para ela aguentar. Jéssica explicou que esse momento foi quando ele quis acabar até com seu amor de mãe por suas filhas, quando ele arranjou outras mulheres na mesma localidade, e quando ele começou a dormir fora de casa, chegando de madrugada ou ficando vários dias fora. Com isso, ela viu que teria que sair dessa relação para não morrer de desgosto.

Porém, Jessica relatou que, ao chegar na casa dos seus familiares em Água Bôbô, o marido foi ter com ela e mostrou ser uma pessoa diferente. Ela alegou que o fato dela se encontrar na casa dos seus familiares ele mudou e mostrou ser a pessoa por quem ela se apaixonou, um homem protetor. E, com isso, voltou a dar a ele outra chance em nome do amor.

Jéssica não trabalhava quando vivia com o marido, por isso não tinha renda. Mas, ao ser vendedora de fardo, passou a ter uma renda, e a acreditar que a sua relação será diferente. Isto porque não dependerá economicamente do marido. Em relação a seu marido ter outras mulheres, ela afirmou que não tem em São Tomé e Príncipe homens que tenham um comportamento contrário, por isso, entende isso. Apenas tem medo de voltarem a viver juntos e ele voltar a agredi-la, tratá-la mal ou dormir fora de casa com outras mulheres.

SUAZY

25 anos, ensino primário incompleto, vendedora de hortaliças, renda mensal 400,00 dobras, dois filhos, solteira e autodeclarou *boquita* (amante). Vivia em Água Bôbô com os seus dois filhos. A entrevista aconteceu em frente à banca onde ela vende suas hortaliças, nós duas sentadas num banquinho ao lado da estrada de terra batida.

Suazy disse que, quanto aos seus filhos, é pai e mãe ao mesmo tempo. Relatou que os pais dos seus filhos não ajudavam em nada (não dava recursos financeiros e nem emocionais) com a criação das crianças e que quem a ajudava a criar seus filhos era um *boquito*¹⁰. Contou que já sofreu violência psicológica e injúria nos seus antigos relacionamentos. Ela relatou não querer mais ter marido porque “dá muito trabalho”. Disse que apenas querer ter um *boquito* porque não quer complicações para sua cabeça, visto que *boquito* fala mais ao telefone, veem-se poucas vezes e não tenta controlá-la pelo fato de ele ter sua mulher principal morando com ele.

¹⁰ Significa amante ou um relacionamento desprovido de responsabilidade ou cobrança

Suazy disse que é importante uma mulher ter marido na sociedade santomense, e que mulheres sem marido não são respeitadas, entretanto ela frisa que nem todas as mulheres têm sorte de encontrar um bom marido. E, por ela não ter sorte com marido, preferia ser *boquita*.

Para Suazy, em São Tomé e Príncipe não existe igualdade de gênero. Por exemplo, entende que o serviço público tem mais homens trabalhando do que as mulheres. Ela descreveu que isso ocorre devido ao fato de muitas vezes os empregadores contratarem servidores com base nos sexos. Para Suazy, a atuação do Estado é ineficiente em relação ao combate de violência doméstica, ela defende que a lei não é rigorosa. A mesma afirmou não conseguir ver as medidas protetivas do Estado em relação às mulheres em situação de violência doméstica.

BIMBI

26 anos, ensino primário incompleto, dona de casa, três filhas, solteira, estava em uma união de fato há dez anos e vivia com seu marido e suas três filhas na localidade de Água Bôbô. No decorrer da entrevista, eu estava sentada num banquinho e Bimbi 1,5 metro a minha frente, fazendo várias atividades: ora lavando panela (louça em geral) em cima de um suporte sobre o chão, ora fazendo *fiote* no fogo de lenha. Bimbi era multitarefa, além de lavar panela e fazer *fiote*¹¹, também cortava lenha com manchim (catana) e dava banho no balde em sua filha de 1 ano, enquanto pisava milho no pilão. Como disse, Bimbi fazia todas essas tarefas praticamente ao mesmo tempo, enquanto era entrevistada.

Bimbi contou que foi criada pela avó e que engravidou aos 16 anos. Sua avó, ao saber da gravidez, a expulsou de casa. Bimbi saiu da casa da avó apenas com uma trouxa de roupa, e foi a viver com seu marido, tiveram 3 filhas durante esses anos de relacionamento.

Bimbi explicou que, além de dona de casa, também é empregada doméstica, porém, no momento da entrevista, estava desempregada. Como forma de auxiliar o marido nas despesas da casa, ela fazia *fiote* e vendia em frente da sua porta.

Bimbi contou que durante esses anos de relacionamento já houve vários tipos de violência, tanto psicológica como física, e que já tentou se separar do seu marido, indo para casa da sua avó levando suas filhas; porém, o marido sempre ia ao seu encontro e pedia reconciliação, sendo que ela acabava voltando para ele.

Bimbi descreveu a negação do marido em registrar as crianças como um dos motivos que faziam com que tivesse agressões. Afirmou que nenhuma de suas filhas estavam registradas

¹¹ Um doce santomense, feito com fubá e banana madura.

(10 anos, 8 anos e 1 ano). Outro motivo da briga era a infidelidade do seu marido, que arranjava muitas mulheres fora, inclusive perto da casa onde viviam juntos – isso ocasionou uma grande briga, resultando em fortes agressões. Por isso, decidiu denunciá-lo no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, porém não teve nenhum efeito, continuaram vivendo juntos. Bimbi disse se arrepender de não ter estudado como deveria ser, e classificou a sua vida como uma vida dura e de constante trabalho.

KATIA

28 anos, ensino primário incompleto, solteira, empregada doméstica com renda mensal de 700,00 dobras, três filhas, e estava em uma união de fato há 9 anos. No momento da entrevista, ela morava na localidade de Água Bôbô, na casa do sogro, com suas três filhas e marido. A entrevista aconteceu em seu quintal. Katia disse não ser nascida em Água Bôbô, mas se mudou para lá na condição de *Mina Kiá*¹² de uma senhora, desde os 10 anos. Viveu com a senhora que a acolheu como **Mina Kiá** até aos 21 anos, idade em que engravidou e foi viver com o namorado na casa do sogro.

Katia descreveu esse momento como uma experiência complicada, devido ao comportamento temperamental do sogro. Contou que o sogro não gostava dela e que constantemente vivia sob ameaça de ser expulsa de casa. Dessa forma, Kátia afirmou que o comportamento do sogro fez com que o marido alugasse outra casa para morar com ela. Porém, devido ao alto gasto com aluguel e com o pedido de desculpas do sogro, eles voltaram a morar na casa do sogro. Ela afirmou que, desde esses acontecimentos, a vida familiar melhorou um pouco.

Katia relatou que estava construindo uma casa com o marido para finalmente se mudar da casa do sogro. No decorrer da entrevista, ela fez questão de me mostrar a casa e todos os cômodos. Disse que acredita que a casa nova trará grandes mudanças no seu lar. Contou que o marido faz muitas coisas erradas, como passar muito tempo fora de casa, principalmente à noite, e ter outras mulheres. Também relatou sentir-se mal pelo fato do marido sempre se recusar a sair juntos. Explicou que o marido nunca está disposto a sair com ela e as filhas, mas que todas as noites sai com os amigos e chega em casa de madrugada ou de manhã e que isso é

¹² Geralmente são moças que são entregadas pelos seus familiares a outras pessoas com melhores condições socioeconômicas para serem criadas e sustentada por essas pessoas. “Muitas das vezes essas meninas tornam empregadas domésticas sem remuneração, como forma de pagamento dão a elas alimentação e um teto para dormir” (CAMBLÉ, 2018, p. 28)

extremamente doloroso para ela. Para Katia não existe igualdade de gênero porque “homem é quem controla a vida da mulher”.

DUDA

29 anos, ensino primário completo, cantineira, salário mensal de 2.000,00 dobras. Solteira, dois filhos, e estava em uma união de fato. Vivia na localidade Água Bôbô na casa da sua mãe com seus filhos e marido. A entrevista foi realizada no quintal de uma amiga da Duda.

Duda estava a caminho da casa de sua irmã para lavar roupa quando lhe perguntei se queria participar da entrevista. Ela respondeu afirmativamente, me chamou para um quintal, tirou a bacia (com as roupas que ia lavar) da cabeça e colocou no chão; em seguida, estendeu um pano no chão e sentamos para realizar entrevista.

Duda afirmou que via essa entrevista como um desabafo. Disse que perdeu a virgindade aos 17 anos e quando sua mãe soube, lhe expulsou de casa. Com isso, ela foi viver com seu namorado na casa do sogro. Contou que essa relação resultou em um filho. Duda relata que amava demais o seu marido, entretanto a falta de maturidade de ambas as partes fez com que a relação não desse certo. Com o término da relação, ela regressou para casa da sua mãe com seu filho e, depois, encontrou um novo amor. Desse novo relacionamento, que também não deu certo, surgiu uma filha. Duda conta que o término da relação foi devido a constante violência psicológica por parte do marido.

Ela relatou que um dia o marido atirou água gelada sobre ela em cima da cama por ela não responder às suas ofensas, e foi a partir dali que decidiu sair da relação. Duda afirmou que por vezes a agressão física é melhor que a violência psicológica, e que tem algumas coisas que doem muito mais que porrada. Duda deu exemplo de quando um homem expulsa a mulher da casa dele. Para ela, isso é muito humilhante. Além disso, ela contou que terminou a relação por não querer adoecer, devido tanto sofrimento.

Ela contou que, com o término da sua segunda relação (pai do segundo filho), ela reconciliou com seu primeiro amor (pai do seu primeiro filho) e por serem agora adultos acredita que o relacionamento dessa vez terá êxito. Disse acreditar na importância do marido na sociedade santomense; que vê o marido como sinal de respeito, como um companheiro, que ajuda com alimentação das crianças.

ANA

30 anos, ensino secundário incompleto, Dona de casa, quatro filhos, solteira, em uma união de fato, vivendo na localidade de Água Bôbô com seus filhos e o marido. A entrevista foi realizada na casa da sua cunhada. Ana contou que vivia com sua mãe, mas ao engravidar foi morar com o namorado. Com a maternidade, teve de abandonar os estudos, e com o passar do tempo vieram outros filhos. Ela relatou que, com o aumento da família (4 filhos), a renda do marido não era suficiente para todas as despesas da casa. Com isso, teve a necessidade de começar a trabalhar. Por isso, começou a vender hortaliças num mercado da capital, para ajudar nas despesas.

Ana contou que quando vendia hortaliças no mercado, sempre brigava com marido devido ao ciúme excessivo da parte dele, e que as discussões eram cheias de ofensas e palavras pejorativas, por isso ela parou de vender verduras e hortaliças. Ana alega que, no momento da entrevista, apenas o marido sustentava a casa e o dinheiro não chegava. Explicou que desde o início do namoro as coisas nunca foram mar de rosas, que ele sempre demonstrou ser essa pessoa, mas ela não ligou os sinais.

Ana contou que no namoro as coisas eram piores, que o marido sempre demonstrou ter muito ciúme dela. Ana relatou: “dizem que no início do namoro tudo é mel, mas no meu não foi assim, e mesmo assim não entendo como continuo permanecendo nessa relação”. Relatou também que sofreu violência física e que sofre constantemente de violência psicológica e material, tais como, ele ofendê-la ou quebrar o celular dela para ela não acessar nas redes sociais (facebook).

Ela contou que devido isso, passou a ter celular que apenas recebi ligações tradicionais sem ter acesso a internet.

Ana Explicou que já não é mais feliz na relação; que seu relacionamento apenas está seguindo; que ela convive com a dor de ele ter várias mulheres e que por isso não tem mais amor. Ela relatou que os homens santomenses não gostam de suas mulheres, eles só querem alguém que os sirva como escrava.

AWAIA

36 anos, ensino primário incompleto, dona de casa, dois filhos, solteira, em uma união de fato, e vivendo em Água Bôbô com seu marido e filhos. A entrevista foi realizada na sala de jantar da sua casa, cujo o marido é o único provedor. Segundo Awaia, já sofreu violência psicológica. Contou que as mulheres que amam seus homens sofrem demais, e explica que homens quando arranjam outras mulheres não dormem mais em casa e, se a esposa reclamar,

eles ainda passam a agressão física. Relatou da seguinte forma: “um como eu, eu não gosto que meu marido arranje outra mulher, mas o que eu vou fazer? Tenho que aceitar assim mesmo e calar a boca. Eu posso reclamar, reclamar, não vai dar em nada. Depois que arranjam outras mulheres, por qualquer coisa já querem te bater”.

Awaia contou que no início do seu relacionamento (quando amor estava na porta, as coisas eram doces como mel) seu marido lhe dava atenção, não arranjava outras mulheres, mas depois de um tempo as coisas começaram a mudar, que ele começou a arranjar várias mulheres e a lhe tratar com indiferença. Awaia conta que quando homens arranjam outras mulheres, eles ficam paranoicos com suas mulheres dentro de casa, porque ficam com medo de suas mulheres fazerem o mesmo que eles fazem.

Ela alegou que os homens ficam com 3 a 4 mulheres e cheios de amigos, enquanto isso, eles negam a suas esposas ter amigos, querendo que elas vivam completamente sozinhas, que tenham apenas o marido na sua vida. Segundo ela, também tem homens que quebram o celular de suas mulheres para elas não falarem com amigos delas.

Awaia relatou que seu marido mexe no seu celular a todo momento quando ela não está por perto. E que seu marido pensa que ela não sabe que ele visualiza todas suas conversas e chamadas, mas que não coloca código no seu celular porque não tem nada a esconder. Enquanto que o celular do seu marido tem código em todos aplicativos. Awaia disse que alguns homens santomenses só com peito (coragem) para os aguentar e conviver com eles.

NINA

37 anos, ensino primário incompleto, empregada doméstica, salário mensal 1200,00 dobras, 4 filhos, solteira, em uma união de fato, e residência na localidade de Vila Maria, com marido e filhos (do atual e dos anteriores relacionamentos). A entrevista foi realizada no seu local de trabalho. Nina relatou que já sofreu violência psicológica, física, sexual, que a relação com o pai do seu primeiro filho foi muito violenta, que constantemente era agredida de todas as formas possíveis e que não morreu em suas mãos porque Deus a protegeu.

Nina contou que nasceu e viveu na ilha do Príncipe, região rural, com a sua mãe e irmãos, e sua mãe não tinha muitos recursos financeiros para sustentar e manter todos os filhos na escola e por isso teve que abandonar o ensino primário. Conheceu o pai do seu primeiro filho aos 14 anos, e disse que no início do namoro foi a melhor coisa que lhe aconteceu, pois ele ajudava na compra de alimentos para casa, comprava suas roupas, lhe dava dinheiro e passeavam juntos constantemente.

Nina explicou que aos 16 anos, quando engravidou, foi morar com o namorado e foi nesse momento que violências psicológicas começaram, depois passou para violência física e sexual. Nina relatou que durante a gravidez foi muito difícil, que seu marido lhe agredia constantemente com pontapé, *soco*, bofetada; que ele saía de casa numa sexta e só chegava no domingo, apenas frequentava a casa como hotel só para tomar banho e trocar roupa.

Nina relatou que não trabalhava e que nessa época passava muita fome porque o marido não dava nem 1,00 dobra em casa. Nina diz: “fui morar com ele devido a necessidade na casa da minha mãe; para que eu e a criança não passássemos fome; eu estava enganada!”.

Nina contou que depois de dar à luz teve que se virar para se alimentar e arranjar sabão para lavar as roupas do bebê, por isso passou a ir para *mato de coco* apanhar coco para (quebrar, ralar) fazer óleo e transportar na cabeça para ir vender, como forma de comprar alimentos, sabão, produtos de higiene e posteriormente comprar caderno para colocar criança na escola.

Nina alegou que o dinheiro do marido só servia para festas, bebidas e gastar com outras mulheres e, quando o questionava sobre o dinheiro, era agredida fisicamente. Nina disse que suas crianças nunca foram para **1 de junho** (data em que se comemora o dia da criança nas escolas) porque não tinha dinheiro para fazer comida em condições e nem para comprar roupa porque só o dinheiro da venda do óleo de coco não chegava.

Nina relatou que o dinheiro do marido era apenas para outras mulheres. Classifica esse momento como uma fase do sofrimento extremo. Nina também contou que o marido controlava sua vida, a isolava de todos e nem a uma festa poderia ir, caso contrário seria submetida a porrada quando chegasse. Ela relatou que seu marido lhe traiu com sua melhor “amiga”, em sua casa, e que ela chegou e viu os dois tendo relações íntimas em cima da sua cama. Quando ela foi na direção para bater na sua “amiga”, seu marido lhe deu porrada com cabo de mangueira, o que a deixou desfigurada. Foi socorrida pelos vizinhos, e ficou hospitalizada por 3 meses.

Nina contou: “ele me bateu até cansar, mesmo eu parida de duas semanas do nosso terceiro filho, lá (isso) me fez sair da relação. Não o denunciei porque era pai dos meus filhos, tinha medo que futuramente meus filhos tivessem raiva de mim”. Nina explicou que ao sair do hospital foi para casa onde morava, pegou suas roupas, fez suas trouxas e pagou passagem de barco para ir a ilha São Tomé. No entanto, ela afirmou não ter conhecimento de como ele soube dessa informação, (de que tinha saído do hospital e comprado as passagens para São Tomé). Conta que já dentro do barco, seu marido chega com a polícia e a acusa de abandono de vulnerável (sua filha recém-nascida e seu filho bebê). Foi nesse momento que ela denunciou todas as agressões para a polícia. Sua viagem para a ilha de São Tomé foi adiada naquele

instante, para que desse tempo de comprar outras passagens para suas duas crianças (e a polícia exigiu que o marido pagasse as passagens das crianças e assim o fez).

Nina disse que na semana seguinte foi para a ilha de São Tomé, para casa dos seus familiares, com 2 filhos e deixou o filho mais velho com o pai. Disse que às vezes se sente culpada por deixar um filho com ele, porque ele não é bom pai, mas que se não viajasse para São Tomé, já estaria em um caixão.

Nina contou que quando chegou na ilha de São Tomé começou a trabalhar como empregada doméstica. Depois de alguns anos conheceu um outro homem, e começaram a namorar, mas desde o início avisou que não queria morar juntos (poderiam ser homem e mulher, mas cada um vivendo na sua casa). Inicialmente ele aceitou o trato, segundo Nina, mas lentamente e, sem ela perceber, ele estava se mudando para casa dela (um casaco ali, uma escova de dente, seu tênis, coisas desse tipo) e, quando ela se deu por conta, ele já morava fixamente com ela.

Nina explicou que quando começaram a morar juntos, o comportamento dele mudou drasticamente, começou a maltrata-la, obrigando-a a ter relações sexuais, não ligava mais para os filhos dela, não preocupava com os materiais escolares e nem dava para suas crianças afetos, porque falava que os filhos dela não eram filhos dele. Apenas tratava bem a filha que tiveram em comum. Disse que começou a viver uma relação abusiva e violenta de novo. Porém, contou que vai abandoná-lo, deixá-lo com a casa que ela mesma arrendou, e vai procurar uma outra casa, e levar todos seus filhos e suas coisas, terminando com a relação. Disse que quando sair dessa relação, será *boquita* ou *vivenxa*, porque não aguenta ser mais mulher de casa, e que na sua concepção mulher de casa sofre muito.

XINHA

40 anos, ensino primário incompleto, empregada doméstica, renda mensal 1000,00 dobras, quatro filhos, solteira, em uma união de fato e vivendo apenas com o marido em Água Bôbô. A entrevista foi realizada ao lado de uma estrada de terra batida, sentadas no chão em frente à sua casa. Xinha relatou que já sofreu violência psicológica e física na relação anterior, com pai dos seus filhos. No momento da entrevista, estava em uma nova relação. Explicou que o seu ex-marido era muito agressivo e violento, utilizava excessivamente bebidas alcoólicas.

Xinha contou que foi agredida com soco na cara, na costela, onde desse ele batia. Ela alegou que quando seu ex-marido dava uma ordem e que ela não o obedecia, era chapada atrás de chapada. Xinha se culpava pela violência sofrida porque, segundo disse, por vezes ela mesma

procurava, desobedecendo ordens do seu ex-marido: “as vezes mulher mesmo que procura porrada”. Ela relatou que era a única que sustentava a casa com seu salário; que o marido não trabalhava e qualquer dinheiro que ele pegava acabava nas bebidas. Quando era questionado sobre sua atitude, ele a agredia, outras vezes jogava panela da comida fora (deixando todos com fome), como forma de fazê-la calar a boca.

Xinha alegou nunca ter procurado o Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica, por acreditar que essas violências não são tão severas ao ponto de serem denunciadas. Sobre igualdade de gênero, afirmou não existir, porém afirma que existe homem que vive com suas mulheres muito bem, que passeiam, que sabem tratar bem suas companheiras e mesmo que não são casados vivem como se fossem.

KINI

43 anos, ensino primário incompleto, dona de casa, renda provém do marido, cinco filhos, solteira, em uma união de fato e vivendo em Água Bôbô com marido e filhos (do antigo relacionamento). A entrevista foi feita no seu quintal, nós as duas sentadas no chão. Kini relatou que foi vítima de violência psicológica, física e sexual. Contou que seu ex-marido lhe batia em casa, na frente dos filhos, com a porta fechada para que ninguém pudesse socorrer. Relatou que estava numa relação extremamente violenta, com controle total sobre sua vida.

Kini afirmou que seus filhos também eram fortemente agredidos pelo ex-marido, isto porque muitas das vezes quando ele ficava a bater nela os filhos se posicionavam a frente para tentar protegê-la e ele mesmo assim agredia as crianças também. Contou que muitas das vezes foi obrigada a ter relação sexual contra sua vontade e que se tivessem alguma briga pela noite, seu ex-marido a colocava para dormir na rua. E no dia seguinte não dava dinheiro para alimentação, colocando-a e as crianças com fome.

Kini disse que ele também controlava todos os passos dela, separando-a dos seus familiares, praticamente a proibia de permanecer em contato com familiares. Disse que mesmo vivenciado um inferno, nunca pensava em deixá-lo porque o amava muito. Contudo, conta que mudou de opinião quando ele a espancou e a deixou desfigurada e toda ensanguentada. Quando isso aconteceu, ela viu que se permanecesse nessa relação iria acabar em um caixão.

Quanto ao marido do relacionamento atual, o do momento da entrevista, conta que ele não se importa muito com a alimentação dos filhos dela pelo fato de não ser ele o pai, já que os filhos são da relação anterior. Ela afirmou que pelo fato de o marido ser provedor da casa, trata-a como uma empregada e não como sua companheira. Reclamou que o marido nunca faz

absolutamente nada para lhe auxiliar nos trabalhos domésticos e que isso lhe deixa extremamente cansada e indignada. Segundo ela, o marido lhe diz que a tomou para fazer “trabalhos de mulher”. Afirmou que, até os sapatos e as cuecas dele, ela tem que lavar. Alega: “esse marido que eu tenho, ele usa cueca e quando está bem suja ele joga no canto, por vezes fica com meados de fezes, ele não limpa rabo bem. Eu que tenho que lavar isso, sofrimento que mulher nasceu para ficar nele”.

WAWA

47 anos, ensino primário incompleto, doméstica, cinco filhos, solteira, em uma união de fato, vivendo com seu marido e filho na localidade de Vila Maria. Wawa nasceu em Agostinho Neto (zona rural bem famosa da ilha de São Tomé), filha de pais cabo-verdianos agricultores que foram a São Tomé e Príncipe em regime de contrato. Wawa contou que quando tinha sete anos, viu-se obrigada a abandonar o ensino primário para cuidar dos seus irmãos mais novos, para que seus pais fossem trabalhar na roça. Contou que aos oito anos fazia todo trabalho doméstico em casa (ela já era cuidadora de casa e dos seus irmãos). Wawa relatou que aos nove anos deixou seus irmãos em casa e foi brincar com seus colegas na rua, quando seus pais chegaram em casa e não a viram, sua mãe foi pegá-la na rua brincando e lhe deu com machim (catana) no calcanhar dos pés. Isso fez ela ficar vários meses no hospital internada e deficiente em uma perna, até os dias atuais.

Wawa relatou que, aos 16 anos, se apaixonou e começou a namorar, engravidou aos 17 anos, passou a morar junto com seu namorado, começando a trabalhar juntos no campo. Afirmou que o pai dos seus filhos era um homem bom, porém as coisas foram mudando, quando começou a se envolver com outras mulheres e a consumir bebidas alcoólicas exageradamente. Contou que com isso seu ex-marido parou de trabalhar no campo, e todo o dinheiro que pegava acabava na bebida. Em seguida, começaram as agressões psicológicas, físicas, sexuais e materiais. Contou que ele já não dormia em casa, tinha inúmeras mulheres, não trabalhava mais no campo, e quando chegava as colheitas e venda dos milhos, seu ex-marido se apossava de todo dinheiro.

Wawa relatou que permaneceu nesse relacionamento violento por 18 anos. Nunca o denunciou, porque sentia vergonha de fazê-lo. Mas, com ajuda dos seus filhos e dos seus familiares, ela conseguiu sair da relação. Wawa contou que se encontra em uma outra relação e que agora o sustento da casa provém do marido. Relatou que seu marido atual a proibiu de trabalhar. Para ela, não existe igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe porque mulher é

mulher, homem é homem. Além disso, defende que as mulheres têm que ter seus lugares definidos na relação. Wawa se considera como exemplo de uma boa mulher. Ela relatou “meu marido quando chega em casa, eu tenho que ficar sentada ao lado dele, vê-lo a comer, ele não come se eu não estiver por perto. Ele não tira comida na panela, se ele tirar comida na panela é uma falta de respeito! É tarefa da mulher tirar comida na panela para homem”. Wawa acredita que uma mulher com um marido é uma mulher de respeito e que a obediência da mulher é o sucesso de qualquer relação.

4.3 Ser mulher em São Tomé e Príncipe: marcas das violências, resistência e sobrevivência

No decorrer das entrevistas, foram feitas várias perguntas abertas, de modo a deixar as entrevistadas confortáveis para se debruçarem sobre as suas vivências. Uma das perguntas consistia em saber se a entrevistada já tinha sofrido algum tipo de violência doméstica. De acordo com os relatos das entrevistadas, todas já sofreram em algum momento de suas vidas algum tipo de violência de gênero. Muitas até a data da entrevista permaneciam em um relacionamento abusivo. As participantes relataram que os parceiros utilizavam violência como um meio para coagi-las a se comportar de acordo com o seu desejo, utilizando da violência e subordinação como mecanismo de ter o controle sobre seus corpos. Os relatos a seguir demonstram as falas de três das participantes que vivenciaram violência dentro das suas relações:

Eu já sofri a violência psicológica, física e sexual. Ele me batia dentro de casa com porta fechada. Um dia meu ex-marido chegou em casa, eu já estava dormindo. Ele chegou todo bêbado a cheirar vinho. E começou a transar comigo sem eu querer. Quando ele queria me beijar eu não aceitei, virei minha cara para lado. Ele começou a me dar soco, soco na cara. Eu fiquei com cara toda arrebatada, irreconhecível! Por vezes ele me dava porrada, porque eu não sentia ciúmes dele. Ele diz que a mulher que não faz ciúmes para homem é porque tem outro homem. Tudo tinha que pedir e ter autorização dele. Por vezes eu pedia a autorização dele. Ele aceitava, mas quando eu saía e chegava em casa era agredida mesmo assim (Kini).

Ele era muito agressivo e violento. Quando bebia, me dava muita porrada. Me dava soco. Qualquer lugar ele me batia. Ele dava uma ordem e quando eu não fazia o que ele queria, soco, soco só (Xinha).

Já sim! Psicológica. Tem coisa que homem te fala que é pior do que porrada. Um dia meu ex-marido me deu com água gelada em cima da cama, porque ele queria brigar e eu não estava a responder. E se fosse água quente, queimava. Homem assim tem coragem matar você! (Duda).

No decorrer das entrevistas, foram feitas várias questões para perceber a concepção das entrevistadas em relação à violência doméstica, e se já presenciaram violência de gênero com pessoas vizinhas ou familiares. Todas as entrevistadas afirmaram conhecer alguém da família ou alguma vizinha em situação de violência doméstica. Isso por si só já mostra como é frequente a utilização de violência nas relações conjugais na sociedade santomense.

Também foi perguntado as entrevistadas se (já) denunciaram seus maridos no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica quando foram agredidas. Apenas 3 responderam que sim, ou seja, que já denunciaram. Já 15 responderam que não, e argumentaram que não é toda forma de violência que se deve denunciar – para as mesmas, as consideradas pequenas violências devem ser resolvidas no âmbito familiar (entre o casal ou consultando outras pessoas da família), e apenas as violências mais severas que devem ser denunciadas, conforme os seguintes relatos:

Eu nunca procurei o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Ele nunca me bateu para chegar ao ponto de ir queixar. Ele me batia sim, mas não era para tanto. Você toma uma chapada, um soco vai queixar homem!? Normalmente quando é para ir queixar é quando homem bate na mulher com coisa que aleija, fere (Xinha).

Eu não fui para Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Não quero ir. Porque ele não me bate constantemente (Jessica).

Outro fator é que muitas não se veem como vítimas da violência, se culpam por sofrerem violência, e assim deixam de fazer a denúncia. Além disso, ainda de acordo com as entrevistadas, muitas delas não denunciaram as agressões, devido ao sentimento de vergonha perante a sociedade e por medo de seus filhos quando crescerem não sentir raiva e desenvolverem mágoas para com elas.

Destaca-se que, como demonstrado anteriormente, o IDSTP (2010) relata que, em São Tomé e Príncipe, tanto homem como mulher acreditam que as consideradas pequenas agressões praticadas por homens sobre suas companheiras são normalizadas. Trata-se de uma crença que vigora de geração em geração, devido à forma como a formação do gênero feminino foi construído no arquipélago.

Na tabela abaixo há algumas perguntas que foram feitas para as entrevistadas e os respectivos resultados. Perguntas como “já denunciaste agressões no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica?”; “o que farias caso visses uma mulher a sofrer agressão?”; “quais foram os tipos de violência que sofreste?” (QUADRO 2).

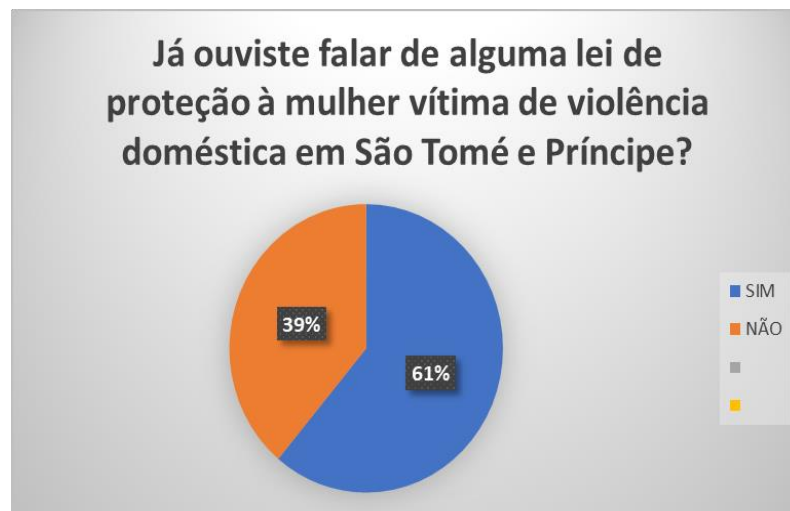
Quadro 2 – Mapeamento das atitudes das mulheres nas situações de violência e tipo de violência vivenciadas

Nome	Já denunciaste agressões no CVDCMST?	O que farias caso visse uma mulher a sofrer agressão?	Tipo de violência vivenciadas
Baby	Não	Ligaria para polícia	Psicológica
Chanquena	Sim	Ligaria para polícia	Psicológica, física, material
Geni	Não	Não sei	Psicológica, física
Zezita	Não	Pediria socorro	Psicológica, física, Material
Filipa	Não	Ligaria para polícia	Psicológica
Kilomba	Não	Ligaria para polícia	Psicológica, sexual
Eula	Não	Entraria	Psicológica
Jessica	Não	Olharia	Psicológica, física, moral
Suazy	Não	Olharia	Psicológica, física
Bimbi	Sim	Pediria socorro	Psicológica, física
Katia	Não	Entraria	Psicológica
Duda	Não	Ligaria para polícia	Psicológica, física
Ana	Não	Olharia	Psicologia, física
Awaia	Não	Indignação	Psicológica
Nina	Não	Olharia	Psicológica, física, sexual, material, moral
Xinha	Não	Entraria	Psicológica, física
Kini	Sim	Ligaria para polícia	Psicológica, física, sexual, material, moral
Wawa	Não	Aconselharia depois da briga	Psicológica, física, material

Fonte: Elaboração própria (2021)

Também o gráfico abaixo ilustra as respostas das entrevistadas em relação ao seu conhecimento sobre a existência da lei de proteção a mulheres em situação de violência doméstica em São Tomé e Príncipe.

Gráfico 1 – conhecimento das entrevistadas sobre a legislação de violência doméstica



Fonte: elaboração própria (2021)

Nesse sentido, 61% das entrevistadas relataram que já ouviram falar sobre a lei, porém não têm nenhum conhecimento sobre, apenas ouviram falar, através da rádio, TV e comícios. Enquanto isso, 39% das entrevistadas responderam que nunca ouviram falar da lei. Entretanto, todas as entrevistadas alegaram ter conhecimento sobre o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Isso é um fator relevante, visto que mostra que as políticas de sensibilização sobre o Centro têm tido efeitos positivos.

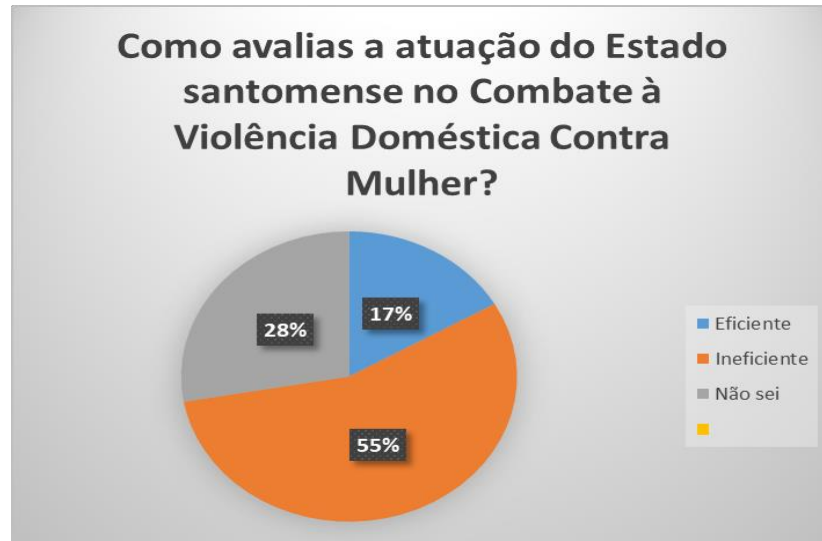
Algumas mulheres não tendo muitos conhecimentos acerca da lei, paulatinamente estão se conscientizando que a violência doméstica contra mulher não é algo normal e nem natural. No entanto, isso ainda é controverso, mesmo tendo consciência sobre a violência doméstica, algumas tratam certas violências como “pequenas” e sugerem que estas não são passíveis de serem denunciadas. Além disso, mesmo tendo essa consciência sobre a violência doméstica, como manifestaram nas entrevistas, poucas (3) são aquelas que se dispuseram a denunciar – apesar do fato de julgarem ineficientes o trabalho da justiça e temerem ser odiadas futuramente pelos seus filhos com os agressores.

Ao perguntar às entrevistadas sobre sua possível reação ao presenciar situações de violência de gênero contra outras pessoas que não elas mesmas, 6 das participantes responderam que ligariam para polícia, 2 responderam que pediriam socorro para a população e separariam a briga, outras 3 disseram que entrariam na briga e ajudariam a vítima a se defender ou acalmar a briga. Já 4 das entrevistadas relataram que apenas olharia e não entraria, por medo de as agressões fossem direcionadas a elas, e 1 entrevistada demonstrou que apenas sentiria indignação perante o conflito. Além disso, 1 entrevistada disse não saber o que faria e outra interviria apenas no final para aconselhar a vítima.

A reação de algumas entrevistadas, ao relatar que em hipótese alguma socorreriam pessoalmente as mulheres em situação de violência, justifica-se pelo fato de que em muitos dos casos quando se envolvem ou tentam separar as agressões, o agressor passa a dirigir a violência para quem está socorrendo a vítima. Assim, quem procura não se envolver de forma física faz isso devido ao medo de não perder a sua vida durante a separação de uma briga.

Em seguida, foram perguntadas sobre como avaliam a atuação do Estado no combate à violência doméstica contra mulher em São Tomé e Príncipe (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Percepções sobre a atuação do Estado no combate à violência doméstica



Fonte: elaboração própria (2021)

Mediante a questão, 17% das entrevistadas alegaram que a atuação do Estado é eficiente, 55% responderam ineficiente e 28% não souberam responder. Sendo necessário realçar que mesmo as 17% terem declarado que atuação do Estado se faz de um modo eficiente, todas as entrevistadas queixavam-se da ineficiência do Estado em relação à resolução da violência doméstica: algumas participantes relataram experiências de denúncia que não trouxeram resultados – o poder público mostrou-se impotente para a solução do seu problema ou dos seus familiares. Como contaram, por não conseguirem mais lidar com a violência extrema, já chegaram a denunciar. Porém, ao chegarem ao Centro do Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, não viram seu problema resolvido por aquele órgão público, o que as deixou muito indignadas e desesperançadas com o Estado.

A lei não é eficiente. Quando se vai queixar não dá resultado, melhor a pessoa resolver problema com sua própria mão. Eu fui para o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica denunciar meu marido. Eles só aconselharam e conversaram conosco, mandou-nos vir para casa. Eles não tomam nenhuma medida...é por isso que gente vira daqui fulano matou fulana. Tem muitos casos que homem mata mulher. Muitas das vezes quando eu ligo para polícia para polícia vir porque fico na briga com meu marido em muitos casos polícia não vem (Bimbi).

Uma vez quando Pai dos meus filhos me bateu, eu vim para cidade rápido, vim ficar na casa do meu Pai. Fui denunciá-lo no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Depois chamaram ele, para nós irmos juntos. Chegando lá só conversaram conosco, eu com marca de grande faca que ele me colocou no ombro... deixa-me te mostrar [a entrevistada me mostra a cicatriz da marca da faca]. Durante a conversa, falaram-me que eu tenho 15 dias para pensar se quero voltar com ele, ou se quero denunciar no ministério público. Eu desisti de denunciar. Saí da relação, assim eu iria morrer (Kini).

Como já foi mencionado, em São Tomé e Príncipe, muitas mulheres têm uma certa resistência para denunciar as agressões, fazendo-a apenas quando as agressões cometidas pelo agressor são extremamente severas. Mas muitas não se encorajam a denunciar, porque não acreditam na eficiência do Estado. Algumas manifestaram sentimento de raiva e desesperança em relação a falta de política de proteção às mulheres em situação de violência doméstica.

Essa coisa de violência contra mulher, homem não liga essas coisas mais não porque os policiais os fecham de 2 dias eles já estão na rua. Por isso esses homens não têm mais medo de matar mulher, falta ter uma lei rigorosa para eles sentirem medo (Zezita).

Esse Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica não é eficiente. Só é para conversar mesmo. Não dá nada que estado quer¹³(Geni).

A partir das entrevistas, também se constatou que ser mulher significava estar responsável pelas tarefas domésticas, ter menos oportunidades de seguir na escola e no trabalho formal, ter menos renda formal e liberdade financeira, quando comparada à definição do lugar social dos homens. Em todos os relatos havia a constatação das desigualdades que estavam expressas nas situações vivenciadas. Para as mulheres que se encontravam em situações de dependência econômica, as violências se agravavam na maioria das vezes.

Normalmente, homens não realizam trabalhos domésticos, porque muitas das vezes quando homem realiza trabalho doméstico, a sociedade fala: esse homem lá é palerma, pateta, *boboyoko*¹⁴. Está lavando prato para mulher dele. Mulher já *katxôu*¹⁵ ele. Por isso muitos não ajudam. Trabalho doméstico é um trabalho feito para mulher (Jessica).

Ele trabalhava, ganhava dinheiro, mas o dinheiro que recebia só gastava com outras mulheres. Ele levava outras mulheres para onde eu vivo, para casa da mãe dele. Eu ficava só a assistir, muito sofrimento! Quando eu reclamava com a mãe dele, a mãe dele dizia que ele é homem [a mãe o apoiava]: ‘e homem com dinheiro no bolso arranja mulher que quer’ [...] Ele não parava em casa, dormia fora constantemente. Ele só ia para casa tomar banho, trocar de roupa. Ele não dava dinheiro nem para comprar sabão para lavar roupa dele e nem das crianças (Nina)

Se pai desse garoto [bebê nos braços dela] chega em casa e não ver as coisas em casa como ele quer, comida no fogo, ele joga toda comida fora. Ele sabe que eu não trabalho, quando ele joga comida fora, eu e filho dele vamos para cama com fome. Gente em casa sem nada para comer, ele rasga dinheiro na minha frente. Irmão dele me deu uma mão no meio do peito, que garoto que estava nas costas saiu caiu no chão *bá*. Esse rapaz e família dele estão a procurar forma de me matar (Zezita).

Algo que merece atenção, ao se observar nas entrevistas, é a educação como fator de autoconhecimento e emancipação das mulheres. A entrevistada com Kilomba aponta para isso.

¹³ A expressão significa que aquilo não é eficiente. Não leva ao lado nenhum.

¹⁴ Bobo.

¹⁵ A expressão significa sugerir que a mulher o enfeitiçou.

Ela, ao relatar as condições das mulheres em São Tomé e Príncipe, fica indignada com o direcionamento das mulheres a lugares de submissão na sociedade. Outro aspecto interessante observado nas entrevistas é o acesso à educação como fator de mobilidade social e maior autonomia na vida das mulheres.

A fala da entrevistada Kilomba expressou, em vários momentos, sua reflexão sobre a situação feminina em São Tomé e Príncipe, conseguindo enxergar como violência aparece como um instrumento sistemático de produção dos gêneros, especialmente na vida das mulheres.

Kilomba tinha 23 anos, ensino superior completo, solteira, não tinha filhos e exercia atividade profissional com uma renda mensal de 4.000,00 dobras¹⁶. Ao retratar a realidade da mulher no contexto santomense, afirmou:

As mulheres santomenses estão destinadas a cuidar do marido. Tanto que tens 23 anos e não tens filhos? Kyê!¹⁷ Isso é um escândalo! Como assim? Está já na hora de parir! Você quer chegar aonde? Você quer estudar, estudar só? Tem que parir, ter filho, ter um marido, tem que ter casa, cuidar da casa [...] As meninas de 10 anos já começam a apanhar da mãe, porque mulher tem que saber cozinhar. Como você vai tomar homem¹⁸, se você não sabe cozinhar?

Além de tudo que já foi descrito, no decorrer das entrevistas as mulheres descreveram a poligamia masculina como um outro tipo de violência em suas vidas. Sendo o privilégio masculino tido como normalizado na sociedade, muitas vezes se veem obrigadas a aceitar para não romperem com a relação.

A maioria das entrevistadas demonstrou tristeza ao relatar o fato de o marido ter outras mulheres. Isso deve-se como a poligamia masculina está configurada socialmente, aprofundando as desigualdades de gênero e conferindo aos homens uma maior autonomia e mais poder sobre a vida das mulheres.

Sendo assim, o agravante em relação a situação de violência, construindo hierarquias entre as mulheres, estabelecidas por homens que relacionam com elas, reforçando as opressões de algumas e acerbando o conflito entre elas, na disputa pela atenção e permanência do homem em suas vidas.

Os relatos a seguir constata como a violência se combina com a poligamia em São Tomé e Príncipe.

Homens de agora vão querer ter duas, três mulheres. Mas mulheres que estão em casa eles maltratam como uma escrava. No começo fica bom, amor fica forte, bué de

¹⁶ Equivalente a cerca de \$192,00 dólares estadunidenses ou R\$ 1073,84 reais brasileiros.

¹⁷ Interjeição que denota espanto, uma indignação.

¹⁸ Conviver com um homem em um relacionamento afetivo.

bôbô¹⁹. Como mulher engravida, eles arranjam outra. Mulher que está em casa, quando reclama da sua ausência, eles dão porrada. Homem quando arranja mulher não dorme em casa; dormem fora, porque eles já têm outra mulher nova. Quando chegam casa no dia seguinte, que a mulher pergunta, ainda se exaltam²⁰ e dão porrada (Chanquena).

Ele faz muitas coisas erradas. Tem muitas mulheres, não para em casa. Sai sempre, mas nunca sai comigo. Quando peço para sairmos juntos, ele nunca quer. Eu só vou passear com minhas cunhadas. Eu o peço. Ele deixa. Eu vou. Tenho hora para chegar em casa. Mas meia noite é a hora que ele fica na rua (Katia).

Eu e pai dessas crianças, Kyê, luta só! Xé, gente a viver aqui no Água Bôbô, a viver desarrascado, só Deus que sabe! Aqui ao lado de casa mesmo que ele viu para ficar com outra mulher. Essa coisa me doeu muito. Eu fui até lá bater ela. Ela mudou de zona. Depois eu fui para casa da minha avó. Ele foi pedir para eu voltar, eu voltei. Assim mesmo bobo só. Homem é bicho mau (Bimbi).

A traição é um tipo de violência psicológica. Só que a violência em São Tomé está tão naturalizada, que ninguém se importa. Ou seja, é a coisa mais normal do mundo. Porém, a traição só é direcionada aos homens, quando se fala de traição, não se pode mencionar ao gênero feminino. Porque as mulheres em São Tomé não podem trair. Tanto é que um homem apanha uma mulher a trair, na maioria das vezes elas acabam mortas. Eles matam. Porque em São Tomé as mulheres não podem trair o marido. Quando não matam, espancam, deixam desfigurada ou desmembradas. Há muita violência baseada no gênero em São Tomé. Esse é um problema social grave (Kilomba)

Como descrito acima, para além de mulheres de dentro de casa (considerada a primeira mulher do marido) designada por *mwala esté e* outra designada por *vivenxa*, considerada como segunda mulher, também existem outras categorias como *boquita*, *flinboca* que designa mulheres que ficam com os homens que tem outras mulheres sem compromisso, se veem quando der, e não tem muitas responsabilidades afetiva na relação. O fato é que independentemente das posições que essas mulheres se encontram, as consideradas primeiras mulheres não sentem confortáveis e nem gostam que seus maridos tenham outras relações afetivas, entretanto, muitas se veem obrigadas a aceitar por querer manter a relação. Durante as entrevistas, as participantes relataram os casos dos seus maridos com outras mulheres, elas descrevem com tristeza, magoa, desesperanças ou até mesmo conformada sem poder fazer nada, porque acreditam que todos homens dos seus ciclos são assim e não acreditam em encontrar alguém melhor. Já outras, por saber que seus maridos não iriam deixar outras mulheres, decidem enfrentar e brigar com outras mulheres, por acreditar que são elas que estão a roubar seus maridos²¹. Como o Caso da entrevistada Bimbi, que foi até a casa da outra mulher batê-la por acreditar que a sua rival está roubando seu marido. A maioria dos relatos das

¹⁹ Muito bobo.

²⁰ Falam alto, proferem ofensas.

²¹ O livro intitulado uma história de poligamia da escritora Paulina Chiziane demonstrar muito bem esses acontecimentos.

entrevistadas demonstrava que elas sabiam que seus maridos tinham outros relacionamentos fora, que não encaixava entre *vivenxa*, mas sim em outras categorias como *Boquitas*, *flinboca* entre outros sinônimos que designam relacionamento sem compromisso. Entretanto, independente das classificações das categorias dessas mulheres, isso as causava enorme desconforto e muitas tristezas, visto que essas mulheres relatam que quando os homens arranjam outras mulheres, eles não dormem mais em casa, não se preocupa com os problemas de casa, não dão dinheiro em condições para fazer comida, não se preocupam com os filhos. Por isso, as mulheres entrevistadas alegaram que a poligamia masculina é um dos principais problemas nos lares, descrevendo assim como outro tipo de violência doméstica contra mulheres.

Todas entrevistadas vivenciaram violência psicológica, porém os relatos de violência física também foram frequentes nas falas. Os relatos demonstram o lugar da violência nas experiências femininas e o como está presente em suas vidas diária, marcando corpos e subjetividades. Mulheres de diferentes faixas etária, relataram situações de violência física, sexual, material praticada pelos maridos, que poderiam leva-las a óbito.

Mesmo grávida, sofria agressões. Ele já me pegou pescoço. [...] Rapaz me deu com grande coisa aqui nas costas. E quando eu vi, coisa fez 'bá'![barulho do objeto a atingindo]. Eu cá. [...] Eu sinto essa dor até agora. Quando eu estava grávida, muita porrada. Eu fui até hospital. Eu pensei que iria perder bebê. Ele me deu rabo no chão²² com bebê na barriga. Como ele me fez isso, fui até hospital com dor. Os médicos me deram medicação, a dor passou. No dia seguinte, ele ainda vem para casa bêbado, me expressando²³. Quando eu estava grávida, ele vinha pela manhã todo bêbado, entrou dentro de casa, falando: eu vou dar essa *pykena* porrada²⁴. Entrou dentro de casa, tomou uma picareta para me bater com a picareta. Eu corri e fui tentar esconder na casa da minha amiga. Rapaz estava a entrar quintal a me dizer que vai me dar porrada. [...] Ele saiu com picareta para meter nas minhas costas. Se essa picareta me entrava, eu morria. [...] A picareta entrou e saiu no portão de zinco. Se fosse na minha cabeça? [...] As pessoas dizem que estou aqui nessas agressões porque eu gosto de como ele bate-me. Não estou aqui porque gosto. Apenas só Deus sabe porque estou aqui. Eu sei o que eu quero na vida, não posso sair só, ir dar cada homem meu corpo²⁵ à toa, para conseguir 20 ou 30 dobras, para conseguir coisa para dar de comer para criança. Eu não quero isso (Chaquena).

Ele não gostava de quando eu me cuido, gosta de me ver *jam ga podji*²⁶. Para só ele gostar de mim [riso]. Ele não confia em mim. [...] Eu comecei a sentir muita dor, esse é um dos principais motivos que me fizeram terminar a relação. Você quer ou não quer, ele está resolvendo seu problema²⁷. Por vezes, eu lagrimava de dor que eu sentia, ele me via a chorar e dizia que eu estou a fingir, que eu não quero fazer sexo. *Kye!* Ele fazia sexo comigo contra vontade. Ele dizia que eu não quero, porque já tenho outra pessoa, estou pensando numa outra pessoa. Todos os dias ele vai querer me

²² Ela caiu sentada no chão, após ser agredida.

²³ “Me expressando” significa que o homem estava proferindo ofensas contra ela.

²⁴ *Pykena* significa moça. Na frase, ela expressa que ele afirmou que ia agredi-la.

²⁵ Procurar homens para se relacionar.

²⁶ Desarrumada.

²⁷ Relação sexual forçada.

dormir²⁸. [...] Parecia uma escrava sexual. Eu sentia tanta dor, que nem conseguia trabalhar (Nina).

Um dia, ele me deu tanta porrada, que eu fiquei toda molhada no corpo, até minha saia sujou de sangue. Ele estava me batendo assim, para me matar mesmo, com criança nas costas²⁹. A me dar pontapé com soco, bofetada, várias vezes. Tudo isso com criança nas costas. Ele me bateu, ainda bateu criança nas costas. Ele estava todo bêbado. Tinha que ir tomar banho na casa de outras pessoas. Estava desfigurada. Eu tive que sair dali automaticamente (Kini).

Os relatos das entrevistadas demonstram como as suas vidas são marcadas constantemente por violência. Por outro lado, a falta de independência financeira aprofunda ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas mulheres. Os relatos demonstram a importância de (re)criar um enfrentamento institucional multisetorial, que atinja várias dimensões sociais, de modo a promover as garantias de uma cidadania segura e autônoma para as mulheres (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020).

As falas das mulheres descrevem como essa violência se experiencia em suas vidas, através das intensas agressões físicas em seus corpos, pela falta de acesso de renda, dependência financeira, por falta de conhecimento das existências ou mesmo por falta de um aprofundamento dos direitos sobre seus corpos, pela descrença em viver uma vida de forma digna e livre para fazer suas escolhas, por viver em relacionamentos polígamos causando-as dor e sofrimento, pondo em causa a sua autoestima, e como todo pela marginalização e interiorização, subalternização do gênero feminino.

Com isso, os relatos dessas mulheres para além de demonstrar as disparidades entre gênero no contexto santomense, também ilustra as raízes profunda que (re)produziram essas desigualdades, manifestando na construção de gênero. Portanto, a sobrevivência e resistência dessas mulheres significa enfrentamento a colonialidade de gênero.

Desse modo, compreender como se dá o fenômeno da violência (e como se manifesta no cotidiano da vida das mulheres) é essencial para identificar várias dimensões que o constituem, e como são estabelecidas as concepções de gênero na sociedade santomense. Sendo fundamental entender a construção do ser homem e mulher nesse contexto, considerando como a violência se configura nas relações afetivas e domésticas, como também nas relações conjugais existem e nas desigualdades que se configuram no seu cotidiano.

Em resumo, este capítulo incluiu uma abordagem de pesquisa narrativa que enfocou principalmente o essencial do trabalho de campo: entrevistas com mulheres. Sendo assim, além

²⁸ Ter relações sexuais com ela.

²⁹ Em São Tomé e Príncipe, as mulheres costumam carregar os/as filhos/as nas costas, sustentados/as por um pano. Na ocasião, a mulher relata que estava com a criança nas costas enquanto foi agredida.

de retomar um pouco da descrição de como se deu a minha vivência no campo, apresentou observações, relatos e experiências de mulheres sobre como a violência afetou e afeta suas vidas e cotidiano. Incluiu elementos que demonstram os vários tipos de violência de que foram vítimas ao longo da vida ou de que continuam a ser vítimas.

As mulheres entrevistadas indicam que o principal motivo pessoal para estarem submetidas à violência é a dependência emocional (filhos e sentimentos) e financeira ou mesmo por acreditarem que não existem homens melhores. Em seguida, apontaram também para as violências como sexual, física, psicológica, patrimonial, e a importância de cada uma dessas violências variou entre as entrevistadas. Algumas, por exemplo, mesmo tendo sofrido violência física, apontaram que a violência psicológica era a mais drástica. Outras apontaram a violência física como a mais importante, embora tenham sofrido violência psicológica também, ou outra forma de violência. Muitas mulheres questionadas apontaram para a falta de igualdade de gênero, o que faz questionar o papel do Estado neste quesito. Também apontaram para o lugar do homem. Há casos em que o companheiro simplesmente impõe a essas mulheres que não trabalham, ou seja, apenas eles assumem o controle da casa e, dessa forma, sujeitam essas mulheres a uma forte dependência, o que as faz ficar cativas da violência doméstica. A seguir apresento as considerações finais desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar e contextualizar o processo histórico da violência contra a mulher em São Tomé e Príncipe.

Nesta parte final da dissertação, pretendo apresentar minhas conclusões, reflexões e lições aprendidas. Uma das questões que estudo aponta é que uma mudança de pensamento requer diversas ações públicas voltadas a compartilhar experiências, refletir e analisar o contexto de meninas e mulheres para conhecer seus direitos sobre seus corpos.

Este estudo adotou a epistemologia decolonial proposta por Lugones na tentativa de investigar ao fundo o que está por detrás da manifestação da violência doméstica contra mulher no contexto santomense e da sua marginalização na sociedade como um todo. Tratou-se de identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem “das experiências subalternizadas que geralmente são produzidas coletivamente, que tem a possibilidade de generalizar sem universalizar, e de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esse conhecimento é local, individuais e incomunicáveis” (CURIEL, 2020, p. 134). Ainda como afirma Curiel (2020), as propostas descoloniais proporcionam um pensamento crítico para compreender a especificidade histórica e política de nossas sociedades, da mesma forma que nos ajudam a questionar as narrativas da historiografia oficial e mostrar como as hierarquias sociais se configuraram. Por outro lado, a utilização dessa epistemologia também o fez na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens em relação à violência que, sistematicamente, as mulheres santomenses são vítimas. Nisso tudo há colonialidade do poder, inseparavelmente, da colonialidade do gênero, visto que são essas mulheres que se encontram em sua maioria nos serviços informais, como também o rosto da pobreza.

Pode-se dizer que mesmo que São Tomé e Príncipe tenha 45 anos livre – oficialmente - do sistema colonial, ainda continuamos subalternos a esse regime colonial de um modo invisível no quesito subalternização do corpo feminino e face ao predomínio dos homens. Por isso, pode afirmar que em São Tomé e Príncipe ainda se vive uma colonialidade de gênero. Como afirma Lugones é necessário entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) para entender como essa organização acontece (LUGONES, 2020, p. 56).

As relações coloniais estabelecidas com as mulheres nativas eram uma relação de subordinação e hierarquização, as mulheres nativas santomenses foram desprovidas durante muitos séculos de humanidade e de qualquer respeito. Vê-se que mesmo em pleno século XXI,

e com a independência do país, ainda essas estruturas de marginalização e violência se encontram presentes na sociedade, se antes pelos colonos, agora direcionada enaltecida pelos próprios homens santomenses.

Esse sistema de gênero imposto por meio do colonialismo e que prevalece até hoje, para além de transformar a organização da reprodução, também inclui a subordinação das mulheres em todos os aspectos da vida (OYEWÚMÍ, 2020). Nessa lógica, uma mudança de paradigma pode ser feita sobre a preocupação com a natureza e extensão das mudanças na estrutura social dos povos colonizados causadas pelos processos constitutivos do capitalismo eurocêntrico / moderno, se entendermos o lugar do gênero nas sociedades pré-coloniais através de um ponto de visão mais complexa (LUGONES, 2020, p. 72).

Dessa forma, um dos aspetos que está sendo defendido neste estudo é que a marginalização, a subalternização, a inferiorização, a naturalização e a normalização social da violência com relação ao corpo das mulheres santomenses são na verdade questões públicas construídas pelas desigualdades de gênero da estrutura social.

Nesse contexto, a perspectiva decolonial feminista é extremamente fundamental no estudo da violência doméstica contra a mulher em São Tomé e Príncipe porque oferece uma nova perspectiva de análise para compreender as formas mais complexas de relacionamento e entrelaçamento de sexo, sexualidade, gênero. Faz-nos pensar em possíveis formas de enfrentar a colonialidade de gênero que existe na sociedade santomense. Esses enfrentamentos podem ser feitos por meio de propostas de políticas públicas e a educação fundamentadas nas mudanças da sua base ontológica e epistemológica, só assim, estaríamos preparados para enfrentar essa colonialidade de gênero. Como também a partir disso, reestruturar metodologias e pedagógicas em escolas de diferentes níveis, como ensino fundamental, médio, médio e superior, com foco em processos coletivos, organizações e comunidades, permitindo assim a buscar melhores caminhos de transformação social.

Ao regressar a São Tomé com um novo olhar, olhar de pesquisadora e ao ouvir e analisar os relatos das entrevistadas, me aproximei da complexidade das experiências femininas visualizando os efeitos concretos dos processos de desigualdade e opressões, que acabam por construir as identidades de gênero na cultura santomense. A violência doméstica contra mulher é um problema que se encontra na sociedade santomense desde o seu povoamento.

Entretanto é necessário ressaltar que mesmo com a criação de leis, foi observado relativa insegurança das mulheres entrevistadas em relação às leis ou a proteção do Estado santomense face a este problema.

Foi percebido que violência doméstica contra mulher em algum momento perpassou na vida dessas mulheres, pois a utilização da violência por parte dos homens como um mecanismo de “correção” ainda é reconhecida socialmente como “normal”.

A subalternização do corpo feminino na cultura santomense induz inúmeras mulheres a pensarem que suas vidas pertencem de algum modo aos homens e deve ser vivida em função deles. Essa é uma crença que mascara a violência doméstica, principalmente violência considerada “leve”. De acordo com os relatos das entrevistadas violências domésticas consideradas leves ou pequenas são agressões como chapadas, empurrões, safanão e algumas violências psicológicas.

No que se refere ao conhecimento da lei, boa parte das entrevistadas, 61% relataram que já ouviram falar sobre a lei, porém não tem muito conhecimento sobre a lei, ouviram falar da lei através da rádio, TV e comícios enquanto que 39% das entrevistadas responderam que não sabem da existência da lei. Ainda assim, todas das entrevistas alegaram ter conhecimento sobre o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica.

Em relação à igualdade de gênero na sociedade santomense, 100% das entrevistadas alegaram que em São Tomé e Príncipe não existe igualdade de gênero. Mas acreditam que pequenas conquistas diárias as colocam no caminho certo de mudança, que um dia a sociedade santomense alcançará a tão sonhada igualdade de gênero, mesmo que por hora só existe na teoria. Acreditam que as oportunidades que são distribuídas socialmente não são só injustas como desigual.

No decorrer da pesquisa, as entrevistadas relataram a sua vivência de diversas formas, de um modo tranquilo, com momentos de muitas risadas, angústia, decepção e alguns também momentos com raiva e com desesperanças. Era uma mistura de sentimentos ao relatarem suas vivências. Em todos os momentos eu senti que todas estavam altamente confortáveis em dividir seus relatos de sua vida comigo, foi um momento único de muito aprendizado como pesquisadora.

Através dessa pesquisa foi possível compreender a dificuldade e complexidade em ser mulher santomense vivendo em São Tomé e Príncipe. Ser uma mulher pobre santomense é viver uma vida que a todo momento tem que resistir e lutar diariamente contra a marginalização e subalternização do gênero feminino.

Os relatos das mulheres em situação de violência doméstica, de modo geral, ao falarem das suas vidas exprimiram seus pontos de vista, demonstrando as estruturas que produzem as desigualdades e a marginalização do gênero feminino, o imaginário social que as colocam

apenas como mães e cuidadoras. Além disso, veem como essas estruturas desiguais causam impactos distintos entre mulheres e homens santomenses.

As mazelas sociais, produto do longo sistema colonial, machismo, sexismo e desigualdades, afetam, em maior intensidade, as mulheres na pobreza ou extrema pobreza que mais vivenciam discriminação de gênero bem como vivenciam a discriminação socioeconômica.

A pesquisa também mostrou os saberes e vivências, experiências singulares e ao mesmo tempo coletivas, que permitiram as entrevistadas que as produziram e vivenciaram se autorrefletir de maneira crítica sobre suas relações com os seus companheiros. Entretanto, vale ressaltar que a maioria dessas mulheres ainda não sabe diferenciar outras formas de violência, as violências consideradas sutis que paulatinamente leva o abismo das suas vidas. Também não enxergam a violência como um problema social ou como algo cultural construído na sociedade santomense, veem como um problema individual.

Nessa lógica, as experiências das mulheres são extremamente importantes para que se elaborem as políticas de enfrentamento da violência e redução das desigualdades. Os elementos que constituem as experiências femininas observadas na pesquisa demonstram a necessidade de uma ampliação dos estudos de gênero na sociedade santomense, na finalidade de aprofundar determinados recortes e produzir um acúmulo de contribuições para as políticas de promoção dos direitos das mulheres no país (ALBUQUERQUE; CAMBLÉ, 2020).

Esta dissertação revelou algumas pistas para a continuidade da pesquisa ou elaboração de outros trabalhos de investigação que caminhem na perspectiva aqui adotada. Uma delas é a compreensão mais aprofundada do desafio maior vivido pelas mulheres em situação de violência doméstica, entrevistadas, e como as essas violências afeta a vidas dos seus filhos e filhas. Por outro lado, por terem sofrido em um relacionamento violento, como educam seus filhos a partir dessas experiências vividas? Visto que, para que tenhamos algum progresso no quesito igualdade de gênero, além das leis, é necessário que tenhamos uma transformação social, incluindo o modo como se passa os conhecimentos para crianças (gerações futuras). Dessa forma, para que um mundo melhor seja possível é preciso superar as velhas formas tradicionais de educar os meninos e as meninas, porque são os humanos que moldam a cultura e, quando a cultura está trazendo desconforto a um grupo de pessoas, é hora de rever e mudar essa cultura (CHIMAMANDA, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBURQUEQUE, Rossana Maria Marinho; CAMBLÉ, Vanda Lopes. “Ome Sa Ome” e “Mwala sa Mwala”: As Violências de Gênero nas Experiências de Mulheres Santomenses. *Revista brasileira de estudos africanos*, Porto Alegre. v. 5, n. 10, p. 239-261, 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Oxford: TED – Ideas Worth Spreading, 2009. (19 min.), color, legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?>>. Acesso em: 30 maio 2020.
- BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.
- BOLDARINE, Rosaria de Fátima. *Representações, narrativas e práticas de leitura: Um estudo com professores de uma escola pública*. Dissertação de mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista (Campus de Marília), 2010.
- DIAS, Juliana Braz. *Modelos crioulos de organização familiar em Cabo Verde*. **Papia**, Brasília, v. 11, p. 74-80, 2001.
- CAMBLÉ, Vanda Lopes. *Violência doméstica contra mulheres em São Tomé e Príncipe*. 2018. Monografia de Graduação em Administração Pública – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção (Ceara), 2018.
- CASTRO, Carla Ten Jua de; CARVALHO, Inald kelve Nobre de; VAZ, Natacha Amado. São Tomé e Príncipe: Vícios da Sentença e Temas de Direito da Família e das Crianças. *CEJ*, 2019.
- CARVALHO, Maria. **Os Direitos Humanos e a integração regional**. São Tomé: Avenida, 2010.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Narrative inquiry: experience and story in qualitative research*. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- COSTA, Claudia de Lima. *Feminismos descoloniais para além do humano*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22. n. 3, p. 929-934, 2014.
- CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: Hollanda, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CHIZIANE, Paulina. *Niketche, uma história de poligamia*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- DAVID, Débora Leite. *A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente*. *Revista Via Atlântica*, cidade, v.13, n.5. p.231-234, 2008.
- EM SÃO TOMÉ O COLONIALISMO NÃO MORREU COM AS ROÇAS. Direção de Joana Gorjão Henriques, Sibília Lind e Frederico Batista. São Tomé: *Jornal O Público*, 2016.
- ESPINOSA, Yuderky; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. *Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro voces*. In: WALSH, Catherine (Org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir* (Série Pensamiento Decolonial), 2013, p. 403-441.
- ESPÍRITO SANTO, Alda. *Angolares*. Mensagem: Publicação não periódica da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, n. 2, p. 19-20, jun. 1963.

- _____. Memórias de um tempo. Mensagem: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994), Lisboa, v. 14, n. 2, p. 89-91, abr. 2015. Disponível em: <www.uccla.pt/sites/default/files/mensagem_uccla_1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019
- ESPÍRITO SANTO, Carlos. A guerra da Trindade. São Tomé: Instituto Camões, 2003.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paideia, 2004, 14 (28), p. 139-152.
- FERREIRA, Mario. Ilha de São Tomé – 1960. [Documentário]. Portugal, 2017.
- GASKELL, George. Entrevista Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George Pesquisa (Orgs.). Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF); GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015**: Análise baseada nos direitos Humanos de acordo com uma abordagem de equidade. 2016, 224 p.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOMES, Camilla de Magalhães. **Gênero como categoria de análise descolonial**. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.
- GONÇALVES, Paulo Sergio. A literatura santomense e a resistência feminina por Alda Espírito Santo e Conceição Lima. Dissertação de mestrado em Estudos de Literatura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porta Alegre), 2018.
- HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações Cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HENRIQUES, Joana Gorjão; BATISTA, Frederico. São Tomé e Príncipe. A escravatura durou até à independência. São Tomé. 2016. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/em-sao-tome-e-principe-a-escravatura-durou-ate-a-independencia-1729886>>. Acesso em: 10/out/2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **IV Recenseamento Geral da População e Habitação**: Características e condições de vida das famílias e da habitação, RGPH-2012. - S. Tomé: INE, 2014, 2012, 163 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA; MINISTÉRIO DA SAÚDE DE SÃO TOMÉ. **Inquérito Demográfico e Sanitário (IDS STP 2008-2009)**. São Tomé e Príncipe, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO. **Relatório Nacional de Implementação da Declaração e do Programa de Acção de Beijing + 25º**. São Tomé e Príncipe, 2019.
- JORNAL PÚBLICO. São Tomé e Príncipe: um terço das mulheres admite ter sido alvo de violência física. 2014. Acesso em 18/11/2020. Disponível em: <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/14408/sao-tome-e-principe-um-terco-das-mulheres-admite-ter-sido-alvo-de-violen>
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. LEI n.º 6/2012, de 6 de agosto. Diário da República N.º 95. **Código Penal de São Tomé e Príncipe**. Assembleia Nacional.

- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Lei nº 11/2008, de 29 de outubro. **Diário da República**, N.º 62. Assembleia Nacional.
- LIMA, Conceição. A dolorosa raiz do Micondó. Lisboa: Caminho, 2006.
- LIMA, Jackson da Graça de Araújo; MACHADO, Eduardo Gomes. Movimentos Sociais e Luta pela Independência: Um estudo sobre o movimento pela libertação de São Tomé e Príncipe. 2018.
- LIMA, José de Deus. História do Massacre de 1953 em S. Tomé e Príncipe: em busca da nossa verdadeira história. São Tomé, 2002.
- LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- _____. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MATA, Inocência. Diálogo com as ilhas sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe. Lisboa: Ed. Colibri, 1998.
- MATA, Inocência. Literatura Angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta. Lisboa: Mar Além, 2001.
- MATA, Inocência. A suave pátria: reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- MATA, Inocência. Mulher e literatura: representações do feminino nas literaturas africanas em português. Conferência proferida na Universidade da Polónia, em março de 2014. Acolhida em manuscrito.
- MATA, Inocência. A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política. Coleção Autores da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – UCCLA, 2015.
- MATOS, Dandara Silvia. São Tomé E Príncipe: Da Independência a Primeira República. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 6, n. 11, p. 87-106, 2018.
- Ministério da Saúde. (2002). Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/cd05_19.pdf
- MONTEIRO, Eurídice Furtado. Crioulidade, Colonialidade e Gênero: as representações de Cabo Verde. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n.3, p. 983-996, 2016.
- NASCIMENTO, Augusto. Atlas da lusofonia: São Tomé e Príncipe. Lisboa: Editora Prefácio, 2008.
- NASCIMENTO, Augusto. “S. Tomé e Príncipe no século XIX: um esboço de interpretação das mudanças sociais”. In: ALEXANDRE, Valentim. (Org.). O império africano. Séculos XIX e XX. Lisboa: Edições Colibri, 2000. 95-116.
- NASCIMENTO, Sheila. A Violência Doméstica no Ordenamento Jurídico- Penal Santomense. Dissertação (Mestrado) - Curso de 26º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração sobre a eliminação da Violência Contra a Mulher, Resolução 48/104, 20 de dezembro de 1993.

- OLIVEIRA, Ana Filipa; AZEVEDO, Liliana. A igualdade de género nos media em São Tomé e Príncipe. In: **Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar**. ACEP, 2016.
- OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- OYĚWÙMÍ, Oyèronké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.
- OLIVEIRA, Daniela de Cássia Berlotti Traspadini; PARADISO, Silvio Ruiz. Gênero e Colonialismo. A violência contra a mulher e a colonização em Our Lady of the massacre (1979), de Angela Carter. Revista do Programa de Pós-Graduação em crítica cultural. Vol. 2, n. 1, 2012.
- Oliveira, Vera Lúcia Menezes de; Paiva. A pesquisa narrativa: uma introdução. Rev. bras. linguist. apl. vol.8 no.2 Belo Horizonte 2008
- PEREIRA, Ana Cristina; PARAÍSO, Dário Pequeno. Mulheres de São Tomé e Príncipe. Associação para a Cooperação Entre os Povos, cidade, 2018 34 p
- COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África. 2003. Disponível em <https://au.int/sites/default/files/treaties/37077-treaty-0027_-_protocol_to_the_african_charter_on_human_and_peoples_rights_on_the_rights_of_women_in_africa_p.pdf>. Acesso em: 22 de ago. 2019
- RESULTADOS DOS BIOMARCADORES DO INQUÉRITO DE INDICADORES MÚLTIPLOS 2014. Relatório elaborado para o PNUD São Tomé e Príncipe pela ICF Macro Inc. São Tomé e Príncipe, 2015.
- SANTOS, Lurdes Maria Lima Viegas Pires dos. **A igualdade de género em São Tomé e Príncipe: entre a realidade e a utopia**. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres – Universidade Aberta (Portugal), 2015.
- SEMEDO, Carla Indira Carvalho. Musicalidades das Cabo-Verdianas nas roças de São Tomé e Príncipe. Revista estudos feministas, Florianópolis. vol.24. n. 3, p. 959- 972, 2016.
- SEIBERT, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe. Lisboa: veja, 2001. 553 p.
- SEIBERT, Gerhard. Tenreiro, Amador e os Angolares ou a Reinvenção da História da Ilha de São Tomé. **Realis: Revista de estudos anti-utilitaristas e pós-coloniais**, v. 2, n. 2, p. 21-39, 2012.
- SEIBERT, Gerhard, **Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social**. **Anuário Antropológico**, n. II, p. 99-120, 2015.
- SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 41-70, 2014.
- SEQUEIRA, Victória. A Situação das Mulheres na Sociedade Santomense: Discriminações de gênero e a participação feminina na esfera pública. 2010. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

- SILVA, Assunção de Maria Sousa. Marcas de gênero na literatura angolana e são-tomense. In: FONSECA, Mariana Bracks; OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. (Org.). **Áfricas e suas relações de gênero**. Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019. 210 p. E-Book.
- SILVA, Michele Lopes da. 2007. Mulheres negras em movimento(S): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em belo Horizonte – Mg. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), 2007.
- SOUSA, Domitilia Trovoada de; VERA-CRUZ, Carla Neves. Estudo sobre o quadro jurídico-legal no domínio dos direitos das mulheres, incluindo violência em São Tomé e Príncipe. In: **Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar**. ACEP, 2016.
- SOUZA, Luciana Ribeiro de. São Tomé e Príncipe em dois Momentos Identitários. p. 1-18, 2014.
- SCARTON, Mithiele da Silva. Mulheres e Cultura: Uma análise sobre a condição feminina em histórias da gravana, de Olinda Beja. Monografia de Graduação em Letras – na Universidade Federal da Fronteira Sul (Rio Grande do Sul), 2019.
- TEIXEIRA, Rejiane dos Santos. **Questões de gênero na organização da sociedade Moçambicana**: a mulher em xeque em “Niketche: Uma História De Poligamia” De Paulina Chiziane. Dissertação de mestrado em Letras – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- VEIGA, Abel. Têla Non: Desigualdade de gênero é dominante em São Tomé e príncipe. 20 Set de 2010. Disponível em:
<<http://www.telanon.info/politica/2010/09/20/5309/desigualdade-do-genero-e-dominante-em-sao-tome-e-principe/>>. Acesso em: 10/out/2018.
- World Health Organization. Global plan of action: to strengthen the role of the health system within a national multisectoral response to address interpersonal violence, in particular against women and girls, and against children. Geneva: WHO; 2016.
- WHO. World Health Organization. Global status report on violence prevention 2014. Geneva: World Health Organization; 2014.

APÊNDICE A

Algumas informações sobre as participantes da entrevista

Nome	Idade	Profissão	Renda	Filhos	Escolaridade	Localidade	Estado civil
Baby	19 anos	Estudante	00,00	0	Ensino médio	Vila Maria	Solteira
Chanquena	19 anos	Estudante	00,00	1 filha	Ensino médio	Água Bobó	Solteira
Geni	20 anos	Domestica	00,00	1 filho	Ensino médio	Água Bobó	Solteira
Zezita	22 anos	Domestica	00,00	1 filho	Ensino médio	Água Bobó	Solteira
Filipa	23 anos	Cabelereira	1000,00 Dobras	1 filho	Ensino médio	Vila Maria	Solteira
Kilomba	23 anos	Jurista	4000,00 Dobras	0	Ensino superior	São Tomé	Solteira
Eula	24 anos	Domestica	00,00	2 filhos	Ensino médio	Água Arroz	Solteira
Jessica	24 anos	Vendedora de fardo	1000,00 Dobras	2 filhas	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Suazy	25 anos	Vendedora de hortaliças	400,00 Dobras	2 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Bimbi	26 anos	Domestica	00,00	3 filhas	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Katia	28 anos	Empregada domestica	700,00 Dobras	3 filhas	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Duda	29 anos	Cantineira	2000,00 Dobras	2 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Ana	30 anos	Domestica	00,00	4 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Awaia	36 anos	Domestica	00,00	2 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Nina	37 anos	Empregada domestica	1200,00 Dobras	4 filhos	Ensino primário	Vila Maria	Solteira
Xinha	40 anos	Empregada domestica	1000,00 Dobras	4 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Kini	43anos	Domestica	00,00	5 filhos	Ensino primário	Água Bobó	Solteira
Wawa	47 anos	Domestica	00,00	5 filhos	Ensino primário	Vila Maria	Solteira

Fonte: Elaboração própria (2021)

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES SANTOMENSE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Boa tarde!

- 1- Essa é uma entrevista anônima, poderias me dizer um nome fictício?
- 2- Quantos anos a senhora tem?
- 3- Qual a profissão da senhora? Qual a faixa de renda da senhora?
- 4- Qual é o bairro e distrito da senhora?
- 5- A senhora tem filhos, quantos filhos?
- 6- A senhora é casada ou solteira, atualmente a senhora se encontra em uma relação afetiva?
- 7- A senhora já sofreu algum tipo de violência de gênero? E se já, começou com quantos anos? Quem praticou as violências contra a senhora? Em qual/quais local/is ocorreram? (Vou explicar com base na tipologia - violências psicológica, física e sexual, coloco “Detalhes”, para que eu possa explorar bastante a pergunta: onde, quando, quem?)
- 8 – Caso tenha sofrido violência, procurou rede de atendimento? Como foi recebida no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica? O Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica ofereceu algum lugar para que você ficasse protegida da violência? As agressões continuaram? Houve apoio da família ou conhecidos?
- 9- A senhora já presenciou violência de gênero com pessoas conhecidas, familiares e amigas? Houve alguma denúncia?
- 10- A senhora conhece ou já ouviu falar de alguma lei de proteção a mulher vítima de violência doméstica em São Tomé e Príncipe?
- 11- Caso conheça: como conheceu a lei (conhecidos, meios de comunicação, internet, etc)?

12-Caso a entrevistada conheça: Como avalia a importância dessa lei para a sociedade santomense?

13- Pelo que a senhora conhece, considera que a lei é eficiente? Pedir para justificar.

14-No caso se encontrar alguma mulher sofrendo violência, qual seria a reação da senhora?

15-O que a senhora entende por igualdade de gênero? Você considera que existe igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe?

16 - Como a senhora avalia a atuação do estado no combate à violência contra a mulher santomense?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ concord
o em participar, como voluntária, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna do
mestrado Vanda Lopes Camblé, do curso de Sociologia, da Universidade Federal do Piauí
(UFPI), que pode ser contatada pelo e-mail vandacamble@hotmail.com e pelo telefone (85)
99149566. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres
Santomenses vítimas de violência doméstica, visando, por parte da referida aluna, a realização
de um trabalho para fins acadêmicos e cultural. Minha participação consistirá em conceder uma
entrevista que será gravada e transcrita, preservado o anonimato das participantes, assegurando
assim a minha privacidade. Tenho consciência de que a qualquer tempo posso manifestar meu
interesse em não mais participar da pesquisa.

Assinatura

São Tomé _____ de _____ de 2019

ANEXO A

ARTIGOS DA LEIS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE CITADOS.

Artigo 1.º

Objeto

Esta Lei cria mecanismos para prevenir e punir a violência doméstica e familiar, de acordo com os compromissos assumidos ao nível da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher, dispõe sobre a criação dos Juízos especializados na matéria de violência doméstica e outras formas de violência baseadas no género; e estabelece medidas de assistência e proteção às vítimas de violência doméstica.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

Toda mulher e homem, criança, independentemente de classe, etnia, orientação sexual, profissão, cultura, nível educacional, idade e religião, gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservará sua saúde física e mental e sua integridade moral, intelectual e social.

Artigo 49.º

Carácter público

Os crimes de violência doméstica e familiar uma vez denunciados assumem a natureza de crimes de carácter público.

Capítulo II

Assistência à vítima em situação de violência doméstica e familiar

Artigo 9.º

Assistência à vítima

1. A assistência à vítima de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na área de Assistência Social, na Saúde, Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção e emergência, quando for o caso.

2. O juiz assegurará proteção à vítima de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica através de manutenção do vínculo laboral, quando for necessário o afastamento do local de trabalho, até o período de seis meses.

3. A assistência às vítimas de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da imunodeficiência Adquirida (SIDA) e outros procedimentos.

ANEXO B

ARTIGOS DA LEI APROVADA PELO CÓDIGO PENAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

Lei n.º 6/2012, de 6 de agosto

Artigo 2.º

n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 6/2012, às questões relativas aos maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados e violência doméstica, aplica-se o disposto nas Leis n.º 11/2008 de 29 de outubro e, subsidiariamente, o artigo 152.º do Código Penal.

Artigo 152.º do Código Penal de São Tomé e Príncipe

Maus tratos ou subcarga de menores e de subordinados e violência doméstica

1. O pai, mãe ou tutor de menor de 16 anos ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à sua guarda ou a quem caiba a responsabilidade da sua direção ou educação é punido com prisão até 4 anos quando, devido a malvadez ou egoísmo:

a) Lhe infligir maus tratos físicos, o tratar cruelmente ou não lhe prestar cuidados ou assistência à saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem, ou;

b) O empregar em atividades perigosas, proibidas ou desumanas, ou sobrecarregar, física ou intelectualmente, com trabalhos excessivos ou inadequados de forma a ofender a sua saúde, ou o seu desenvolvimento intelectual, ou a expô-lo a grave perigo.

2. Da mesma forma, é punido quem tiver como seu subordinado, por relação de trabalho, mulher grávida, pessoa fraca de saúde, particularmente indefesa ou menor, se verificarem os restantes pressupostos do n.º 1.

3. Da mesma forma, é ainda punido quem infligir ao seu cônjuge ou com quem ele conviver em união de facto ou condições análogas às dos cônjuges, o tratamento descrito na alínea a) do n.º 1 deste artigo.

4. Se dos factos previstos nos números anteriores resultar:

c) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos;

d) A morte, os agentes são punidos com pena de prisão de 2 a 8 anos.

5. Nos casos de maus tratos previstos no n.º 3 do presente artigo, ao arguido pode ser aplicada a pena acessória de proibição de contato com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta, pelo período de 3 anos.

6. Nos casos previstos nos n.º 1 e 3 o procedimento criminal depende de queixa”.